

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**“FaLa K É Nós”: *etnografia de um projeto de inclusão digital
entre jovens de classes populares em Porto Alegre***

LÚCIA MURY SCALCO

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Lewgoy

Dissertação de Mestrado submetida
à banca examinadora, junto ao
Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social/UFRGS.

Porto Alegre, fevereiro de 2008

À MINHA MÃE
(*In memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Este é um momento que envolve sentimentos dúbios e, por um lado, fico feliz pelo fato de poder expressar reconhecimento e gratidão aos que contribuíram para que este trabalho pudesse ser realizado. Por outro lado; porém, existe o receio de ter omitido alguém... Mesmo correndo esse risco, expresso meus sinceros agradecimentos para:

O meu orientador - professor Bernardo Lewgoy - pelo seu apoio durante esta minha trajetória acadêmica especialmente pelo seu estímulo, seriedade e comprometimento profissional durante o período de orientação.

Agradeço à CAPES, ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS) e aos professores: Ana Luiza Carvalho da Rocha, Ari Pedro Oro, Caleb Alves, Carlos Steil, Cláudia Fonseca, Cornélia Eckert, Denise Jardim, Ondina Fachel Leal e Ruben George Oliven. Também à Rosemeri Feijó, pelo profissionalismo e dedicação.

A todos os amigos do Murialdo, pelo carinho, respeito e acolhimento.

Para todos os amigos “de fé” que tanto me incentivaram, especialmente a Juliana, por toda a sua generosidade, paciência e compreensão!

Aos amigos da Compuetra, em especial, à Telma, Sandro e Anajara, com quem contei em inúmeras ocasiões.

À Carmen, parceira e incentivadora, meu agradecimento por tanta amizade e dedicação.

E especialmente à minha irmã Leila e ao meu cunhado Carlos, que acreditaram na viabilidade e relevância do meu estudo, proporcionando-me um apoio incondicional, sem o qual não conseguiria realizar esta Dissertação.

Por fim, este percurso não seria possível sem o carinho e o apoio da minha família: ao meu marido Jaime e aos meus filhos Luiza, Bruno e Francisco, a minha eterna gratidão pelo incentivo e compreensão pelos vários momentos em que me ausentei para a realização deste trabalho.

Não vejo outra saída, exceto recobramos a confiança em nosso poder de transformação, como criadores que somos. Mas para isso é preciso recuar da posição na qual fomos postos, qual seja, a de indivíduos exclusivamente voltados para o próprio umbigo. A mudança, portanto, exige que pensemos que o que todos fazem no dia-a-dia, em qualquer atividade profissional ou cultural, é importante. O que cada um de nos faz ou diz importa, e importa muito! O mundo se faz de pequenos gestos cotidianos e das grandes crenças que os sustentam!

(Costa, Jurandir Freire. Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In: Regina Novaes; Paulo Vannuchi (Ed.). *Juventude e Sociedade - Trabalho, educação, cultura e participação*. 1ª. ed. São Paulo: 2004, v. 1, p. 88).

RESUMO

Este trabalho é um estudo etnográfico de jovens do Morro da Cruz (conhecido bairro de classe popular de Porto Alegre) inseridos em um projeto de inclusão digital, proporcionado por uma Instituição Religiosa. O meu objetivo é mostrar como esses jovens usam, interpretam e reinterpretem os novos saberes adquiridos a partir do curso realizado, nas suas práticas cotidianas e no espaço social e geográfico do qual fazem parte. Para tanto, abordo questões antropológicas de religião, política, juventude, classe social, consumo, moda e novas tecnologias, contextualizando-as e situando-as nos processos culturais e sociais envolvidos. Como suporte teórico, entre outros, o presente estudo dialoga com o horizonte comparativo de Miller & Slater (2004), que ressaltaram a importância da etnografia nas apropriações diferenciadas, seletivas e locais da internet. Nesse sentido, a apropriação dos jovens de classes populares a essas novas práticas aponta para tensões, negociações e a heterogeneidade existentes no processo de apropriação da internet, levando a várias ressignificações operadas por esses alunos - destacando a MetaReciclagem que, à luz do conceito de *bricoleur* - materializa a produção cultural desses jovens.

Palavras-chave: Classes populares, juventude, inclusão digital.

ABSTRACT

This paper is an ethnographic study of the Morro da Cruz's youth (a neighborhood known as low class in Porto Alegre) inserted on digital inclusion project, provided by a religious institution. My goal is to show how these youngsters use, interpret and re-interpret the new knowledges acquired through the course, on their daily practices and on the social and geographical spaces they are a part of. To do so, I approach anthropological questions regarding religion, politics, youth, social class, consumption, fashion and new technologies, putting them on a context and situating them on the cultural and social processes involved. As technical support, among others, the present study dialogs with the comparative horizon of Miller & Slater (2004) that detached the importance of the ethnography on the differentiated, selective and local appropriations of Internet. On this sense, the low class youngsters' appropriation of these new practices points to existing tensions, negotiations and heterogeneous aspects on the process of appropriation of the Internet, leading to various *ressignificados* operated by these students, pointing out the Met recycling that, trough the light of the concept of the *bricoleur*, materializes the cultural production of these youngsters.

Keywords: Low class, youth, digital inclusion

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8

1- ENTRE A CRUZ E A ANTENA – APRESENTANDO O MORRO DA CRUZ 13

1.1. Representações do Morro em jornal 16

1.2. A procissão da Paixão de Cristo 19

2- O INSTITUTO LEONARDO MURIALDO 25

2.1. Religião e Práticas Assistenciais 29

2.2. A Igreja e o Terceiro Setor 33

3- POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS APLICAÇÕES NO MORRO DA CRUZ 38

3.1. O *Trabalho Educativo* no Murialdo 43

3.2. A mediação dos educadores sociais 49

4- JUVENTUDE E CLASSES POPULARES 53

4.1. *Hoje eu tô linda, vamo tirar foto?* 56

5 – PRÁTICAS DE APROPRIAÇÃO DA INTERNET NO MURIALDO 65

5.1. Inclusão digital e cidadania a partir das novas tecnologias 65

5.2. Tensão e negociação na apropriação de novas tecnologias 70

5.3. *Google Earth/ Orkut/ MetaReciclagem* 80

6 – CONCLUSÃO: POR UMA ANTROPOLOGIA DA INCLUSÃO DIGITAL 92

7- REFERÊNCIAS 96

8- ANEXO 1001

INTRODUÇÃO

Esta Dissertação de Mestrado é um estudo etnográfico de um Projeto de *inclusão digital* realizado entre jovens das classes populares que freqüentam um curso de informática em uma Instituição Religiosa, no Morro da Cruz, conhecido bairro periférico de Porto Alegre. Neste local, os alunos recebem seus primeiros contatos com o computador e a internet, através de um curso patrocinado pela Prefeitura Municipal. O objetivo é a preparação para o mercado de trabalho, além de orientação para a “socialização” e “resgate da cidadania”, uma vez que os jovens são considerados em situação de vulnerabilidade social e pessoal.

Embora a presente pesquisa envolva as novas tecnologias computacionais, o ciberespaço e/ou a realidade virtual, meu objetivo principal é mostrar como esses jovens usam, interpretam e reinterpretam esses novos saberes em suas práticas cotidianas e no espaço social e geográfico da qual fazem parte, assim como aponto para as tensões e negociações embutidas nesse processo. As questões antropológicas de religião, política, juventude, classe social, consumo, moda e novas tecnologias perpassam as discussões na etnografia apresentada.

Realizei dezesseis meses de trabalho em campo, acompanhando semanalmente as aulas, além de participar de outras atividades complementares do curso como: reunião de pais, passeios com os jovens, comemorações, encontros com outras entidades e formaturas. Priorizei a observação participante, a interação advinda pela convivência e também realizei algumas entrevistas não estruturadas com pessoas-chaves do Projeto e da Instituição: padres responsáveis, assistentes e educadores sociais.

Iniciei em agosto de 2006 e terminei em dezembro de 2007, coincidindo, portanto a etnografia realizada com o curso de Mestrado, o que me proporcionou o que Mariza Peirano (1999) defende como condição necessária para a Disciplina - a tensão essencial entre teoria e pesquisa. A seguir descrevo alguns momentos advindos desta tensão e que me ajudaram a construir e estruturar a metodologia utilizada, entender a complexidade do meu objeto e também serviram para uma reflexão mais aprofundada sobre a construção e o ofício do antropólogo.

Ao iniciar o trabalho de campo, li “Sociedade de Esquina”, de Whyte (2001). Essa obra traz um relato sobre um bairro pobre e periférico nos EUA, visto superficialmente

como uma sociedade desorganizada, mas que, através da etnografia realizada pelo autor, “revelou ser um complexo sistema de relações entre grupos, redes sociais e interações individuais que expressavam ricos conjuntos de significados” (Whyte, 2001, p.13) Além da relevância do tema, e da semelhança com a realidade na qual está inserido meu campo, destaco a escolha metodológica feita pelo autor em morar no bairro e assim conviver com seus informantes. Essa sua escolha aconteceu devido ao fato de o autor acreditar que as generalizações e o padrão geral são aspectos importantes, porém só podem ser construídos por meio da observação dos indivíduos cujas ações configuram esse padrão. Ou seja, o autor priorizou a trajetória e a história de vida com pessoas particulares.

Muitas foram as passagens relatadas no livro que me ajudaram a entender o difícil processo da construção do objeto, da entrada em campo, da aceitação do grupo pesquisado, etc. Por exemplo:

Ao descrever meu estudo em Cornerville, frequentemente digo que passei 18 meses no campo antes de saber para onde caminhava minha pesquisa. (...) Encontrava-me imerso na vida local, mas ainda não conseguia que as coisas adquirissem sentido para mim. Tinha impressão de que fazia algo importante, mas faltava explicar a mim mesmo do que se tratava” (WHYTE, 2001, p.318).

Guardada as devidas proporções, esta passagem (e esse livro) serviu de reflexão para o meu trabalho. Também, como o autor, ao iniciar as observações, não possuía os objetivos muito claros, além da dificuldade inicial de ter iniciado o trabalho com um grupo de jovens que já estavam há seis meses tendo aulas e, portanto não tive acesso ao início do aprendizado. Mas este tempo em campo, *sem saber onde caminhava a minha pesquisa*, foi necessário para que eu conseguisse, junto com a revisão bibliográfica executada, refinar os meus objetivos, aprimorar a “descrição densa” e desenvolver uma maior interação com os educadores sociais e com todo o corpo técnico existente na Instituição: assistentes sociais, pedagogas, padres e funcionários em geral.

Assim, os personagens e eventos que narro nessa etnografia referem-se principalmente ao longo do ano de 2007, uma vez que acompanhei o processo de inclusão digital dos alunos desde o início, inclusive a seleção dos mesmos para o curso de informática. Acrescento ainda que, em conformidade com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), para preservar o anonimato dos meus informantes, tanto os nomes dos mesmos como as fotos em que eles aparecerem, foram modificados.

Já Claudia Fonseca (2004), ajudou-me a compreender as ações dos meus atores: os jovens das classes populares. A partir da observação etnográfica em bairros periféricos de Porto Alegre, e tendo como enfoque analítico a categoria de classe social, a autora aponta para as muitas armadilhas existentes quando se trabalha com grupos urbanos de baixa renda; tais como, a redução da análise antropológica aos impactos da sociedade dominante, negando com isso qualquer positividade no modo de vida da população economicamente inferior.

Além disso, outro ponto que destaco como contribuição da autora para a minha pesquisa são suas considerações a respeito das palavras usadas para descrever “os setores embaixo da hierarquia social” (Fonseca, 2006, p.17). São recorrentes nos estudos sobre as novas tecnologias a categoria analítica *inclusão/exclusão* digital. Essas palavras podem ser vistas como armadilhas, uma vez que reduzem a realidade. O termo *excluído* categoria definida quase inteiramente em termos de suas características negativas e que “tende a levar a uma leitura maniqueísta da realidade, com o mundo dividido entre algozes malvados e vítimas indefesas” (Idem, p.21).

Especificamente onde realizei o meu trabalho, o cotidiano é marcado por problemas de toda ordem: alimentação, educação, saúde, trabalho, revelando um contexto de miséria material, mas por outro lado é um lugar construído de pessoas que, no seu cotidiano, inventam e reinventam formas de viver e sobreviver. E é nesse processo que muitas iniciativas têm sido realizadas, gerando e produzindo novos conhecimentos e possibilidades de ação e transformação.

A minha pesquisa, que se iniciou à procura dos “revolucionários impactos advindos das novas tecnologias”, foi sendo tensionada e refinada ao longo do meu trabalho de campo, surgindo assim novas perspectivas sobre essas tecnologias e a internet. Ou seja, além do aspecto tecnológico, a internet pode ser compreendida como um processo de troca social e simbólico. Neste sentido foi fundamental para a escrita dessa Dissertação dialogar com Miller & Slater (2004), que a partir da etnografia realizada em Trinidad em diferentes *cibercafé*, questionaram a distinção, comum em pesquisas sobre internet, entre o real e o virtual. O argumento central da tese destes autores é que existe uma integração complexa entre o *on-line* e o *off-line*. Essas interações criam laços de continuidade e de pertencimentos para além da tela do computador. E isso significa estudar a apropriação social que a tecnologia produz localmente, percebendo as diferentes formas culturais possíveis de serem desenvolvidas a partir dessa apropriação tecnológica.

Já Velho (2003), ofereceu uma perspectiva para o entendimento tanto da relação entre indivíduo e sociedade (vista como um processo dinâmico) como também para a compreensão da diversidade de escolhas e atitudes que singularizam os seres humanos:

Um dos conceitos que considero fértil para lidar com casos como o que estamos examinando é o de *projeto* (...), entendido como conduta organizada para atingir finalidades específicas. (...) auxilia-nos a noção de *campo de possibilidades* como dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de *projetos*. Assim, evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido, as noções de *projeto* e *campo de possibilidades* podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades. (IDEM, 2003, p.40)

Essas reflexões servem para o entendimento das diferentes disposições e sentidos encontrados entre os alunos do curso ao interagirem com a internet e as novas tecnologias.

Segundo Achutti¹ a utilização de fotografias na pesquisa antropológica terá um papel enriquecedor, na medida em que a foto conseguir passar de simples material ilustrativo da realidade para um dado ou informação. Mesmo quando o texto é fundamental, a sua associação a outras formas narrativas enriquece os enunciados antropológicos. Seguindo essa linha de pensamento, ilustro a minha etnografia com algumas fotos na intenção de apresentá-las, também, como dados e/ou informações representativas da realidade dos jovens do Morro da Cruz.

Isso posto, a presente Dissertação de Mestrado encontra-se estruturada em cinco capítulos nos quais procuro disponibilizar o meu material etnográfico.

O primeiro capítulo, *Entre a cruz e a antena: Apresentando o Morro da Cruz*, é a apresentação do meu campo, contextualizando o leitor com os aspectos geográfico, histórico e político operantes no Morro. Optei pela metáfora da cruz, por esta simbolizar a influência religiosa existente no local; e a antena que, à espera de um “sinal”, remete-me ao tema da presente pesquisa; qual seja, *inclusão digital*. Ainda neste capítulo, a partir de um levantamento com reportagens jornalísticas do local, reflito sobre os principais temas apresentados nos mesmos, quais sejam: violência, criminalidade e a Procissão da Paixão de Cristo - evento que mais notabiliza e singulariza o local onde realizei a minha etnografia: o Morro da Cruz..

¹ Fonte: <http://www.studium.iar.unicamp.br/12/1.html?studium=index.html>. Acesso em: 20/11/2007.

No capítulo dois, *O Instituto Leonardo Murialdo*, apresento a história da Instituição, situando-a dentro das novas configurações existentes no campo religioso, destacando as questões relacionadas aos direitos do cidadão e a atuação da Instituição através de parcerias e participação em redes, na implementação de Programas e Projetos Governamentais. Para tanto, analiso o Terceiro Setor e as ONG's que, junto com as Instituições Religiosas, formam uma grande Rede Social que operacionaliza a política social governamental, particularmente no que diz respeito às iniciativas de combate à pobreza e à promoção da cidadania.

A seguir, no terceiro capítulo, *Políticas públicas e suas aplicações no Morro da Cruz*, procuro mostrar o relacionamento existente da Instituição Leonardo Murialdo com as políticas públicas do Município, do Estado e da Federação, já que essa entidade é mediadora de vários programas desenvolvidos localmente. A idéia é apresentar como se operacionalizam iniciativas de diferentes órgãos públicos. É nesse contexto que se insere o detalhamento do *Trabalho Educativo*, que é um dos muitos Projetos oferecidos à comunidade. Também compõe esse capítulo a ação dos educadores sociais que ministram o curso de informática.

Já no quarto capítulo, *Juventude e classes populares*, trago o conceito de *juventude* com destaque para as pesquisas que se referem à *Antropologia da Juventude*, a qual se caracteriza por sua atenção para a agência dos jovens, documentando tanto suas práticas culturais bem como os elementos que emergem do contexto local. A idéia é a de articular os estudos apresentados com uma breve descrição da minha etnografia através de uma conversa informal com uma informante. Logo após, contextualizo as juventudes das classes populares e aponto a relevância (para esses jovens) da fotografia digital.

No quinto e último capítulo, *Práticas de apropriação da internet no Murialdo*, analiso as políticas públicas de *inclusão digital* que, à luz do conceito *consumidor cidadão*, reduz a apropriação das novas tecnologias e da internet à compra de equipamentos. A seguir, descrevo etnograficamente como ocorrem, na prática, as tensões e negociações existentes no curso de informática no Instituto Murialdo através de três exemplos empíricos: Google Earth, Orkut e a MetaReciclagem.

Por fim, na *Conclusão*, procuro inferir a relevância de uma Antropologia da Inclusão Digital. Esta oferece os instrumentos da Disciplina para que os agentes públicos entendam com maior profundidade como se opera – singular e localmente - a apropriação tecnológica pelos atores.

1 - ENTRE A CRUZ E A ANTENA: APRESENTANDO O MORRO DA CRUZ

Primeiramente, busco situar o leitor no contexto geográfico, histórico e político referente ao espaço físico onde realizei a minha pesquisa. Para tanto, optei por descrever este local metaforicamente: Uma cruz e uma antena são os meus marcos iniciais desta cartografia por serem exemplos emblemáticos da realidade que descrevo nesta Dissertação: *inclusão social* pela *inclusão digital* - através de um programa governamental - mediado por uma Instituição religiosa e destinado a um grupo de adolescentes moradores de um bairro periférico na cidade de Porto Alegre.

A cruz existente no alto do morro nos remete à sua história, ao o início da sua ocupação e é reveladora de toda a inserção e influência que o “campo” religioso opera no morro. Além disso, também exemplifica a função social da religião diante das novas demandas da contemporaneidade, que solicita um maior envolvimento da religião com as questões da cidadania relacionadas à exclusão e à pobreza.



Foto1: José Miguel Neto

Além da cruz, há a antena, que está lá à espera de uma conexão, revelando e apontando para um futuro, mostrando como a tecnologia pode - ao mesmo tempo - ser utilizada e ressignificada nesta comunidade como pode, também, ser excludente.



Foto 2: José (destacando a antena)

O grande desafio do governo brasileiro atualmente é desenvolver uma infraestrutura de acesso à internet com “banda larga²” para a maioria da população, seja nos pontos públicos ou nas residências³. Conforme pesquisa do Ibope⁴, o Brasil possuía 21,5 milhões de internautas residenciais ativos em novembro de 2007 (aqueles que acessam a *web* ao menos uma vez por mês, com um aumento de quase 50% em relação a 2006). Os preços pagos no país por este serviço são centenas de vezes maiores que em outros países, além de a velocidade da conexão aqui no Brasil ser muito mais lenta⁵.

Vários fatores contribuem para esse problema, entre eles destacam-se o baixo número de empresas que disponibilizam este serviço e a má distribuição do mercado, que

² *Banda Larga* é o nome usado para definir qualquer conexão à internet acima da velocidade padrão dos modems analógicos. Usando linhas analógicas convencionais, a velocidade máxima de conexão é de 56 Kbps. Para obter velocidade acima desta tem-se obrigatoriamente de optar por uma outra maneira de conexão do computador com o provedor. Atualmente existem inúmeras soluções no mercado. As principais tecnologias são: (i) as que usam a rede de telefonia convencional, (ii) modem a cabo (conexão de TV por cabo), (iii) wireless/Rádio, que utiliza ondas de rádio-frequência para transmitir dados, (iv) satélite e (v) através da rede elétrica (em estudo) e (vi) a novidade que corresponde a banda larga pela telefonia móvel, via celular. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Banda_larga. Acesso em: 29/12/2007. Importa ressaltar que a fonte citada (**Wikipedia**) é uma enciclopédia gratuita onde qualquer um pode adicionar e editar conteúdos, desde que citada a fonte. Por esse motivo, não é garantido a veracidade das informações registradas, porém a Wikipedia é construída continuamente pela contribuição de milhares de voluntários, sendo um exemplo das novas formas de cooperação e de criação coletiva no mundo virtual. Atualmente a Wikipedia está implementando novos critérios para obter maior credibilidade acerca das informações disponíveis. Assim, esclareço que a utilizei no meu estudo, tendo o cuidado de checar as informações por ela obtidas.

³ Fonte: http://www.aredo.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1292&Itemid=1. Acesso em: 05/01/2008.

⁴ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u358018.shtml>. Acesso em: 29/12/2007.

⁵ <http://pcworld.uol.com.br/noticias/2007/09/03/idnoticia.2007-09-03.6895295376>. Acesso em 29/12/2007.

está concentrado principalmente na região sudeste. Só para ilustrar, quase metade das conexões concentra-se no estado de São Paulo (40,1%).

O Morro da Cruz também convive com essas limitações de acesso a conexões mais rápidas e baratas, já que as empresas que trabalham neste ramo, aqui em Porto Alegre, não disponibilizam o serviço para o bairro alegando não ser lucrativo. A opção que a população local possui é acessar a internet “*pelo telefone*” que, conforme a fala de um informante, “*é cara e só dá para ligar à noite, depois das 10h.*”

Ainda são poucos os moradores do local que possuem internet em casa, apesar do mercado registrar um crescimento do consumo popular⁶ e o computador estar transformando-se em um *novo eletrodoméstico* a ser adquirido. Porém, percebi um empoderamento dos indivíduos que têm computador (e uma conexão) como uma nova fonte de tensão e disputa entre os vizinhos. Como os antigos *televizinhos*, agora surgem os *vizinho.com* que fazem fila, e usam diversas estratégias para acessarem seus e-mails e recados no Orkut. Essa realidade pode ser expressa através da fala de uma informante, que relatou-me: “*Não dá para agüentar. Sempre é tudo urgente e vão ficar só um pouquinho. Já cortei. Tem Telecentro⁷ pra quê?*”

Esse depoimento revela o surgimento de mais uma carência no Morro, que vem somar-se a tantas outras existentes: alimentação, educação, trabalho, saúde, lazer, etc. Os dados estatísticos sobre o bairro revelam um contexto de exclusão. Segundo o *Observa POA*⁸ (site do município de Porto Alegre que disponibiliza uma ampla base de informações sobre o município), o bairro São José, criado em 07/12/59, possui uma população de 30.164 habitantes, sendo que 42% dos mesmos recebem até dois salários mínimos mensais.

O Morro da Cruz tem sua origem no antigo Arraial de São José, loteamento implementado em 1875. Neste local foi construída a primeira capela em homenagem a São José. Nos dias de hoje, a igreja, Paróquia São José de Murialdo, é responsável pela procissão da Paixão de Cristo, tradição que atrai anualmente milhares de pessoas.

Conforme Fonseca (2004), o Morro da Cruz não é originalmente criado a partir de invasões, mas sim de “um território loteado pela prefeitura na década de 50, a fim de

⁶ A estabilidade econômica, crédito farto, recuperação parcial de renda das famílias mais pobres, barateamento do preço dos produtos tecnológicos e a saturação do mercado das classes de renda mais elevadas, são as principais explicações para este novo fenômeno. O fato é que o consumo popular está em alta no Brasil. Fonte: http://www.lvba.com.br/portugues/imprensa/release/datapopular_0707.php Acesso em 09/10/2007.

⁷ Telecentro é um local público que disponibiliza conexão com a internet.

⁸ Fonte: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/>. Acesso em: 09/10/2007.

instalar pessoas removidas das favelas do centro” (Idem, p.89). Atualmente o Morro da Cruz expandiu-se e os jovens pertencentes ao meu estudo etnográfico, auto definem-se como moradores do Morro da Cruz⁹, porém na realidade moram em algumas áreas do bairro Partenon e em outras regiões conhecidas como Vila Korea e Campo da Tuca.

O Morro da Cruz - sob o ponto de vista do senso comum e da representação na mídia – constitui-se como um território das classe populares. Como os dois lados de uma moeda, *Favelado e Pobre* ainda continuam a ser expressões usadas para a representação da população local e nos remete a um ambiente não apenas de carência, mas sobretudo de desordem e desorganização.

1.1. A representação do Morro da Cruz em jornal

Realizei um levantamento no banco de dados do jornal, entre os anos de 1999 ate 2007, que ilustra como o Morro da Cruz é representado nesse tipo de mídia. O quadro abaixo revela, por assunto, a quantidade de matérias existente ao longo do período pesquisado:

REPORTAGENS SOBRE O MORRO DA CRUZ	
Procissão	13
Pobreza/Criminalidade/Violência	11
Saúde/educação	7
Grife Morro da Cruz	6
Comunidade	2
Total de reportagens	39

A criminalidade populariza a região, que termina sendo conhecida como um dos locais mais violentos de Porto Alegre, ligada ao tráfico de drogas e sede de crimes organizados. Ainda está “viva” no local a lembrança dos traficantes¹⁰ já falecidos “Carioca, Alemão e Jorginho da Cruz”, que possuíam reconhecimento da população e destaque na

⁹ No capítulo 5 retomo essa discussão sobre diferentes localidades dentro do Morro da Cruz.

¹⁰ Para uma análise da relação entre esses traficantes e a população local, ver Fonseca (2004).

mídia. Como exemplo, cito alguns títulos de algumas reportagens sobre violência retirados de jornais: *Casal executado no Morro da Cruz - 30/03/2004*; *Um retrato do adolescente infrator - 07/12/2003*; *O DNA da violência - 20/05/2007*; *Ele reprisou a vida paterna - 20/05/2007*.

Soares (2004), ao analisar a juventude e a violência no Brasil, denuncia que está ocorrendo um verdadeiro genocídio, igualável às conseqüências de um período de guerra, atingindo principalmente os jovens pobres e negros, do sexo masculino, entre 15 e 24 anos. O autor alerta para o fato de que

Cerca de 45 mil brasileiros são assassinados por ano no Brasil. Em algumas regiões das grandes cidades, marcadas pelo drama da desestruturação familiar, do desemprego, da degradação da auto-estima, da falta de acesso à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, os números chegam a patamares ainda mais alarmantes (...). O tráfico de armas e drogas é a dinâmica criminal que mais cresce nas regiões metropolitanas brasileiras, mais organicamente se articula à rede do crime organizado. (...) As drogas financiam as armas e estas intensificam a violência associada às práticas criminosas, expandindo seu número e suas modalidades. (SOARES, 2004, p.130-131).

Assim, a arma, neste sentido, é um recurso de poder e instrumento simbólico de distinção e valorização. Não é difícil entender o fascínio que o tráfico, as armas e mundo do crime exercem sobre os jovens.

Em pesquisa realizada entre jovens das classes populares em Porto Alegre, em 2001, Soares (2004) apontou que o modelo reinante entre esses jovens era o de “macho violento, arrogante, poderoso e armado, instaurando um magnetismo perverso que enseja a emulação da prepotência armada.” (Idem, p.152).



Foto¹¹: Lúcia Mury Scalco

¹¹ Essa foto foi tirada por mim a pedido dos meus informantes que, “naturalmente”, pousaram assim.

desemprego, desigualdade e falta de escolaridade, mas também aos símbolos, aos valores e aos afetos”.

De todo modo, mais recentemente, a imprensa tem dado espaço a outros tipos de notícias sobre o Morro. O destaque é a grife Morro da Cruz, fundada em 1995 por um grupo de mulheres costureiras com auxílio de uma Instituição Religiosa. Utilizando como matéria-prima pedaços de panos velhos e retalhos, além de material reciclado, elas conseguiram criar moda, gerando peças a partir de bordados e fuxicos. Alguns títulos das reportagens: *Lixo transformado em luxo* - 10/10/2001- *Cooperativas desafiam o desemprego* - 10/03/2000 - *Agulha e linha contra a pobreza* - 24/02/2003.

A festa religiosa e a procissão (que ocorrem anualmente na Sexta-Feira Santa) – assuntos que abordo a seguir, no próximo item - foram inclusive capa de jornal no ano de 2007: *Judas do Morro da Cruz espera compreensão* 12/04/2006 - *A Bíblia se revela no Morro da Cruz* 30/03/2007 - *O evangelho segundo o Morro da Cruz* 15/04/2006.

Finalizando, nesse capítulo tecei algumas reflexões sobre os diferentes “campos” e “arenas” que compõem a realidade do Morro da Cruz: exclusão, violência, tráfico, marginalidade que são as imagens mais vinculadas pela imprensa gaúcha. Porém, como aponta a pesquisa de Knauth e Victora (2005, p. 1) sobre o mesmo local:

... mais recentemente a imprensa tem dado espaço também a outros tipos de notícias sobre o bairro que apontam no sentido da sua “transformação”. Esta tem sido a tônica nas nossas entrevistas com as lideranças da Associação Comunitária local, que enfatizam a necessidade de “recuperação” da imagem desta área tradicional da cidade (...). Os esforços no sentido da mudança da imagem aparecem através de toda uma positividade atribuída ao local atualmente, não apenas pelos líderes, que conseguiram a construção de novo Centro Comunitário e Posto Policial permanente, mas por parte dos outros informantes da pesquisa que, sendo em geral moradores antigos, ressaltam que houve uma redução da violência no local em função da morte dos líderes do tráfico de drogas.

1.2. A procissão da Paixão de Cristo

No dia 06 de abril de 2007, sexta-feira santa, acompanhei a encenação do Auto da Paixão de Cristo do Morro da Cruz. Este evento ocorre tradicionalmente desde 1955, e atrai milhares de pessoas para as ruas do bairro São José, em uma demonstração de vitalidade e força religiosa. Além de ser um dos principais eventos religiosos da capital, já

se encontra também na agenda cultural e turística da cidade, contando com o apoio da Secretaria Municipal da Cultura.

O “espetáculo”¹³ atualmente é organizado por uma produtora de eventos e já envolve cerca de 150 pessoas, dos quais 100 são moradores locais, que não recebem cachês. Há uma empresa responsável por todas as etapas do evento (cenário, figurinos, artistas, figurantes, som, iluminação, segurança, etc.), mas que precisa da aprovação da Instituição Religiosa, no caso a paróquia São José.



O ritual inicia-se com uma missa, totalmente lotada, onde a fé, a devoção e o comércio compartilham o mesmo espaço físico. O sermão do padre vincula a Paixão de Cristo com a Campanha da Fraternidade, que neste ano teve como tema a Amazônia e a *morte* do meio ambiente. Depois iniciou a encenação das últimas horas da vida de Jesus.

Como lembra Steil (1998):

Há uma tensão importante que se pode observar entre a missa e a procissão, de forma que, enquanto a missa representa o movimento de interiorização, que tenta valorizar o espaço do santuário, controlado pelo clero e estabelecer uma ordem ritual, com programação definida, distribuição dos papéis e codificação dos símbolos, a procissão representa o movimento de exteriorização, que busca ultrapassar os limites oficiais impostos ao sagrado. (IDEM, 1998, p. 126).

Mais do que uma observação participante, presenciei e vivi um momento liminar, onde compartilhei e senti a emoção daquelas pessoas que, ocultas na multidão,

¹³ Informações obtidas através do meu informante Daniel.

singularizavam e particularizavam suas tristezas e alegrias através da trajetória da vida de *Jesus*. Também percebi a forte representação e identificação da *Maria*, com todo o simbolismo que a envolve: a mãe que ama, que sofre, que está presente, que nunca abandona o seu filho.

Conversei informalmente com algumas pessoas como, por exemplo, a Dona Geni, doméstica, de 70 anos, moradora do bairro há 30 anos, que sempre acompanha a procissão: “*Todo ano penso que pode ser o meu último.*” Mãe de 6 filhos, diz, com a voz embargada: “*Sou mãe como Maria. Meus filhos são tudo pra mim.*”. Como esclarece Steil (1996, p. 223):

A mística católica que alimenta e impulsiona a vocação eremítica está centrada nas imagens da paixão de Cristo e de Maria. O culto na Lapa expressa, portanto, uma experiência que parece ser construtiva de uma visão da paixão que, como escreve Fernandes, “*na imaginação católica, consagrada pela tradição, Jesus não esteve só na cruz. Ainda que o pai fosse distante, a Mãe permaneceu ao seu lado por todas as fases do martírio*” (1987: 51). A associação de Cristo a Maria no santuário está, na verdade, dando uma configuração ao sentimento católico de que o *centro sagrado* não está ocupado por um indivíduo isolado, ainda que seja o próprio Deus, mas por uma relação, neste caso a de um filho com a sua mãe. [O grifo é do autor].

Uma garotinha, de 9 anos, de mão com a sua mãe, encantada com o que chamou de “*festa*”, disse; “*O ano passado vim de anjo. Mas já tô grande. Agora eu só rezo, todas as noites...*” Mais adiante, com muita dificuldade em subir a Rua Santo Alfredo, outro aposentado, João, seguia a multidão: “*Estou cumprindo uma promessa. Minha esposa melhorou de uma doença braba. Ela não consegue vir, muita gente. Mas tô feliz. Alcancei uma graça.*”

O ponto alto do espetáculo é a ressurreição de Cristo, protagonizado pelo vereador Aldacir Oliboni¹⁴ (PT) que, desde 1980 no papel principal, primeiro percorre um trajeto de quase 2 km carregando uma cruz de madeira de 3 metros¹⁵. No final da caminhada, já no topo da cruz, em referência à Campanha da Fraternidade, uma família de índios surgiu no palco. No mesmo instante, o vereador Oliboni, “*renascia*” diante o olhar de milhares de

¹⁴ Aldacir Oliboni envolveu-se com o catolicismo desde cedo e foi seminarista pela congregação dos Josefinos Murialdo. Na última eleição para vereador, em 2004, foi reeleito.

¹⁵ Para uma reflexão mais profunda sobre a trajetória do vereador e as imbricações existentes entre as esferas religiosas e políticas, ver De Bem & Tadvald (2004).

peças que acompanhavam a Via-Sacra, ao som da música *Um Índio*, de Caetano Veloso, e de fogos de artifício.

Decididamente o evento não cabe apenas na esfera religiosa. É uma festa popular que movimenta toda a comunidade, o comércio local e vendedores ambulantes. “Este evento – a procissão – revitalizou a região. Nas palavras de uma moradora, muito devido à procissão, hoje a comunidade conta com mercado, farmácia, iluminação, água, etc.” (De Bem & Tadvald, 2004, p. 68). Em relação aos meus atores, os alunos do curso de informática, estes vêm o evento sob o viés da sociabilidade. As poucas meninas que consegui encontrar e conversar, disseram-me: “*Tá todo mundo aqui, profe (me chamam assim). Tem que circular pra encontrar...*”



Foto: Informante Daniel

Fernandes (1982), abordando os temas *comércio e religião* existente no Santuário de Bom Jesus de Pirapora, São Paulo, afirma:

Para as “pessoas esclarecidas”, que foram influenciadas pela cultura universitária, este cenário costuma parecer estranho, sugerindo ignorância e manipulação. Via de regra procuram explicá-los apelando para noções que atribuem aos fiéis algum tipo de carência intelectual. Falam da “fé ingênua do povo”, sua credence, fanatismo ou pureza, que tornaria presa fácil para os aproveitadores. Expressariam um mundo de fantasia, frágil e perigoso, cego para a manipulação de que é vítima, preso a uma luta primária pela sobrevivência. É este, em resumo, o tema principal das reportagens que nossas revistas intelectualizadas costumam fazer quando destacam um assunto de religião popular. Estas noções podem expressar bem a mentalidade dos autores e leitores das reportagens, construindo a *sua* imagem de “cultura popular” e diferenciando-se dela pela qualidade de conhecimento (FERNANDES, 1982, p.87).

Esse evento é representativo de toda a riqueza e diversidade presente no Morro da Cruz e revelador das relações existentes entre a religião e os fenômenos sociais, políticos e econômicos, sobre a política local, as redes sociais, bem como as relações de poder operam nessa comunidade.

Remeto-me, então, a um dos meus informantes, que consegue reunir essas singularidades e operar nos diversos campos descritos. Daniel, 25 anos, trabalha como *educador social* no Instituto Leonardo Murialdo, e é o responsável pela área de esportes.

Daniel possui um forte vínculo com essa Instituição, tendo sido aluno da primeira turma do curso de *inclusão digital*. Além disso, participa há 11 anos da procissão e atualmente é "chefe" dos Soldados Romanos, função que desempenha com muito orgulho e que lhe dá muita visibilidade e prestígio na comunidade. No presente ano concorreu a uma vaga ao Conselheiro Tutelar pela região, não obtendo êxito, porém com um significativo número de votos.

É também um líder comunitário, e está à frente de várias ações políticas, inclusive contra vários políticos que, em suas palavras, "*não estão nem aí para o povo.*"



Foto: Lúcia Mury Scalco

Para situar a fala do Daniel e entender toda a sua inserção, prestígio e poder¹⁶ que possui nesta comunidade é preciso o escopo teórico da Antropologia Política, que valoriza o papel de indivíduos singulares dentro de contextos complexos. Tais indivíduos atuam como mediadores e transitam em vários “campos”.

Torna-se necessário também entender as novas configurações existentes no campo das políticas sociais que apontam para uma reaproximação e legitimação das ações religiosas, “particularmente em iniciativas de combate a pobreza e promoção da cidadania no Brasil” (BURITY, 2006, p.13).

No próximo capítulo, apresento o Instituto Leonardo Murialdo e as suas ações sociais no Morro da Cruz que, conforme os novos marcos vigentes, operam através de parcerias e atuação em rede, na implementação de programas e projetos governamentais.

¹⁶ Destaco a contribuição de Landé (1977) que, com seu conceito sobre relações diádicas, aponta para a primazia das relações pessoais, que representariam a parte mais importante na organização da atividade política.

2 - O INSTITUTO LEONARDO MURIALDO

A Congregação católica denominada de Josefinos de Murialdo foi fundada pelo padre italiano Leonardo de Murialdo, tendo como missão a educação integral das crianças, adolescentes e jovens empobrecidos, com o objetivo de educar para a cidadania além de formar bons cristãos e honestos cidadãos. Conforme folheto interno da Congregação e distribuído nas obras integrantes da Instituição:

São Leonardo Murialdo nasceu em Turim, em 1828 e morreu em 1900. Aos 17 anos decide ser padre e seis anos depois se torna sacerdote. Demonstra logo um coração sensível para com os meninos abandonados e para os jovens operários; preocupa-se com a formação escolar e profissional, inserindo-os na sociedade e no mundo do trabalho. Em 1866 assume a direção do colégio (...) uma instituição para os meninos pobres e abandonados. Para dar continuidade à obra educativa, em de 1873 funda a Congregação de São José – Josefinos de Murialdo. Na Itália, lidera as iniciativas dos católicos no mundo do trabalho, da boa imprensa, dos sindicatos, do apostolado dos leigos, a quem incentiva a assumir compromissos sócio-políticos. Foi proclamado santo em 3 de maio de 1970, pelo Papa Paulo VI.

Murialdo está entre os padres socialmente mais empenhados do seu tempo. Ele foi um padre de ação, que procurou, através de inúmeras viagens, conhecer o que estava acontecendo em termos de novas idéias, buscando implantá-las na sua Congregação. Destaca-se, em sua biografia, entre tantas atividades, a preocupação em profissionalizar os jovens, oferecendo-lhes cursos noturnos, além da criação de bibliotecas populares itinerantes e a preocupação com a criação de uma imprensa católica operária.

Atualmente a Congregação¹⁷ atua em colégios, realizando obras sociais assistenciais em paróquias de vários lugares do mundo: Itália, Espanha, Romênia, Albânia, Índia, Guiné-Bissau e Serra Leoa na África, Estados Unidos, México, Colômbia, Equador, Chile, Argentina e Brasil.

Especificamente no Brasil, motivados pela vinda de muitos imigrantes italianos para o país, os *Josefinos*, em 1915, optaram pelo Rio Grande do Sul como uma de suas áreas prioritárias de atuação. A Congregação existe também em Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Bahia, Pará e Fortaleza. Praticamente em todas as obras e paróquias existem atividades de assistência social com crianças,

¹⁷ Fonte: <http://www.murialdo.com.br/interna.htm>. Acesso em: 20/12/2007.

adolescentes e jovens pobres, cuja doutrina traz como slogan atual a frase *educando corações*.

O Instituto Murialdo está presente no Morro da Cruz há 50 anos, desde a sua origem que remonta a década de 50, época em que os primeiros moradores estabeleceram-se neste lugar em busca de uma vida melhor. Inicialmente, o nome do local era Morro da Guampa. Morro da Cruz é a denominação que surgiu depois de iniciarem as procissões de sexta-feira santa com a colocação da imensa cruz no alto do morro, que é vista por praticamente qualquer local da cidade.

A Congregação Murialdo, no Morro da Cruz, possui novos “concorrentes” na disputa de fiéis¹⁸, acompanhando a tendência da diversificação do “campo religioso”, onde novas religiões estão presentes e em franco crescimento. Neste sentido, “pode-se falar da *quebra do monopólio religioso* exercido pelo catolicismo no campo religioso brasileiro e, com ela, da emergência de novos atores religiosos e não-religiosos.” (BURITY, 2006, p. 40).

A fala do padre responsável pela *evangelização e espiritualidade* do Murialdo sobre tolerância religiosa e o direito de existência de outras religiões aponta para as tensões existentes no Morro. Ele referiu-se com muito respeito às religiões afro, que também estão presentes no Morro desde o início da sua ocupação, porém já em relação às igrejas pentecostais o discurso¹⁹ muda radicalmente e são inúmeras as críticas e questionamentos sobre a sua seriedade e sobre o direito de usar o nome de Cristo.

Para começar, qualquer um pode ser pastor, eles podem pegar qualquer um. Bem diferente da Igreja Católica que demora mais de 10 anos para formar um único padre. Nas religiões afro também. Para ser pai-de-santo demora 20 anos... mas na Universal não, só precisa ter lábia....

Porém, como mostro a seguir, no Morro da Cruz, ainda a igreja católica, através do Instituto Murialdo, possui uma preponderância sobre as demais religiões, no sentido de

¹⁸ Para um aprofundamento sobre a diversidade do campo religioso, ver Oro & Schoenfelder (2006).

¹⁹ O termo *discurso* está sendo trabalhado aqui como um conjunto de enunciados que pertencem a um mesmo sistema de regras e leis de formação e que enfatizam o caráter lingüístico do processo de construção do mundo social numa concepção foucaultiana, na qual o filósofo francês Michael Foucault argumenta, conforme Silva (2000, p. 43), “que o discurso não descreve simplesmente objetos que lhe são exteriores: o discurso ‘fabrica’ os objetos sobre os quais fala”. Para Foucault (2000, p. 56) deve-se “não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”.

influência social e política, pois além das práticas religiosas, a Instituição destaca-se pelo seu caráter filantrópico e assistencial.

A sua estrutura física, além das duas igrejas e um colégio particular de ensino, é composta por mais cinco edificações espalhadas pelo Morro, que abrigam os diferentes programas e projetos voltados para a Comunidade, quais sejam: Biblioteca Comunitária, Creche, Centro Infante, Centro Profissional, além da Incubadora. Abaixo, a foto do muro da Biblioteca Comunitária:



Biblioteca Ilê Ará - Foto: Lúcia Scalco

A equipe que trabalha no Murialdo é formada por mais de 80 pessoas, entre profissionais, voluntários e religiosos. Dividem-se por projetos e pelas unidades de atendimento, tendo sempre um coordenador. A relação de trabalho existente entre a Instituição e estes “funcionários” ilustra a tensão existente no campo religioso. Nesse sentido, como afirma Bourdieu (2005), há uma ambigüidade no trabalho dos funcionários e voluntários²⁰ em Instituições Religiosas, pois eles participam, ao mesmo tempo, de um universo econômico (já que são empregados, com carteira assinada) e do antieconômico, (economia da oferenda, da benemerência, do sacrifício). Ainda:

A empresa religiosa é uma empresa com dimensões econômicas que não pode se confessar como tal e que funciona em uma espécie de negação permanente de sua dimensão econômica (...) Mas esta característica paradoxal da recusa do econômico e ao mesmo tempo estar mergulhada em um universo no qual , com as generalizações das trocas monetárias, a

²⁰ No próximo item, pretendo aprofundar as reflexões a respeito do voluntarismo.

procura da maximização do lucro, tornou-se o princípio da maior parte das práticas cotidianas, de modo que qualquer agente – religioso ou não religioso – tende a avaliar em dinheiro, ainda que implicitamente, o valor de seu trabalho e de seu tempo (BOURDIEU, 2005, p.185-186).

Podemos identificar claramente no Murialdo, os discursos operantes típicos que Bourdieu (2005) identificou na empresa católica - a *benemerência*: dentro do espírito da dádiva gratuita de trabalho e de serviços e a *grande família*: como a igreja apresenta-se e quer ser reconhecida. Assim, a estrutura da Igreja consiste em um pequeno número de padres, “apoiados” por assalariados e por voluntários. “*Nós somos uma grande família*”, “*Bem vinda a nossa casa* (no caso, a Instituição)”, “*Aqui somos todos irmãos*”, são falas recorrentes que escuto no campo. A esse respeito:

Na empresa religiosa, as relações de produção funcionam de acordo com o modelo das relações familiares: tratar os outros como irmãos é colocar entre parênteses a dimensão econômica da relação. As instituições trabalham permanentemente, tanto prática como simbolicamente, para eufemizar as relações sociais, aí incluídas as relações de exploração (como na família), transfigurando-as em relações de parentesco espiritual ou de troca religiosa, através da lógica da benemerência: da parte dos assalariados, dos agentes religiosos subalternos encarregados, por exemplo, da limpeza das igrejas e da manifestação e decoração dos altares, há numa dádiva de trabalho, oferta livremente dada de dinheiro e de tempo (BOURDIEU, 2005, p.189).

Conversei com vários funcionários e é bem evidente este engajamento nas suas falas. Informalmente, duas funcionárias responsáveis pela cozinha na Instituição comentaram: “*a gente ganha pouco, mas fazer o quê? Eles não podem pagar mais, se não falta para a comunidade, pras coisas que os padres fazem aqui...*” Pedi para ela explicar melhor e ouvi da sua colega: “*A gente ganha mal, mas pode deixar os filhos na creche e conseguimos coisas com a assistente social. Além disso, se a gente se aperta, o padre consegue vale. É diferente de trabalhar em uma empresa. E a outra complementou: “Fazemos um trabalho social, então...”*”

No Murialdo, complementando a visão do autor citado, o argumento da *cidadania* também está presente nas relação entre a Instituição e seus funcionários.

Assim, “trabalhar a mais”, participar de atividades extras, de mutirões de solidariedade, etc., apresenta-se como algo que transcende a prática religiosa, remetendo-nos à idéia de um *dever como cidadão*.

2.1. Religião e práticas assistenciais

Para compreender e refletir sobre as práticas sociais da Igreja é preciso localizar a religião com o processo de secularização, com suas relações com o Estado (através de programas e políticas sociais), o Mercado (através da sua regulamentação e instrumentalização do Terceiro Setor) e Movimentos Sociais.

Sobre a questão da teoria da secularização, que relaciona a modernidade com a diminuição da religiosidade e/ou sua esfera de influência, Sanchis (1997) em seu artigo denominado “A profecia desmentida” sustenta que:

a modernidade não expulsou nem suprimiu a religião, mas amoldou-a em parte à sua imagem e semelhança. (...) A religião perde sua função principal, que era permitir ao sistema como um todo ser vivido como preceito de sentido. (...) Outra instância globalizadora, o Estado, veio desbancar a religião do seu papel totalizante, antes de ser ela própria por um sem-números de referências, cujo entrelaçar constitui a chamada “sociedade civil”. No meio destas referências, as religiões externamente multiplicadas e internamente fragmentadas, competem entre si para conservar sua função de doadoras de sentido (IDEM, p.1).

Ou seja, as impressões contemporâneas não confirmam as “profecias secularizantes”, porém houve um deslocamento de sentido; atualmente são muitas as religiões existentes que juntas abarcam um campo dinâmico onde disputam espaço e fiéis compondo o que está se denominando de “mercado religioso”. Este, para Sanchis, (1997) possui atualmente três funções entrelaçadas e articuladas; quais sejam: 1) Criar sentido: que continua sendo a “função mais nobre da religião”, algo da esfera do privado, da “sensibilidade espiritual individual.”; 2) Criar soluções: a função mais imediata, utilitária, com a chamada religião do cotidiano, onde estão presentes as necessidades dos pobres, problemas como o acesso a saúde pública, questões econômicas - a religião submetida às necessidades do homem contemporâneo e 3) Criar identidade: em princípio identidades menos totalizantes e rígidas, mas permanece esta antiga função da religião.

Para o entendimento das práticas assistenciais, detenho-me mais na segunda função, a função utilitária, por ser a que mais tive acesso no meu trabalho de campo.

Não cabe neste estudo reconstruir a história assistencial e filantrópica da Igreja Católica, porém para o entendimento da ação e da prática religioso-filantrópica é pertinente um pequeno *giro* histórico, destacando que estas práticas (assistencialismo, caridade e

filantropia) são aspectos constitutivos da doutrina (católica) e que ao longo da sua história foram sendo ressignificados.

De acordo com Sanglard (2003), conforme o dicionário Aurélio, a palavra *caridade* está relacionada ao vocabulário cristão e procura identificar-se com o amor de Deus. Já o termo *filantropia* (que vem do grego) também significa amor, mas a humanidade, implicando uma ação altruísta e desprendida. Ou seja, a filantropia pode ser entendida dentro de uma “perspectiva de laicização da caridade cristã”, que ocorreu na época do iluminismo, no séc. XVIII. (IDEM, p.1). Assim:

O fazer o bem, o socorro aos necessitados, deixa de ser uma virtude cristã para ser uma virtude social; e a generosidade é entendida pelos filósofos ilustrados como a virtude do homem bem-nascido, que tem inclinação para doar, doar largamente, daí a forte presença das grandes fortunas entre os principais filantropos. Contudo, tanto a caridade quanto a filantropia destinam suas obras aos necessitados. Talvez a maior diferença entre ambos os conceitos esteja não na ação propriamente dita, mas nos meios de realizá-la, pois a caridade, por ser obra piedosa, pressupõe a abdicação de toda vaidade de seu autor, propugnando o anonimato como valor máximo, enquanto que a filantropia, por ser um gesto de utilidade, tem na publicidade sua arma: visto que a publicidade provoca a visibilidade da obra e acirra a rivalidade entre os benfeitores (SANGLARD, 1993, p. 54).

Temos então, ao longo da história ocidental, inúmeros hospitais, asilos e orfanatos oriundos destas práticas, sendo a caridade “circunscrita à esfera da ação: a do cristianismo, conquanto a filantropia tenha um fator limitador: a ação do Estado” (Sanglard, 2003, p.4).. Ou seja, a Igreja Católica operava com o suporte do Estado, sendo responsável pela maior parte das entidades que prestavam algum tipo de assistência às comunidades carentes.

Já no séc. XX, o universo da ação social complexificou-se com a entrada de outras religiões, que entendiam a caridade como uma atividade indissociável da prática religiosa, e que passaram também a promover a formação de organizações nos moldes já praticados pelos católicos, dividindo, assim, com a Igreja Católica, a parceria com fins filantrópicos entre esta e o Estado. Como lembra Fernandes (1993, p. 97) “por revoluções e pelo populismo”, o Estado assumiu para si as atribuições que antes eram atribuídas a Igreja.

Dessa maneira, foram criadas grandes instituições e toda a legislação foi reformada para viabilizar o que o autor chamou de “transformação secularizante da caridade tradicional”. Como exemplo, podemos citar a carreira do serviço social, que foi “exaltada, gerando um novo tipo de funcionário, usualmente feminino, destinado à assistência aos mais carentes” (IDEM).

A partir deste ponto, recorro à história da Cáritas Brasileira²¹ para ilustrar a trajetória do assistencialismo católico, uma vez que esta entidade produz uma estratégia geral para a ação social da Igreja. Entre os anos de 1956 a 1963 a Cáritas Brasileira teve a sua ação foi marcada pela ênfase na ação assistencial e na distribuição de alimentos. Na contramão desta tendência, surgiram no Brasil as primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que datam de 1962, após o Concílio Vaticano II, que possibilitou a criação de uma pastoral mais voltada para a realidade latino americana, uma Igreja mais próximas dos pobres. Conforme assinala Fernandes (1993):

A nova teologia foi objeto de muita polêmica, o que não cabe discutir aqui. Importa somente destacar uma questão: Foram os agentes pastorais que renovaram a expressão em pauta, (...) e a convicção de que é na “comunidade de base” que encontramos a verdadeira Igreja.(..) Na prática as CEBs introduziram um novo capítulo na história das associações locais no continente, a partir da vitalidade da comunidade local. Tinham como objetivo uma Igreja composta da participação dos fiéis. Sua marca distintiva não eram os rituais ou a missa, mas o estudo da Bíblia. (...) A opção era pelos pobres, aqueles que se encontram nas bases da pirâmide social, destituídos de bens e valores, aqueles que mais sofrem as conseqüências de uma sociedade injusta, os oprimidos. Em contraste radical com a mentalidade mercantil e a apologia do enriquecimento que animavam as esferas governantes, o movimento foi capaz de reavivar a mística generosa que circunda a figura do “pobre” na cultura católica desde os tempos medievais. (IDEM, p.39)

Por volta de 1964 a 1969, tendo como marco as CEBs, iniciou-se um forte questionamento por parte de vários agentes e profissionais ligados aos movimentos sociais da Igreja ao modelo da prática de distribuição de alimentos.

Aos poucos, o trabalho das CEBs foi se tornando cada vez mais “politizado”, para além do assistencialismo. Dentro desse período, a Conferência de Medellín, na Colômbia, foi um marco importante em um momento de tantas tensões, no qual a igreja claramente se posicionava por uma (re) interpretação do Evangelho a partir de uma opção pelos pobres. Nas palavras de Fernandes (1993, p.36):

O fechamento do Estado pelo Exército deixou também a Igreja Católica fora dos círculos mais íntimos do poder. E ainda mais: as medidas repressivas atingiram segmentos preciosos da elite laica da Igreja. E isso,

²¹ A Cáritas Brasileira faz parte da Rede Cáritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, tendo a sua sede em Roma. É um organismo da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Foi fundada por Dom Helder Câmara em 12 de novembro de 1956 e é reconhecida como de utilidade pública federal. Fonte: <http://www.teste.caritasbrasileira.org/quemsomos.php?pag=1>. Acesso em: 25/10/2007.

em um momento que o Vaticano convocava os católicos a buscarem, positivamente, uma sintonia com os sinais dos tempos. A resposta dos bispos latino-americanos foi a escolha pela Igreja dos pobres, colocando-a contra o Estado e o comando militar.

De 1970 a 1981 ainda vivia-se o período da ditadura militar, porém as pressões sociais aumentaram e a igreja católica (ou sua parte denominada “progressista”) posicionou-se na luta política de resistência, abrindo vários canais para que a população pudesse se expressar como, por exemplo, na Pastoral da Terra (CPT), e na Campanha pela anistia dos presos políticos.

No período de 1982 a 1991 observa-se que a tônica é a organização comunitária, com a formação de grupos e articulação com outros setores da sociedade, tendo como meta os processos educativos baseados na educação popular de Paulo Freire, que foi conhecida como Caridade Libertadora.

Já entre 1992 a 1999, a Igreja Católica procurou integrar as suas práticas assistenciais dentro da perspectiva da formação da cidadania e dentro das políticas públicas. A igreja engajou-se na rede social, através de parcerias com movimentos e entidades da sociedade civil e do poder público. Conforme o *site* da Cáritas Brasileira²² :

Com o término do programa de alimentos e com o passar dos anos, a Cáritas Brasileira foi redimensionando sua prática no que diz respeito à sua metodologia de trabalho e prioridades de ação. Aos poucos, a entidade passa a dar ênfase à construção e conquista da cidadania através de relações democráticas e políticas sociais públicas, articulada com as demais pastorais sociais e com o movimento popular.²³

Interessante notar a relação dialética que se estabelece entre a religião e a sociedade civil, resultando no que Camurça denominou de “*religião social*”, este “civismo de novo tipo” que, “apoiando-se no específico da religião: os sentimentos, os rituais, valores morais,... vêm implementando novas formas de ação cívica e política” (Camurça, p. 58).

O autor sugere que a caridade esteja assumindo características do que denominou de uma “religião civil” comum aos brasileiros. Assim, a caridade, que sempre foi operada no Brasil por

donativos pessoais, valores cristãos e centrados em relações de reciprocidade e redes religiosas (...) hoje emerge adquirindo visibilidade e combinando-se com programas governamentais, em meio a transformações recentes nas articulações que visam a constituição de uma sociedade civil. (CAMURÇA, 2003, p.45).

²² Fonte: www.caritas.org.br. Acesso: 10/12/2007.

²³ Idem.

Segundo Camurça (2003), vários são os fatores que levam a este novo olhar ou entendimento sobre a caridade. Como principais causas é possível citar o agravamento da crise econômica/social e a ausência da ação do Estado. Como resposta a estas questões tão urgentes surge, então, a constatação: é preciso agir. Vale lembrar aqui o conhecido *slogan* da campanha contra fome, liderada pelo sociólogo Betinho que diretamente dizia: *Quem tem fome tem pressa*²⁴, lançando uma questão que marcaria a sociedade: a questão da pobreza, da fome como um tema importante a ser trabalhado no contexto social: "O Brasil tem 32 milhões de famintos", revelava Betinho mostrando que o problema da fome estava relacionado com a pobreza e que esta era real e concreta.

Atualmente a assistência social está sendo revalorizada, inclusive no meio acadêmico que passou a reconhecer “nestes valores antigos, demandas e disposições capazes de engendrar um *ethos* de sociabilidade no país. A caridade desde que expurgada de um viés assistencialista”, é legitimada pela consciência da *cidadania*” (Camurça, 2003, p.45). Ou seja, ocorreu um deslocamento dentro dessa prática; como foi dito anteriormente, a caridade, que fazia parte do vocabulário cristão e estava relacionada a esfera do privado, atualmente está sendo relacionada também para a esfera pública, da chamada “cidadania participativa”, sendo operada através do trabalho voluntário.

Esta nova forma de “caridade” que pode ser representada pelo chamado trabalho voluntário, é encarada diferentemente do conceito tradicional de “esmola”²⁵, e está tão inserida no sistema que, inclusive, tem sua eficiência e resultados cobrados e mensurados, “gestados nas práticas desenvolvidas pela nova filantropia (chamado Marketing Social) a partir de experiências de gestão empresarial e administração pública”. (CAMURÇA, 2003, p. 47).

2.2. A igreja e o Terceiro Setor

Existem diversas tentativas de definição do Terceiro Setor, motivo de intenso debate e polêmica. O conceito mais aceito atualmente é o de uma esfera de atuação pública, não-estatal, formada a partir de iniciativas privadas voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido do bem comum; ou seja, o Terceiro Setor seria uma mistura dos dois

²⁴ Fonte: <http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=564>. Acesso em: 31/10/2007.

²⁵ “No sentido de auxílio material baseado em relações verticalizadas, onde estão implícitos relações de patronagem e submissão” (FERNANDES, 1986, p. 121).

setores econômicos clássicos da sociedade: o público, representado pelo Estado, e o privado, representado pelo empresariado em geral.

Para entender o surgimento do Terceiro Setor, Fernandes (1993) nos lembra que existiam vários termos para caracterizar as instituições que visavam o interesse público, mas que não eram nem estatais e nem objetivavam o lucro monetário: eram as empresas denominadas sem fins lucrativos, filantrópicas ou voluntárias. Tradicionalmente eram Instituições Religiosas que realizavam a mediação dessas ações, dentro do espírito da caridade, filantropia e da moral cristã hegemônica no Brasil.

A expressão Terceiro Setor - traduzida do inglês (*third sector*) é uma expressão que nos Estados Unidos é usada para definir as organizações sem fins lucrativos (*non profit organizations*), instituições cujos lucros não podem ser distribuídos entre seus donos e dirigentes. Ainda: o termo Terceiro Setor é usado para denominar as organizações voluntárias e iniciativas privadas que não visam o lucro; ou seja, iniciativas na esfera pública, que não são feitas pelo Estado.

Nem empresa nem governo, mas sim cidadãos participando, de modo espontâneo e voluntário, em um sem número de ações que visam ao interesse comum. Assim, além do Estado e do mercado, há um “Terceiro Setor”. “Não governamental e não lucrativo, mas é, no entanto, organizado, independente e mobiliza particularmente a dimensão voluntária do comportamento das pessoas (FERNANDES, 1993, p.21).

Partindo de um pressuposto democrático, descobre-se que a vida pública não é feita apenas de atos de governo, mas também da atividade cidadã. O Terceiro Setor é composto por instituições bem diversificadas, incluindo organizações não governamentais, fundações e institutos empresariais, associações comunitárias, entidades assistenciais e filantrópicas, assim como várias outras instituições sem fins lucrativos. Enfim, o Terceiro Setor:

descreve um espaço de participação e experimentação de novos modos de pensar e agir sobre a realidade social, com o grande mérito de romper com a dicotomia entre o público e o privado (...). O Terceiro Setor, por sua vez, é um campo marcado por uma irredutível diversidade de atores e formas de organização, incluindo um amplo aspecto das instituições filantrópicas dedicadas à prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e bem estar social. Compreende também as organizações voltadas para a defesa dos direitos de grupos específicos da população, como as mulheres, negros e povos indígenas, ou de proteção ao meio ambiente, promoção do esporte, cultura e lazer. Engloba múltiplas experiências de trabalho voluntário, pelas quais cidadãos exprimem sua solidariedade através de doação de tempo, trabalho e talento para causas sociais. (CARDOSO, 2005, p.8).

Não é possível analisar o surgimento do Terceiro Setor, sem, mesmo que sumariamente, mencionar os efeitos das políticas neoliberais vividas pelo país nas últimas décadas. Estas políticas intensificaram a exclusão social e o agravamento da pobreza no país em decorrência da reestruturação econômica vivida. Em outras palavras, a inserção do país no contexto global, que opera através da lógica de mercado, levou o Brasil a redefinir a sua política de intervenção estatal na economia e na área social. Como consequência, temos um enorme passivo social. “Esta desregulamentação e despolitização das políticas sociais recolocou na agenda a relevância das ações filantrópicas – tradicionalmente associadas às práticas religiosas.” (BURITY, 2002, p.11).

Assim, uma vez esgotado e constatado o Estado e o Mercado como alternativas para a implementação do desenvolvimento social, restou como alternativa a Sociedade Civil

como *locus* adequado para fomentar as esperanças que conduzam a novos princípios de solidariedade em nossa sociedade (...) o debate agora é sobre as potencialidades do Terceiro Setor, este novo conceito para a sociedade civil enquanto espaço público de mobilização social. (NETO, 2000, p.16).

O exemplo mais emblemático deste tipo de Instituição (sem fins lucrativos e baseada no voluntarismo) são as ONGs - Organizações Não Governamentais – que têm origem na Europa, e vínculo com a ONU (Organização das Nações Unidas).

Desde a década de 70, a ONU reconheceu que essas instituições, embora não representassem governos, possuíam uma grande relevância na implementação e gerenciamento de projetos de desenvolvimento principalmente para o chamado Terceiro Mundo (expressão hegemônica na época para os países pobres). Com isso, acabaram fundando um “sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento” com atuação em quase todos os países do mundo. (FERNANDES, 1993, p. 67).

Atualmente as ONG's – além de fazerem parte fazem parte da Rede²⁶ do Terceiro Setor - são instrumentalizadas e possuem a função de “mediadores do público, dentro de um contexto de retração do Estado e do bem social” (IDEM p.9). Assim, terminaram perdendo um pouco do seu caráter político e contestatório.

²⁶ A sociedade moderna atualmente se estrutura em funções de redes, sendo um dos principais critérios para uma sociedade civil forte e organizada a conectividade das organizações entre si. Este novo paradigma está sendo aplicado no campo das relações, das práticas sociais e estratégias de ação coletiva assistência social, que se “converte numa proposta de sociabilidade, de eficiência na gestão de recursos escassos” (BURITY, 2002, p. 1). São inúmeros os exemplos: a Rede de Voluntariado, a Rede de Informações para o Terceiro Setor e as redes municipais de ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Deste modo, o Terceiro Setor, como categoria englobante, inclui uma diversidade de instituições, de redes de movimentos sociais e de organizações informais que não se posicionam mais em relação a um projeto político, como acontecia com os movimentos sociais e as ONGs nos anos 70 a 90, mas se colocam apenas como mediadores do público dentro de um contexto de retração do Estado de bem estar social. (...) Neste novo ambiente as suas ações tendem a deslocar-se para a filantropia (IDEM p.11).

No Brasil, as instituições sem fins lucrativos já são responsáveis por 5% do Produto Interno Bruto (PIB). Só para termos idéia da dimensão e da importância do Terceiro Setor, essas instituições já possuem uma participação no PIB superior a indústria de extração mineral. Esses dados são da pesquisa realizada pela PNUD Brasil ²⁷ (Programa da Nações Unidas para o Brasil). Os dados da pesquisa revelam também o grande potencial do setor em termos de absorção de mão-de-obra, mostrando que o número de trabalhadores no setor duplicou; ou seja: de 1,5 milhão em 1995, passou para 3 milhões, em 2002.

Observa-se assim que o Terceiro Setor “é um campo marcado por uma irredutível diversidade de atores e formas de organização”, incluindo um “amplo espectro de instituições” (Cardoso, 2005, p.8). E esse fato pode levar ao esgotamento do conceito, uma vez que não consiga unificar e identificar os atores que participam do Terceiro Setor.

Independente da sua classificação, o fato é que a Religião, aqui representada através das suas práticas assistenciais, precisa relacionar-se, procurar financiamento, participar de licitações, enfim, precisa articular-se dentro deste segmento para dar continuidade às suas obras e assim poder operar no campo da assistência social.

Conforme o estudo de Joanildo Burity (2006), a participação religiosa nas políticas sociais no Brasil vem sendo realizada através de redes e parcerias entre organizações da sociedade civil e agencias governamentais particularmente nas iniciativas de combate a pobreza e a promoção da cidadania no Brasil²⁸. Para o autor:

uma paulatina abertura, (...) para a aceitação de e mesmo um estímulo à contribuição da ação conduzida por grupos religiosos na área social. Correspondendo ao mesmo tempo a uma reavaliação quanto às funções sociais da religião e a uma redefinição do lugar do estado na iniciativa e condução das políticas sociais, a participação incremental de grupos religiosos nesta esfera é potencialmente tão controvertida quanto praticamente não analisada academicamente (BURITY 1999, p. 1).

²⁷ Fonte: <http://www.pnud.org.br/cidadania/reportagens/index.php?id01=1889&lay=cid>
Acesso em: 30/10/2007.

²⁸ Para melhor visualização de como se opera no meu campo essa “rede”, encontra-se em Anexo um organograma das parcerias e relacionamentos da Instituição.

Atualmente o Estado compartilha responsabilidade e transfere recursos para organizações da sociedade civil, definindo estratégias. E os “projetos sociais surgem como a mediação privilegiada para a oferta de seus serviços” (Steil/Carvalho, 2005, p.10).

Essa mediação entre o Estado e o Terceiro Setor é operada neste processo através de um instrumento principal que hoje é “universalmente conhecido como projeto” (Fernandes, 1993, p.67). Estes são implementados baseados em um orçamento, (quantificação dos valores e dos meios necessários), em um cronograma e presume-se uma organização que possibilite uma prestação de contas destes recursos.

A respeito das transformações existentes no campo assistencial com a implementação da política de projetos, Neto (2005) relata que as práticas assistenciais existentes em Porto Alegre à luz da administração do PT, iniciaram-se com a intenção de

pautar toda a distribuição das verbas municipais para as atividades assistenciais através da formulação de projetos, com o argumento lógico, de que as avaliações das necessidades se dariam no campo estritamente técnico, diluindo a possibilidade de esses recursos serem conseguidos em função de favores pessoais, próprios à lógica clientelista. O problema é que, se levarmos em conta o perfil das entidades que promovem o trabalho social na cidade, esse processo parte de uma desigualdade intrínseca. Muitos dos agentes, ou seus colaboradores, são analfabetos ou possuem uma alfabetização precária, dificultando sobremaneira a concepção de um projeto. Além disso, existe entre essas pessoas uma série de dificuldades para relacionar-se através de uma lógica estritamente burocrática (...) e sem falar nas rigorosas prestações de conta que pressupõem uma forte organização com relação a prazos e documentação (NETO, 2003, p.37).

Essas discussões auxiliaram-me a compreender e, mesmo, situar os projetos sociais realizadas pelo Instituto Leonardo Murialdo. Toda a diversidade, tensão e deslocamentos aqui apontadas (existentes em nível macro) e relatados por diversos estudiosos, são encontrados nessa Instituição. Assim, na esfera religiosa, há o deslocamento do sentido privado para um sentido público, com a incorporação do discurso dos direitos do cidadão; na esfera política, há o deslocamento do sentido contestatário original dos trabalhos sociais da Igreja para um sentido mais filantrópico e assistencial e na esfera institucional, dentro do Terceiro Setor, há o deslocamento do sentido micro para o enquadramento em uma grade rede assistencial, comandada pelo Estado.

Ligado a essas considerações em torno dos projetos sociais realizados no Murialdo, o próximo capítulo analisa as políticas públicas referentes ao Morro da Cruz.

3 - POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS APLICAÇÕES NO MORRO DA CRUZ

Ao apresentar as políticas públicas²⁹, principalmente aquelas em que o ILEM (Instituto Leonardo Murialdo) opera como mediador no Morro da Cruz, torna-se importante uma (rápida) contextualização das políticas públicas referentes ao desenvolvimento social, principalmente no que diz respeito às ações do Estado relacionadas com a Juventude.

Não é o caso aqui de analisar todo o sistema de proteção social existente no país, porém, em linhas gerais,

na área social, O Brasil tem a tradição de voltar suas políticas públicas para basicamente dois públicos-alvos – os pagantes e os não pagantes – segmentados em grandes grupos: crianças, gestantes, portadores de deficiência física ou necessitados de cuidados especiais e, num período bem mais recente, pessoas idosas. Os jovens, tidos em geral como portadores do futuro, e de um futuro sempre promissor, não cabem nesse desenho (COHN, 2004, p.160).

Ou seja, o modelo de proteção social brasileiro surgiu através da situação do indivíduo inserido no mercado de trabalho, “articuladas ao padrão de reprodução social dado pela sociedade salarial” (Idem, p.162). O marco histórico do sistema nacional de proteção social nasce na década de 1930, instituído por Getulio Vargas, que regulamentou a relação capital/trabalho para um país que iniciava o seu processo de industrialização.

Os direitos sociais são vinculados à condição dos trabalhadores no mercado formal de trabalho. Mesmo com o avanço que representou a Constituição de 1988, com a universalização dos direitos sociais para todos os cidadãos, independente da sua situação no mercado, a lógica persiste (COHN, 2004).

“Falar em políticas públicas de juventude implica em falar em políticas que garantem - se eficazes – o acesso a condições de vida e futuramente de trabalho dignas a um quinto da população brasileira, vale dizer, 34 milhões de jovens cidadãos” (Idem, p.170).

²⁹ *Políticas públicas* é um conceito (ou Disciplina) da Política e refere-se à atuação das autoridades públicas na sociedade. Com seus projetos e programas, voltados para a garantia dos direitos sociais, é o Estado em ação, configurando um compromisso público que visa dar conta das demandas da sociedade. As áreas principais de análise das políticas públicas são a economia, a infra-estrutura, as telecomunicações, o desenvolvimento social, a saúde e a segurança pública. Fonte: pt.wikipedia.org/wiki/Política_pública - 29k. Acesso em: 18/12/2007.

No entanto, na medida em que o crescimento econômico não gera trabalho em quantidade suficiente para promover a inclusão social dos jovens, o desafio que se coloca é como construir e implementar políticas do Estado que detectem as novas formas possíveis de inserção social dos indivíduos que não se dêem pela via do trabalho tal como classicamente concebido.

Como esclarece Pochmann (2004), a globalização dos mercados e as novas tecnologias vêm tendo um efeito devastador sobre a produção e o emprego em todo o mundo. As máquinas estão deixando de substituir não apenas a força física dos homens, como também a força intelectual nos novos processos produtivos. E isso impacta diretamente no trabalho que, porém, não representa uma condição homogênea para todos. As novas tecnologias (robótica, informática, etc.), as novas formas de organização do trabalho (reengenharia, qualidade total), apontam que:

Nesse contexto, o emprego vai gradualmente deixando de ser a única forma de ingresso no mundo do trabalho. Esse quadro exige que os jovens adquiram uma nova forma de ver, entender, sentir, agir e interagir diante do mundo do trabalho; então, para ressignificar seu posicionamento diante do trabalho, os adolescentes e jovens precisam reposicionar-se diante da vida. (COSTA, 2004, p.243).

Ao contrário dos jovens³⁰ das classes médias e altas, os das classes populares, quando chegam à adolescência, são convocados pela família a colaborarem na estratégia de sobrevivência do núcleo familiar. O trabalho é uma das poucas condições de mobilidade social, porém, ao ingressarem muito cedo no mercado, o fazem com baixa escolaridade, ocupando as mais baixas vagas e conseqüentemente remuneração. A busca de trabalho é prioritária para os jovens pobres. Os que estudam, ao aparecer uma oportunidade de trabalho, abandonam a escola pela necessidade de auxiliar a renda familiar (POCHMANN, 2004, p.231).

Porém, não foi o que observei no meu campo. Atualmente muitas empresas, para fugirem dos altos encargos das leis trabalhistas, estas estão preferindo contratar *estudantes*. No Murialdo, por exemplo, ao invés de os jovens falarem “*estou procurando trabalho*”, eles dizem: “*estou procurando um estágio*”. Eles já sabem, portanto, que precisam estar matriculados e freqüentando a escola para conseguir trabalho.

Presenciei uma conversa com um ex-aluno do curso com a assistente social da Instituição que prometeu conseguir uma vaga no curso supletivo para que este jovem

³⁰ No capítulo 4 desta Dissertação, abordo a temática da juventude.

conseguisse, assim, alguma colocação no mercado de trabalho. “*Sem estudar tu não vai conseguir nada. Volta para escola. Só contratam quem estuda*”. Ressalto, porém, que essa situação que apresentei acima não pode ser generalizada, pois muitos jovens trabalham no chamado “mercado informal”, onde não existem leis de proteção.

O outro lado da profissionalização é o sistema educacional formal. Como esclarece Moll (2000, p.72):

A tarefa da universalização do acesso à instituição escolar, enquanto “artefato” emblemático da modernidade, nunca foi, e nem é hoje, cumprida. E, nesse sentido, as políticas estatais para a área da educação configuram *espaços de ausência* e reforçam a idéia de *inexistência* de um sistema de educação nacional (IDEM, p.72).

Conforme o PNDA 2004 ³¹, o Brasil possui cerca de 60 milhões de crianças e adolescentes entre 0 a 17 anos, sendo que quase 16 milhões encontram-se fora da escola. Na faixa etária que realizo o meu estudo, jovens de 15 a 17 anos, a proporção dos que não freqüentam escola para ajudar nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar trabalho, alcança 20,1%. E como a escola é o principal instrumento que dispõe o governo para interagir com esta faixa de idade, esses jovens tornam-se alvos de difícil alcance para as políticas públicas.

Para Soares (2004) a saída da escola reduz as chances de acessos a empregos e amplia a probabilidade de reprodução da condição de pobreza. Ter o ensino médio faz a diferença. Sem completar o ensino fundamental, além de não serem aceitos em cursos profissionalizantes e estarem condenados as incertezas do trabalho informal, esses jovens representam os segmentos mais expostos aos riscos da violência.

Finalizando este tópico sobre as políticas públicas, analiso rapidamente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e os programas assistências Bolsa - Família e o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), por serem os principais programas existente no Morro da Cruz e por serem mediados pelo ILEM

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), foi instituído pela lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 para garantir, para essas faixas etárias, o direito à vida, à participação, ao respeito e à dignidade. Pode ser considerado um marco legal, pois transformou o estatuto da minoridade brasileira, especialmente dirigido aos que estão em processo de exclusão social ou em conflito com a lei.

³¹ Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 03/01/2008.

O ECA é considerado, pelos que trabalham diretamente com essa faixa etária (Ministério Público, ONG's, CNBB – Conferencia Nacional dos Bispos, etc.) e pelo ILEM como um grande avanço pois as suas concepções inovaram ao defenderem claramente os adolescentes e as crianças como sujeitos de direito.

*O PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*³², o Programa busca eliminar, em parceria com os diversos setores dos governos estaduais e municipais e da sociedade civil, o trabalho infantil em atividades perigosas, insalubres e degradantes.

O Programa é operacionalizado através de ações complementares à escola, com atividades culturais e desportivas em complementação à educação formal. Além da jornada ampliada, o PETI fornece uma bolsa mensal que substitui o trabalho infantil das crianças e dos adolescentes, constituindo-se, assim, numa fonte de recursos suplementares à subsistência das famílias beneficiárias. Este é destinado para filhos com idade até 16 anos. Atualmente o valor para a área urbana é de R\$ 40,00.

Em Porto Alegre, o PETI é executado pela Instituição Municipal FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania)³³. O Instituto Leonardo Murialdo atende a 80 crianças nesse programa.

O Bolsa – Família. É um programa do governo federal de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza. Foi criado no final de 2003, unificando vários outros programas existentes (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação), e “tem a unidade familiar como objeto de intervenção.” (Cohn, 2004, p.176).



³² Fonte: www.caixa.com.br. Acesso em: 03/01/2008.

³³ Fonte: Site do FASC http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=16. Acesso em: 10/01/2008.

Para permanecer no programa, as famílias precisam cumprir determinadas condições: manter as crianças e dos adolescentes de até 17 anos³⁴ na escola, cumprir os cuidados básicos em saúde (calendário de vacinação, pré e pós-natal para as gestantes), associando assim à transferência do benefício financeiro o acesso aos direitos sociais básicos - saúde, alimentação, educação e assistência social.

Têm direito ao *Bolsa Família* famílias que possuam renda *per capita* de até R\$120,00 reais. É preciso inscrever-se no Cadastro Único dos Programas Sociais. Os benefícios são pagos através dos *Cartões do Cidadão*, que funcionam como um cartão de débito bancário.

Em termos de Políticas Públicas, é um desafio articular medidas e ações de *alívio imediato* da pobreza de caráter emergencial, com as políticas de *superação* da pobreza, de caráter mais estrutural. (Cohn, 2004). Sabe-se que a erradicação da pobreza e a redução dos níveis de desigualdade no Brasil são metas que não são alcançadas a curto prazo, por decretos.

O *Bolsa-Família* seguramente não é a única solução para os problemas sociais do país, mas não há dúvida que mecanismos de transferência de renda fazem parte de qualquer proposta séria de promoção de uma sociedade mais justa para o nosso país. O recebimento é direto, porém é preciso o encaminhamento, via assistente social. O ILEM encaminhou 160 famílias para o Programa.

Penso ser pertinente aqui fazer uma reflexão sobre *família*, já que mencionei várias vezes a sua centralidade nos Programas Sociais.

Conforme Sarti (2004), temos a tendência a “naturalizar” as relações familiares, com base na identificação da família com a unidade biológica de reprodução (pai, mãe e filhos). Por terem base biológica, (nascimento, casamento, crescimento e envelhecimento), os eventos que ocorrem no âmbito familiar perdem o caráter relativo das relações sociais, organizadas segundo as regras da sociedade do tempo em que acontecem.

Já Bourdieu (2005) salienta que é preciso deixar de apreender a família como um dado imediato da realidade social, para ver nela um instrumento de construção dessa realidade. O conceito *família*, apesar de ser só uma palavra, uma simples construção verbal, impressiona ao constatar-se toda a variedade de representação que possui.

³⁴ No dia 28/12/2007, o governo editou uma Medida Provisória para ampliar o Bolsa-Família a jovens de até 17 anos. Antes, o limite de idade era 15 anos. Agora, o valor sobe para R\$ 172,00 contra R\$ 112,00 para as famílias que atingirem o número máximo de beneficiado (três filhos). Fonte: Estadão On-line – http://www.estadao.com.br/nacional/not_nac103886,0.htm. Acesso em: 09/01/2008.

O discurso freqüente e universal é que a família nuclear funciona como princípio de construção e de avaliação de toda a relação social. Aparece como a mais natural das categorias sociais, e fornece o modelo de todos os corpos sociais. Aqueles que têm uma família adequada se acham no direito de exigir que todos também possuam uma.

A família tem um papel na manutenção da ordem social, na reprodução da estrutura e das relações sociais. Nas sociedades modernas o principal responsável pela construção de categorias oficiais é o Estado. A família é então uma “ilusão bem fundamentada” (Idem, p.12), já que é produzida e reproduzida com as garantias do Estado.

Esta contribuição do autor ajuda-nos a compreender os projetos assistenciais do Estado que são plenos de afirmações normativas e prescritivas, e que possuem um discurso sobre a “família adequada”, a partir do qual o resto torna-se desvio. Com a universalização do conceito de família conjugal, cria-se um “modelo” que termina servindo como *parâmetro* para idealizações e projeções para a realização de Projetos Sociais, sem observar as singularidades locais. A exemplo disso, reproduzo a seguir um diálogo ocorrido entre uma assistente social e um aluno do Murialdo ilustrando essa tensão: “*Amanhã todos precisam trazer esta autorização assinada pelos pais para fazermos nosso passeio*”! E o aluno respondeu: “*Que viagem, profe... Não vou então, né? Nem vejo meus pais há um tempão*”...

É possível citar ainda, a respeito desse tema, uma pesquisa realizada pela antropóloga Claudia Fonseca (2004) numa favela porto-alegrense. Nesse estudo, a autora mostrou que o modelo de relações conjugais desta população diferia das classes médias, e que é um erro ter uma imagem estática da unidade doméstica. As famílias possuem fluidez, e muitas são as composições e arranjos possíveis para as mesmas. A autora exemplifica através da constatação de que os laços consangüíneos têm mais peso do que os laços por aliança, na comunidade pesquisada.

3.1. O Trabalho Educativo

Trabalho Educativo é o nome do programa assistencial patrocinado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), Instituição Municipal responsável pelas políticas assistenciais do município. O Programa prevê atendimento a crianças no turno inverso ao da escola.

Criado em 1994, o programa oferece, a adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social³⁵, oficinas de preparação para o mercado de trabalho – informática, artesanato, padaria, estética, etc. - além de orientação para socialização e resgate da cidadania. É desenvolvido nos centros regionais de assistência social e em organizações não-governamentais de todas as regiões da cidade. Os dados mostraram³⁶ que 1203 jovens (315 na rede própria e 888 na conveniada) foram atendidos em 2006.



O Instituto Leonardo Murialdo é uma das entidades que possui um convênio com a FASC para o atendimento de 30 adolescentes anualmente. 15 alunos são destinados para a preparação para o trabalho através do curso de informática e reciclagem de computadores e 15 através do curso de confeitaria e padaria.

O Trabalho Educativo possui normas e regras que são definidas pelo governo. O objetivo principal do Programa é a aprendizagem para o mundo do trabalho e é destinado a jovens entre 14 e 18 anos, moradores locais e oriundo de famílias cuja renda *per capita* seja de até ½ (meio) salário mínimo; Também, como já foi aqui mencionado, é dirigido a jovens encaminhados pelo Conselho Tutelar, pelo Ministério Público ou pelo Juizado da Infância³⁷.

³⁵ Vulnerabilidade aqui entendida como adolescente em situação de ameaça ou violação de direitos.

³⁶ Fonte: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/>. Acesso em: 02/01/2008.

³⁷ Tais órgãos encaminham esses jovens para o Programa como *medidas sócio-educativas* - resposta do Estado ao adolescente que cometeu alguma infração. Não se trata de “pena”, mas de oportunidade de inserção em processos educativos (mesmo que obrigatório) visando a inclusão social plena. (ECA, artigos 112 a125). (IDEM)

O curso possui 742 horas de trabalho, sendo a carga horária dividida em 2 módulos; *O Básico* (que eles denominam como aula de *Direitos Humanos*), que consiste em direitos básicos, cidadania, informática, esportes e encaminhamento de documentação e o *Módulo específico da iniciação profissional*

No Murialdo, existem duas opções de curso dentro do Trabalho Educativo: *Reciclagem* (Iniciação à informática) e *Padaria* (Iniciação à confeitaria). Os alunos têm aulas quatro vezes por semana, não tendo às quartas-feiras, pois é o dia em que se realiza a reunião pedagógica dos educadores e o atendimento do Serviço Social. Sexta-feira é o dia dedicado ao esporte e às atividades de lazer: idas a cinemas, parques, museus, exposições. Não são permitidas faltas e é dever da Instituição acompanhar o rendimento escolar de cada aluno. Também estão previstas reuniões com os pais e os alunos têm direito ao transporte gratuito.

Em minha observação, o direito ao passe livre (deslocamento gratuito nos ônibus) mostrou ser um dos motivos centrais na motivação para o ingresso no Programa. Mesmo morando nas redondezas, este simples fato - o direito de deslocamento gratuito - representa muito para os jovens. Uma menina me afirmou: “*Sabe o que é isso? Eu posso ir aonde quiser.... sem pagar, só passear!*”

Antes de dar início ao próximo tema, “o processo de seleção do Programa”, julgo ser relevante descrever aqui o meu primeiro dia no Murialdo. Não somente pelo fato de ter freqüentado o curso de informática durante dezesseis meses, mas também para ilustrar o trabalho educativo desenvolvido nessa Instituição no Morro da Cruz.

O primeiro dia de observação

Após um breve telefonema, marquei o dia da minha visita. Fui para o encontro sem ter nenhuma informação sobre o trabalho que iria encontrar. Cheguei ao local e deparei-me com um prédio amplo, uma portaria e uma foto de um padre. Logo me esclareceram que tratava-se de uma Instituição Religiosa que proporcionava um Programa de profissionalização. Após a espera de alguns minutos, veio finalmente a autorização para que eu pudesse subir. A secretária me disse: a *sala de aula* fica no terceiro andar, à direita. Subi as escadarias pensando e me questionando: “*Por que o uso da sala de aula? Será que é como uma escola, um colégio? Isso quer dizer que vou preciso estudar também práticas pedagógicas?*”

A porta da *sala de aula* possui uma divisão com vidro e, após alguns momentos de observação, José³⁸ (educador social) veio falar comigo. Me identifiquei e não sem algum esforço de memória, (que alívio!) ele lembrou-se de mim. Entramos e José disse à turma: *“Pessoal, pessoal, um minuto de atenção! Esta é como é mesmo o teu nome?”.... Lúcia, ela é pesquisadora da universidade e veio aqui conhecer o nosso trabalho. Dêem boa-tarde para ela!”*

Os 10 jovens saudaram-me rapidamente. Todos estavam muito entretidos com os computadores. A aula só iniciaria às 14 horas. Eram 13h40m, mas todos praticamente já estavam lá. Os meninos, entre 14 e 17 anos, jogavam jogos de luta, de estratégia e em rede e as meninas (entre 16 e 17 anos) estavam no popular *site* de relacionamento, o Orkut³⁹. Após a apresentação, José veio conversar e disse:

Já me estressei muito brigando contra isso, mas agora não mais. Eles não têm computador em casa e o que eles querem e gostam é o que tu estás vendo... Jogos ou Orkut. Mas vou negociando e tentando mostrar e ensinar outras coisas.



Passados dez minutos dentro da sala de aula, percebi que tinha entrado em campo com as algumas pré-noções um tanto equivocadas: 1º) Os computadores (diferentemente da realidade que eu imaginava: computadores velhos, lentos e aulas com apostila de programas de editores de texto e planilhas de *Excel*); 2º) Os meninos (oito) e as meninas

³⁸ No próximo item apresento José e falo mais detalhadamente a respeito do seu trabalho no Murialdo.

³⁹ *Site* na internet que tem por principal objetivo ser um canal de comunicação social, ajudando seus membros a criar novas amizades e manter relacionamentos. Há espaço para conversas *on-line* e divulgação de fotos e vídeos. No capítulo 5, apresento maiores detalhes sobre o Orkut.

(quatro) sentavam separados (não ficavam juntos, como eu suponha) e não utilizavam o computador da mesma maneira.

Sentei-me perto de uma jovem, Laura, que me relatou não ter paciência de jogar. Ela gosta mesmo é do Orkut, e me explicou o porquê: *“Já tenho mais de 120 amigos. Sempre tenho que entrar no site para falar e responder mensagens que me deixam. É muito tri.”*

Por fim, a aula terminou e observei que a Laura permaneceu quase todo o tempo tentando adicionar algumas de suas fotos digitais no Orkut.

A seguir, relato como acontece a seleção para que os alunos frequentem o curso.

O Processo de Seleção do Programa

Em janeiro de 2007 iniciou-se o processo de seleção para as novas turmas do Trabalho Educativo. A Instituição possuía 156 fichas com jovens interessados. Os critérios eram baseados na regulamentação advinda da FASC. Internamente, o Murialdo dá preferência ao jovem cuja família já esteja participando de algum Programa existente na comunidade.

A seleção foi realizada por uma equipe composta de assistentes sociais, pedagogos e educadores sociais. Na primeira triagem nas fichas, constatou-se que muitas estavam incompletas, ilegíveis, com telefones (na maioria celular), desatualizados. Também pude observar que algumas inscrições estavam erradas, ou seja, haviam sido inscritos menores de 14 anos. Com isso, o número reduziu-se e sobraram 55 fichas para 30 vagas.

A seguir, houve uma reunião extra para a padronização do processo de entrevistas, com a elaboração de um roteiro para as entrevistas e um questionário, aplicado oralmente pelo entrevistado, com algumas questões gerais.

Obtive autorização para assistir algumas entrevistas, as quais detalho a seguir:

As entrevistas eram rápidas⁴⁰. Assisti ao total de nove delas, sendo cinco com a presença de mães e quatro delas com a presença de pais. Algumas mães não sabiam exatamente em quê estavam inscrevendo os seus filhos.

Ouvi uma conversa informal na sala de espera: *“Sei lá. É coisa de padre, deve ser bom...”* Essa frase vai ao encontro do estudo do Burity (2006), que constatou essa

⁴⁰ 1) Mora com quem? 2) Quantos trabalham na família? 3) Qual a renda aproximada? 4) Possui envolvimento com a comunidade? 5) Quais são os problemas que tu vês na comunidade? O que achas que é o maior problema, se tu achares que tem algum problema....6) Já teve acesso a computador? 7) Já fez algum outro curso? 8) Interessa participar do curso de Informática ou padaria?

legitimidade que as Instituições Religiosas, principalmente a Igreja Católica, ainda possuem no imaginário do brasileiro.

Como esclarece o autor:

As organizações religiosas são importantes por sua credibilidade junto à população, por sua tradição de trabalho voluntário e filantrópico, por seu potencial mobilizador a partir de questões morais. (BURITY, 2006, p.141)

As entrevistas iniciavam com uma descrição do trabalho:

Trabalhamos com informática e reciclagem. Vamos apresentar o trabalho educativo, que é uma preparação para o mercado de trabalho, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Aqui discutimos entre outras coisas, noções de cidadania, sexualidade, trabalho, higiene. Relacionamento. É importante aprender a trabalhar em equipe (Assistente social do Murialdo).

O Morro da Cruz e seus arredores, por serem localidades geralmente associadas pela mídia ao tráfico de drogas, apresentam sérios riscos para os jovens. Uma mãe, aparentando 40 anos, com quatro filhos entre 10 a 17 anos, problematizou: *“Trabalho o dia inteiro e sou vizinha de pátio do tráfico. Chegam, batem palma e compram a droga. E eu, faço o quê? Não posso brigar com eles, né?”*.

A qualificação e a preparação para o trabalho também foi uma constante nas entrevistas. A máxima, *“eu não estudei e não quero a mesma vida pro meu filho”* continua valendo, motivando e balizando decisões. Segundo Antônio, 37 anos, quatro filhos, separado, funcionário da CEEE: *“Comecei a trabalhar com 13 anos, mas não aconselho. Vou deixar estudar mais um pouco, enquanto dá ele só estuda, mas a coisa tá braba...”* Ao surgir a pergunta sobre o curso preferido (padaria ou informática), este pai o antecipou a resposta do filho e disse: *“Padaria, por que pra comida tem sempre emprego, dá pra fazer pra vender. Tô certo ou tô errado?”*.

Outra mãe, Mara, 30 anos, três filhos, no final da entrevista pergunta: *“Deixa eu entender: ele vem aqui quatro vezes por semana, lancha, tem passe livre, mas no final é garantido que ele vai sair daqui empregado?”*

Para finalizar, transcrevo uma entrevista que se configurou emblemática da realidade e dos problemas sociais existentes no Morro da Cruz. A mãe, Jussara, chegou sozinha. Ela havia inscrito seus dois filhos no Programa, mas apenas o de 16 anos, que está

na 8ª série, foi chamado. Jussara estava triste porque o filho de 14 anos não tinha conseguido a vaga.

Assistente social: “Como é a tua família?”

Jussara: “Tenho 12 filhos, 11 morando comigo. Tive 17 filhos, infelizmente cinco morreram. Também mora comigo uma neta e cuido da minha mãe (mora no mesmo terreno), tenho dois filhos casados... (moram também no mesmo pátio) Estou separada há uns três anos. Os dois primeiros filhos são de outro casamento. Tem um morando fora, em Santa Catarina”.

Assistente social: “O seu marido ajuda ou contribui?”

Jussara: “Não, está preso, graças a Deus. Só eu trabalho. Todos os filhos estão desempregados... mas tenho o Bolsa - Família é pouquinho, mas ajuda....

E as passagens? Ele vai ganhar?”

(É respondido à mãe que depois a assistente social irá encaminhar os pedidos)

Assistente social: - “Possui envolvimento com a comunidade?”

Jussara: “O meu filho, sim, através do hip hop. Toca em um conjunto..”

Assistente social: “Ele já teve acesso a computador?”

Jussara: “Sim, na escola, fez curso de informática”.

Assistente social: “O que o filho teria interesse? Informática ou padaria?”

Jussara: “Não sei. O que conseguir está bom...”

Finalizando, Jussara pergunta: “Sei que este curso não rende dinheiro agora, mas vai ajudar meu filho, né?”

Os pais foram convidados para a aula inaugural, porém muitos não puderam comparecer. A aula foi no auditório e a equipe preparou um vídeo para apresentar o trabalho educativo. Primeiro falou o padre responsável. Ele explicou os objetivos do Projeto e ressaltou que, apesar de ser uma Instituição católica, “*não estamos tentando catequizar ninguém*” e que haviam diversos alunos de outras religiões, porém “*existem os valores cristãos e esses precisam ser respeitados.*”.

Depois o padre lembrou aos pais a questão do “*compromisso*”, já que eles confiaram na Instituição para lá deixarem seus filhos.

Por fim, falou a respeito das regras, da disciplina e dos horários a serem cumpridos no Murialdo, esclarecendo que o curso de reciclagem e informática é ministrado por dois instrutores, funcionários da Instituição, que auto denominam-se *educadores sociais*.

3.2. A mediação dos educadores sociais

Conforme Carvalho & Carvalho (2006), o termo Educação Social pode ser considerado um pleonasma - uma vez que todo o ato educativo é social - , resumindo-se

em uma ação pedagógica destinada ao desenvolvimento da sociabilidade (prioritariamente para grupos em situação de conflito ou risco social) e operando através da educação não formal. Ou seja, a Educação Social faz parte de uma política compensatória para a infância e a juventude oriundas das classes populares em situação de vulnerabilidade social, cujo objetivo é o de possibilitar a inclusão dessa parcela de indivíduos na sociedade, minimizando as tensões e a crescente desigualdade social.

Godinho (2003) aponta que o termo também nos remete à chamada Educação Popular e está relacionado com a valorização dos saberes das classes populares, ligados as suas experiências de vida e aos contextos sociais em que estão inseridos. Entre os desafios da Educação Popular está a articulação entre *teoria e prática*, entre os *saberes acadêmicos e saberes populares* e entre a *ação e reflexão*.

A Educação Social tem com objetivo comum o fortalecimento das classes populares como sujeitos de produção e de comunicação de saberes próprios, visando à transformação social. A prática educacional do educador social dá-se através da problematização da realidade junto aos educando que, através da ação/reflexão transforma *todos* os sujeitos envolvidos no processo. Ou seja, dá-se uma relação dialética, onde os próprios educadores ressignificam seus próprios saberes e própria leitura da realidade. Assim, educandos e educadores formam-se mutuamente, ao longo do processo educativo.

Um dos marcos teóricos dessa ação pedagógica é a obra de Paulo Freire, que norteia e embasa a maioria dos estudos. Aproprio-me de algumas idéias de sua extensa obra, com o objetivo de esclarecer a ação pedagógica que presenciei ao longo da minha pesquisa no Morro da Cruz. Para tanto, primeiramente apresento *José*, meu informante principal, responsável não só pelo curso de informática, mas também por toda parte tecnológica da Instituição. José, 45 anos, sem filhos, é um *educador social* que trabalha em dois programas distintos de *inclusão digital* pelo ensino digital. Trabalha como educador, e o faz por opção. Não é um trabalho voluntário, pois recebe salário, mas se fosse para o “mercado” provavelmente ganharia muito mais dinheiro, o que me leva a concluir que este não é o seu objetivo principal.

José é um especialista em novas tecnologias, apesar de não ter nenhum diploma universitário, seu conhecimento e erudição impressionam, pois domina a informática (tanto *hardware* quanto *softwares*) e as demais tecnologias digitais (imagem e som). Ele programa e desenvolve sistemas, além de ser *webdesigner* (constrói *sites* na Internet). Recentemente, José passou-me um vídeo gravado há mais de 10 anos com uma palestra que ministrou na Unisinos, sobre internet. Ele me perguntou:

Lucia, tu gostou? Aposto que não esperavas. Tem mais, aos poucos eu vou te passando material... Eu gosto muito de ler sobre o assunto. Tenho gravada todas as palestras do Pierre Lévy, quando ele veio aqui em Porto Alegre. Até fiquei amigo dele. Mas tem tempo.... Calma. (JOSÉ).

José foi militante político, estudou no Colégio Estadual Júlio de Castilhos e atuou no movimento estudantil. O meu informante fala dessa época com nostalgia e humor, como por exemplo nessa resposta a um pedido de uma aluna: *“Na tua idade, eu não ficava reclamando. Eu sou do tempo que a gente se organizava para tentar conseguir o que queríamos”*. Mas logo em seguida, ri para a aluna assustada e diz: *“Tô brincando, sei que agora tudo mudou, o que é que tu queres mesmo....”* E dirigiu-se até o computador, auxiliando-a. Depois continuou me relatando:

Uma vez fomos pedir dinheiro na rua, naquela praça em frente ao Centro Comercial. Era maior barbada conseguir dinheiro. Fomos juntando aos poucos e no final conseguimos comprar 500 apitos do Palácio dos Enfeites para um dia de protesto contra as taxas que estavam nos cobrando a escola, que deveria se gratuita. Quase todos os alunos nos entregaram o carnê.... um sucesso. O pessoal adorou....Tô rindo para não chorar... (JOSÉ).

José demonstra júbilo com o seu trabalho animado por um ideal de compromisso voluntário que funciona como um sucedâneo do seu engajamento político. Leva muito a sério seu trabalho. Reproduzo, a seguir, um trecho de uma de suas aulas para a turma de 2006. Primeiro manda todo mundo parar de jogar e sair do Orkut.

Gente, atenção, atenção. Novidades. Acho que vocês todos vão gostar. Vamos mudar algumas coisas até o final do ano e agora vamos trabalhar com projetos, com grupos de trabalho. É assim que se trabalha atualmente. Vocês vão democraticamente escolher em qual projeto querem realizar a apresentação. Vou dar um exemplo. Desisti de brigar com vocês por causa do jogo no computador. Calma, calma. Isto não quer dizer que vocês vão só jogar. Não! Vão ter que fazer várias atividades: Primeiro, assistir a um vídeo que eu consegui sobre os jogos eletrônicos. Tem 1 hora de duração, mas vocês vão gostar. Vocês precisam saber quem faz este tipo de jogo, objetivo, mercado, muitas informações. Depois eu explico melhor para os desta turma. Outra atividade é: aquela máquina que não roda direito o jogo, que é mais lenta, descobrir por que, o que podemos fazer para melhorar a *performance* do computador, que é preciso comprar, como montar, melhorar, etc. Também vocês vão se apresentar para os colegas, apresentando o trabalho, explicando para os que não jogam, o que é o jogo, quais as regras, o objetivo, que pode jogar em rede, em grupo, etc. E por fim, procurar na internet as atualizações, novidades, notícias, etc. (JOSÉ).

Os alunos gostaram bastante. Logo deram os nomes e a aula se agitou. José seguiu explicando que seriam mais quatro projetos: Orkut, Reciclagem, Google Earth e Produção de vídeo. Todos estavam felizes, e José, sorrindo, deu aquela famosa “piscadela” para mim. Pensei: Será que ele já leu também o Geertz? Nesse sentido,

A etnografia carrega um senso de observação *in situ*. Ela invoca um envolvimento hermenêutica que constitui um processo dialógico de aprendizado e compreensão cultural – como na famosa demanda de Clifford Geertz (1973) de que sejamos capazes de distinguir uma piscadela de um tique ao conseguirmos entender o que está sendo dito. E isso geralmente requer a pressuposição sobre a racionalidade, no sentido mais amplo, do que está passando: de que o que as pessoas fazem tem sentido para elas e deve ter para nós (Miller & Slater, 2004, p.45).

O outro instrutor é o “Guga”, morador da comunidade e ex-aluno do Murialdo. Nas suas palavras: “*Entrei pro Murialdo, gostei do curso, continuei a estudar informática, fiz depois mais um ano de curso para ser educador social, e agora já possuo até carteira assinada. Já sou da casa*”. Relatou-me que gosta muito do que faz, principalmente do trabalho de reciclagem.⁴¹ Guga me contou o caso da Priscila, aluna do curso que recentemente levou para a aula de reciclagem um computador totalmente danificado e eles, na aula e em conjunto, pensando e dando idéias, conseguiram consertá-lo. A trajetória de Guga apóia o discurso existente no ILEM, reforçando o sonho de todos aqueles jovens, pois a mensagem que é transmitida, conforme um dos alunos relatou, é clara: “*Ele é um de nós que conseguiu vencer*”.

José e Guga possuem um bom relacionamento. No curso, é possível identificar essa parceria, sendo Guga uma forte liderança (identificação e modelo para os alunos) e José (que possui o conhecimento realizando a mediação) a tradução e a ponte entre o mundo da informática e o mundo dos jovens – tema que trato no próximo capítulo.

⁴¹ No capítulo 5 apresento com mais detalhes o trabalho desenvolvido através da técnica de reciclagem.

4 - JUVENTUDE E CLASSES POPULARES

Juventude é um termo é ambíguo, pois pode ser utilizado tanto para a definição de idade cronológica⁴², quanto para uma posição cultural, marcando o início de um longo período, sendo inclusive cada dia mais confuso nominar/caracterizar, reconhecer e distinguir *quem é jovem*, pois na sociedade ocidental contemporânea a juventude tornou-se uma categoria cada vez mais elástica.. Assim:

A juventude é um estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma fatia do mercado onde todos querem se incluir. Parece humilhante deixar de ser jovem e ingressar naquele período da vida em que os mais complacentes nos olham com piedade e simpatia (...) Passamos de uma longa, longuíssima juventude, direto para a velhice, deixando vazio o lugar que deveria ser ocupado pelo adulto.(KEHL, 2005, p. 89-90).

Essas reflexões iluminam a análise de uma das minhas primeiras inserções em campo, quando vivenciei uma situação específica, a qual me permitiu refletir um pouco mais, eu diria, sobre o conceito de juventude.

O fato ocorreu no meu terceiro dia de observação no Murialdo quando, após as tarefas realizadas, aproximei-me da única menina presente na sala de aula, Valeska, de 15 anos, e iniciei um diálogo:

E⁴³ - “Que pena que a Laura não veio! Na aula passada ela me convidou para ser sua amiga no Orkut”.

A - “Eu vi, eu tava junto”.

E - “Mas eu não sei o que aconteceu, pois entrei na página, e não encontrei nenhum convite”.

A - “Não ? Mas ela fez. Quer que eu convide a senhora agora?”

E - “Senhora⁴⁴?! Não precisa me chamar de senhora!”

A - “Tá, mas é costume. É melhor a senhora tentar entrar no Orkut agora”.

E - “Senhora de novo?!”

A - “Mas como é que eu vou te chamar?”

⁴² Para a UNESCO, a juventude é o período dos 15 aos 25 anos. Fonte: www.unesco.com.br. Acesso em: 21/12/2007.

⁴³ E = Lúcia

A = Aluna

⁴⁴ A categoria classificatória “senhora” foi muito usada no início por vários informantes, revelando os marcos sociais, culturais e corporais das diferenças existentes entre mim e os alunos. Com o tempo, resolveram me chamar de “profe” (diminutivo de professora) que, mesmo mantendo uma relação de respeito, a torna mais pessoal.

E – “De Lúcia, pode me chamar de Lúcia, esse é o meu nome...”

A – “Eu sei que teu nome é Lucia. Mas tu não é senhora ?”

E – “Tá bom, Valeska, sou uma senhora que quer entrar no Orkut”.

A – “É fácil, a senhora vai ver !”

E – “Assim espero...”

Conforme Ariès (1981), a Antropologia vê a *juventude* como sendo socialmente construída. Nesse sentido, Bulcholtz (2002) aponta que as categorias relacionadas à juventude como *adolescente* ou *jovem adulto* oferecem um grau maior de especificidade relacionado à idade, mas mesmo essas classificações variam em suas aplicações em diferentes contextos.

Exemplos como o das *crianças soldados* e das *mães adolescentes* são socialmente significativos, autorizando a interpretação da cronologia biológica (em termos sociais) variar de acordo com as circunstâncias sociopolíticas. Assim, nos EUA, por exemplo, crianças pré-adolescentes acusadas de cometerem crimes violentos podem ser classificadas como adultos e serem responsabilizadas no sistema legal americano; porém, essa mesma faixa etária é considerada como *criança* quando relacionada ao trabalho infantil.

Continuando com a análise da autora, a *adolescência* foi um tópico crucial nas análises antropológicas clássicas e as questões associadas com este estágio da vida (cerimônias de iniciação, práticas sexuais, costumes matrimoniais e relações geracionais) eram fundamentais para o entendimento das sociedades primitivas.

Mais tarde, na primeira metade do século XX, surge uma abordagem culturalista para o desenvolvimento da adolescência como um estágio da vida. Os maiores exemplos são os estudos da antropóloga Margaret Mead que atribuía o comportamento adolescente à cultura em que o jovem está inserido.

Essas análises, no entanto, – sobre a adolescência como um estágio biológico e psicológico do desenvolvimento humano – continuavam sendo percebidas a partir da perspectiva do adulto, menosprezando a interação juvenil e a sua produção cultural.

Bulcholtz (2002) cita a influência dos estudos da Sociologia da Juventude e suas duas principais escolas que analisam este tema: a escola americana e a escola britânica.

A primeira focaliza o conceito de desvio e suas conseqüências, derivando desta abordagem a leitura da juventude como um grupo de risco e de comportamento de risco - o jovem como um problema, que precisa ser enquadrado e moldado.

E a segunda, a escola britânica, examina e prioriza as identidades jovens usando as teorias marxistas e compreendendo a juventude como local de resistência baseada em classes.



Retrato de uma jovem adolescente, quadro de Sophie Anderson (1823-1903) ⁴⁵



Foto capturada do Orkut

A Antropologia da Juventude atual - resultado tanto das mudanças internas ocorridas na Disciplina, bem como das transformações nas culturas mundiais - preocupa-se com as práticas através da qual essas culturas são produzidas. Ou seja, o seu foco é para a *agency*⁴⁶ desses jovens e para suas práticas culturais. Nas palavras da autora

Mais recentemente, uma terceira abordagem – a Antropologia da Juventude – tem começado a tomar forma, ocasionada pelo estímulo da modernidade e da globalização e pelo comprometimento ambivalente da juventude em contextos locais. Essa abordagem ampla e interdisciplinar revisita questões primeiramente levantadas em estudos sociológicos e antropológicos anteriores, enquanto introduz novos assuntos que surgem dentro das condições atuais de economia, política e cultura. A Antropologia da Juventude é caracterizada por sua atenção para a agência das pessoas jovens e pelo seu interesse em documentar as práticas culturais – tanto as formas já existentes, como também as originárias das novas formações culturais, que criativamente combinam elementos do capitalismo global e elementos da cultura local. (BUCHOLTZ, 2002, p.6, tradução minha).

Retornando para a realidade brasileira, muitos são os recortes possíveis para o estudo da categoria *juventude* ou mesmo para o termo *adolescência*. No meu estudo, os jovens das classes populares normalmente são retratados pelo que lhes falta e pela tensão

⁴⁵ Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Adolesc%C3%A2ncia>. Acesso em: 12/01/2007.

⁴⁶ O termo tem sido usado por muitos autores e possui diversos significados. Refiro-me aqui a definição do conceito formulado por Ahearn (2001, p.112): *Agency* refere-se à “capacidade de ação socioculturalmente mediada” (tradução minha).

que convivem: desemprego, pobreza, violência, uma escola despreparada para o acolhimento, etc. Porém, sem desconhecer as dificuldades materiais e simbólicas por eles vividas, opto pela abordagem antropológica que implica em recusar uma determinação linear da cultura e do seus modos de vida.

Nesse sentido, a seguir, apresento os jovens do Murialdo, não pela chave da “carência”, “falta” ou “ausência”, mas sim através das suas práticas culturais que, em minha etnografia, estão relacionadas às suas apropriações e ressignificações dos novos saberes adquiridos a partir do curso realizado de *inclusão digital*.

4.1. Hoje eu tô linda e quero tirar foto!

Ao observar como os jovens relacionam-se com o consumo, aqui representado por roupas/moda/marca, é possível um maior entendimento das suas práticas culturais. O fenômeno consumo vem sendo ampliado e ressignificado dentro das Ciências Sociais, passando a ser uma categoria central para o entendimento da modernidade.

Foto:



Orkut

Nesse sentido, a Antropologia traz contribuições, uma vez que o situa na sua dimensão cultural e social, pois o ato de comprar, mesmo quando percebido como uma escolha privada é condicionado pelo contexto, sendo possível “compreender uma cultura a partir dos objetos que ela produz e consome” (OLIVEN, 2005, p.7) .

Sahlins (2003) também criticou o economicismo, situando o consumo como uma prática cultural, uma vez que certos produtos possuem um valor simbólico que ultrapassa o seu valor de uso. O autor, sob este viés, analisou o sistema de vestuário americano considerando-o como um “esquema muito complexo de categorias culturais e de relações entre elas, um verdadeiro mapa do universo cultural” (IDEM, p.78).

Em minha pesquisa observei que para os jovens do Murialdo, a marca da roupa é muito valorizada pelo grupo, contribuindo para o processo de identificação e classificação. Remeto-me novamente a Sahlins (2003), pois o autor propôs a transposição do totemismo existente nas sociedades primitivas para a nossa sociedade ocidental, para explicar contemporaneamente o fenômeno das marcas, ou seja, os objetos de consumo vistos como categorias totêmicas, que realizam uma demarcação ou classificação social dos indivíduos.

Assim, “o sistema do vestuário em particular repete na sociedade ocidental as funções do chamado totemismo. Uma materialização suntuária das principais coordenadas de pessoas e ocasião torna-se um vasto esquema de comunicação (IDEM, p.202).

Rocha (1985) utilizou-se desse mesmo argumento para analisar a publicidade. Segundo ele, esta tem o poder de recriar a imagem de cada produto, atribuindo-lhe identidade, conteúdos e representações através da marcas.

Dessa maneira, “este operador totêmico tem como função fundamental a nomeação, a individualização. É através do nome que o produto se pessoaliza e passa a integrar uma rede de relações composta de outros produtos” (IDEM, p.69).

As práticas culturais juvenis combinam elementos do capitalismo global e da cultura local. Nesse sentido, os jovens do Morro da Cruz são influenciados pela “mundialização da cultura”. Ortiz (1994, p.123) aponta que:

Tênis, calça jeans, internet são referências desterritorializadas que fazem parte de um novo léxico de uma memória juvenil internacional-popular, aproximando jovens de diferentes nacionalidades, etnias e classes sociais. A moral desses jovens, cada vez mais é tecida na esfera mundial. Para construir suas identidades, eles escolhem símbolos e signos que estão presentes no processo de globalização..

Todas essas teorias são necessárias para explicar o sentido e a dimensão existente na afirmação da aluna Laura a respeito de sua preferência pela marca *Adidas*,

acrescentando inclusive que ela faz parte da Comunidade⁴⁷ no Orkut, (com cerca de 20.000 membros) intitulada: “*Nike é uma marca, Adidas é stilo...*”⁴⁸.



Foto: Lúcia Mury Scalco

Essas escolhas colaboram, assim, para a constituição de grupos ou “tribos”, (*skatistas*, *pagodeiros*, *funkeiros*, *grafiteiros*, etc.) proporcionando para esses jovens identidade, representação e socialização.

A tensão existente no Murialdo, por exemplo, no que se refere às roupas⁴⁹ usadas pelos jovens é uma constante, agravando-se no verão e nos passeios, principalmente em relação às adolescentes que trajavam *shorts*, mini-blusas e calças “coladas”. De um lado havia o discurso da Instituição Religiosa, que pedia “*compostura, bom-senso, e respeito*” e do outro a fala das adolescentes que, indignadas, posicionavam-se a respeito dessas restrições como sendo “*ridículo, palhaçada, tá calor, olha por que quer, gostou?, não me importo, me deixa, ninguém tem nada a ver com a minha vida, eu me visto como eu quero..*”.

Foram diversas as situações em campo nas quais surgiram tensões sobre as marcas. Como por exemplo, no dia em que Laura chegou à sala de aula com uma calça de moletom

⁴⁷ “Além de estabelecer a ligação de um usuário a outro, o Orkut permite a construção de Comunidades cujas temáticas são as mais diversas: Vão desde aquelas que privilegiam a discussão sobre um autor, um escritor, um pintor, passando por aquelas sobre times de futebol, grupos musicais, escolas, até as que contemplam ou compartilham preferências e hobbies, tais como *Amo Chocolate*, *Eu odeio acordar cedo*, entre milhares de outras” (BERGMANN, 2007, p.1).

⁴⁸ Fonte: <http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=16976818>. Acesso em: 20/01/2008.

⁴⁹ Inclusive esse tema – o vestuário dos alunos - foi pauta de uma reunião de pais, onde foi solicitada a ajuda dos mesmos, no sentido de orientar seus filhos para uma melhor postura na hora de escolher as roupas para freqüentarem o curso.

stretch, rosa, no estilo “*calça da Gang*”⁵⁰, vestimentas da moda, usadas nos Bailes *Funks* e de custo elevado.

Logo surgiram as perguntas e as brincadeiras... “*Da onde surgiu essa calça? De quem é? Me empresta? Tu comprou aonde?*”... E, como não estavam conseguindo identificar a origem da roupa, perguntaram: “*Essa calça é original ou genérica?*” A garota respondeu: “*Não sei, não quero saber. Ganhei da minha madrinha. Veio num pacote de presente. Gostou? Tá bonito? É isso que importa....*”.

Assim, “roupas, tênis e objetos, caros ou baratos, vendidos em shopping ou camelô são sinônimos de status e prestígio”. (Kehl, 2004, p.95). No Murialdo, os alunos comparecem sempre bem produzidos e em conformidade com a moda juvenil atual.

Na maioria das vezes que conversei com os jovens sobre esse assunto ouvia o mesmo discurso: “*tanto faz pra mim se é verdadeiro ou falso*” ou “*eu não ligo pra marca*”, mas eles sempre trajavam alguma marca. Na sua grande maioria eram peças falsificadas.

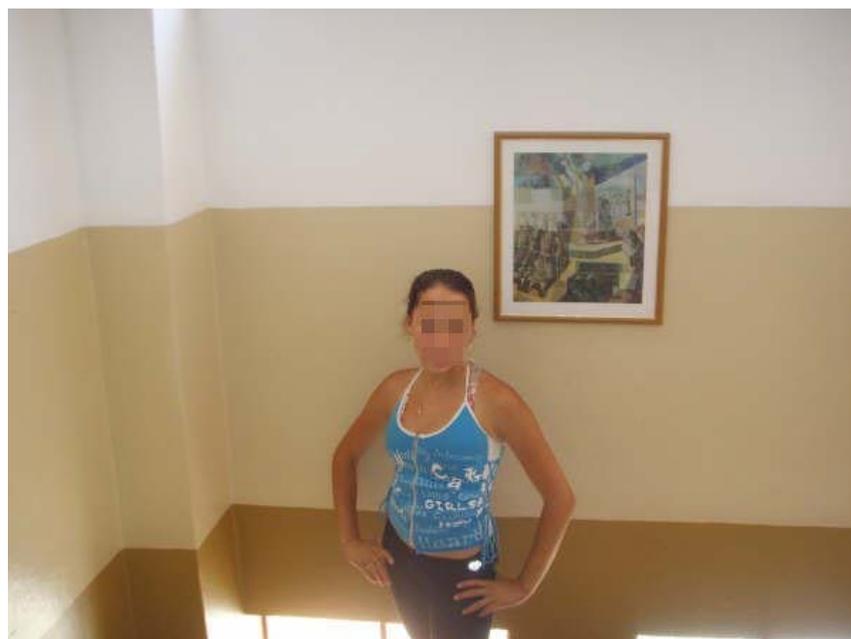


Foto: Lúcia Mury Scalco

Leitão & Machado (2006) ao estudarem a pirataria, sublinham que esta prática serve para uma ressignificação da marca, que continua operando com a mesma lógica de demarcação e distinção:

⁵⁰ “Estilo de calça feminina bastante específico, cuja característica distintiva é conferida pelo tecido que é utilizado em sua confecção. (...) O resultado é uma roupa extremamente aderente ao corpo, como uma calça de ginástica, capaz de revelar detalhes da silhueta corporal” (MIZRAHI, 2006, p.202).

O consumo de pirataria é complexo e envolve muitas dimensões analíticas. Para além de concluir que se trata de um comportamento que ocorre de cima para baixo, procuramos mostrar que ele tem muitas oscilações. Enquanto as classes médias e altas usam bens piratas por que têm outros demarcadores de classe que lhes garante a legitimidade no consumo, grupos populares, apesar de sofrerem uma discriminação que desautentica a grife usada e afasta os consumidores das elites, também atribuem significados singulares aos bens adquiridos, independente das críticas da moda (IDEM, p.39).

A esse respeito, sobre a questão do consumo de marcas como fator identitário, e de como os jovens das classes populares atribuem significados singulares à pirataria, cito a mesma informante da frase – *“hoje eu tô linda, vamos tirar foto”* - que resumiu assim a polêmica a respeito da pirataria: *“Eu até sei ver quando uma marca é falsa, mas na foto não aparece!”* Nesse caso, a fotografia serve como uma estratégia para a obtenção de reconhecimento, prestígio e aceitação do grupo, já que essas imagens são enviadas para o Orkut, que as disponibiliza para a rede de amigos.



(Foto: Lúcia Mury Scalco)

No Murialdo, desde o momento em que os jovens descobriram que eu possuía uma câmara fotográfica digital⁵¹, e que a emprestava sem maiores restrições, esse fato passou a

⁵¹As câmeras digitais estão aos poucos substituindo as câmeras equivalentes tradicionais por várias razões: preço, economia além da sua praticidade. Mas não são só as câmeras fotográficas que tiram fotos. Alguns determinados modelos de telefone celular têm essa função: tiram fotos digitais. Ou seja, além da expansão e barateamento dos telefones digitais, tornando-os acessíveis as classes populares, o setor de fotografia está passando por mais uma transformação: as câmeras digitais que começaram a substituir os câmeras tradicionais, analógicas no final dos anos 90, agora estão sendo ameaçadas de substituição pelos telefones

servir como uma espécie de *elo* entre mim e os alunos; ou seja, aos poucos, tornei-me provedora desse equipamento. Todos sabiam o dia em que eu freqüentava a referida Instituição. Assim, nesses dias, “*caprichavam*” no visual. As alunas vinham produzidas, inclusive maquiadas. Eu era aguardada com ansiedade e sempre havia disputas e tensões, como ilustra a fala de um dos jovens: “*Profe, tu prometeu me emprestar primeiro... Hoje sou eu... Tu só empresta para elas, nós também temos direito, posso descer e tirar foto lá em baixo?*” Recebi, inclusive, várias vezes recados no Orkut para eu não esquecer de levar a máquina.

Este fato me remete a Geertz (2001) que, ao expor uma situação por ele vivida em uma das suas etnografias em Java, na Indonésia, reflete com maestria sobre as tensões existentes na relação antropólogo/informantes sobre as armadilhas em campo e no risco de se romper o acordo implícito de encantamento mútuo.

O autor citado também relata a dificuldade da continuidade da relação que, às vezes, vai aos poucos sendo extinta, “criando-se uma atmosfera de desapontamento, de sentimento de que se foi enganado, usado e rejeitado. Quando isso acontece, o antropólogo experimenta uma perda de empatia: o namoro foi rompido”. (Geertz, 2001, p. 41). Está claro que nem todos os relacionamentos entre antropólogos e informantes são conflitantes, porém:

É preciso reconhecer a tensão moral e a ambigüidade ética implícita no encontro do antropólogo/informante, e ainda assim ser capaz de dissipá-la através das próprias ações e atitudes, é o que tal encontro exige de ambas as partes para ser autêntico e efetivamente ocorrer (GEERTZ, 2001 p.43).

Voltando à fotografia, desde sua invenção, ela tem sido utilizada como instrumento para a memória: casamentos, aniversários, festas de formatura, despedidas, viagens... A idéia é a de tentar “aprisionar” um momento relevante, materializado pela fotografia. Esta forma tradicional de fotografia, a dos chamados “momentos inesquecíveis” ainda está muito presente entre os jovens do Morro da Cruz. Por exemplo, para as minhas informantes, fazer *15 anos* é algo singular em suas vidas, muito valorizado pela família e pela comunidade. Inclusive esta festa vem sendo ressignificada nas classes populares, com uma nova designação: “*O Meu dia de princesa*”. Ou seja, um dia especial, em que a jovem é produzida, maquiada, bem vestida e principalmente, fotografada e filmada.

Existem empresas especializadas nestas festas, que oferecem o “pacote” completo e muitas famílias economizam e endividam-se por anos para esta festa. Tive a oportunidade de ver vários álbuns e DVD’s das minhas informantes e estes me eram oferecidos com muito orgulho, como uma “conquista”.

Conheci, em uma reunião de pais do Projeto Educativo, a mãe de Valeska (minha informante). Esta senhora, Rejane, veio conversar e logo quis saber o que eu tinha achado das fotos e do álbum de fotografia de 15 anos da filha, que havia comentado em casa que me emprestara para que eu levasse para ver com *calma* todas as fotos. A mãe de Valeska me disse: “*Aposto que nem está me conhecendo... Nas fotos eu pareço outra pessoa, né?*” Respondi que tinha gostado muito das fotos e lhe devolvi a pergunta querendo saber qual a sua motivação para a realização de tal evento. Rejane, empregada doméstica, 32 anos, com quatro filhos, dois casamentos, sustentando sozinha a família, assim me respondeu:

Poder a gente não pode, mas fazer o quê? Trabalho pra quê? Minha filha teve tudo que tinha direito, nem que por um dia só... Mas ela teve. A madrinha dela ajudou um pouco, minha mãe, foi tudo uma beleza... Sobrou doce..... As fotos? Claro que são importantes, sei que custa caro foto, filmagem, mas queria ter a lembrança do dia... Tá tudo lá... Muito lindo. Não me arrependi. Faria de novo. E vou fazer, olhando pra filha pequena de seis anos. Essa aqui vai ter uma festa bem linda, que nem a mana dela. É o meu papel de mãe (REJANE).

Conforme Sanz⁵² os álbuns de família podem identificar de que modo a fotografia se constitui como lugar de memória, servindo também como um reforço dos laços de sociabilidade familiares e das redes de amizade.

Existem também as jovens que não querem a festa de *15 anos*. Uma opção freqüente é fazer um “*book fotográfico*”⁵³, que também envolve produção completa: cabelo, maquiagem, roupa e, claro... Fotografia! Nos folhetos promocionais, distribuídos nas portas das escolas e no centro da cidade estão os argumentos:

Um sonho! Assim pode ser definido cada Book... Estes, são especialmente elaborados para surpreender quem é fotografado. Você não imagina a real dimensão de sua beleza até vê-la revelada. Nossa filosofia prega que um álbum fotográfico é muito mais que uma simples reunião de imagens; nossos álbuns são peças únicas de beleza, estilo e personalidade, onde cada cliente é a estrela que brilha no papel principal. Eternize sua melhor imagem, guarde pra sempre a mais bela lembrança dessa linda fase, registre você também a sua beleza (Folheto da Empresa).

⁵² Fonte: <http://www.studium.iar.unicamp.br/22/04.html>. Acesso em 23/11/2007.

⁵³ Álbum de fotografias produzidas por profissionais e destinado ao mercado publicitário.

Laura, 16 anos, que passou por esta experiência, assim a definiu:

Sei que é caro, mas valeu à pena, tiraram 90 fotos. Ganhei um DVD. As 33 melhores fotos estão no meu Book. Disseram que era fácil ser modelo, que eu tinha o perfil. Fui em algumas agências, mas é muito difícil. Acho que dizem pra todo mundo... É uma enganação, só querem o dinheiro da gente, mas eu tenho as fotos e o filme pra vida inteira. Toda hora troco as fotos no Orkut. (Laura)

Desde que a foto digital possibilitou aos seus usuários ver as fotografias no mesmo instante em que são produzidas, mudanças significativas ocorreram no campo fotográfico. Ver, fotografar e deletar, ou ver, fotografar de novo e aceitar... Essas são ações bem corriqueiras da fotografia contemporânea e possuem várias implicações.

Por exemplo, conforme observei em campo, os jovens tiram foto de tudo e de todos, criando milhares de fotografias, dificultando a classificação, a diferenciação... Todos os fatos são acontecimentos e, ao mesmo tempo, não o são. O Banco de Imagens da Instituição Murialdo, em dois anos, possui hoje mais de cinco mil fotos e uma infinidade de vídeos. Como esclarece Aguiar⁵⁴ (1998, p. 1):

Não é apenas um acontecimento singular que "merece" ser fotografado, mas é o fato de ser fotografado que o torna acontecimento... Como atribuir singularidade e alteridade a um acontecimento se todos os acontecimentos são registrados sucessivamente em milhares de fotografias? A atual abundância incessante de acontecimentos criaria um fluxo inflacionário de acontecimentos sem diferenciação, numa disformidade uniforme... Todos os fatos são acontecimentos e, ao mesmo tempo, nenhum o é efetivamente.

Todos os meus informantes, por exemplo, querem ter álbuns digitais (*foto logs*) na Internet. O desejo maior é o de poder disponibilizar e compartilhar essas imagens para e com os amigos, pois os jovens querem ser vistos, querem visibilidade. Inclusive existe uma comunidade no Orkut denominada *Eu tiro foto pensando no Orkut*⁵⁵, com 211.773 membros.

Outro viés para analisar a prática da fotografia entre os jovens no Murialdo é através da chamada *inclusão visual*⁵⁶, que se refere ao uso de fotos para desenvolver, nos moradores de comunidades de baixa renda, o sentimento coletivo e o espírito de

⁵⁴ Fonte: [GTs da XXI Reunião Brasileira de Antropologia](#).

Disponível em: <http://www.ufes.br/~cisoufes/gts/gt30.htm>. Acesso em: 20/11/2007.

⁵⁵ Fonte: www.orkut.com/UniversalSearch.aspx?searchFor=C&q=eu+tiro+foto+pensando+no+orkut
Acesso em: 20/01/2008.

⁵⁶ Fonte: http://www.aredo.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=206&Itemid=99. Acesso em: 21/01/2008.

solidariedade social e de cooperação. De acordo com o fotógrafo Zeka Araújo⁵⁷, coordenador de um projeto de *inclusão digital*:

A fotografia está em cada um, e cada um conta sua própria história ao fazer uma foto. Descobrir isso e poder contar sua história — na maioria das vezes, muito diferente da história que contam as imagens dominantes da mídia sobre as populações das periferias pobres — é a idéia central do movimento que vem sendo chamado de inclusão visual (...). Fotografia é poder. Quando se dá uma máquina fotográfica a um jovem de periferia, dá-se a ele um ambiente expressivo. É um processo de tensão. (Zeka Araújo, 2007).

Durante a minha pesquisa no Murialdo, em uma ocasião, emprestei a câmara digital para um grupo de rapazes que foram ao banheiro e tiraram fotos só de cuecas, em poses individuais. Ocorre que eles foram descobertos pelo educador social José e o fato causou algumas discussões e constrangimentos. No final, os alunos foram desculpar-se comigo. Respondi que não havia ficado ofendida e perguntei o porquê das fotos. Os jovens explicaram que muitas meninas solicitavam essas fotos em poses sensuais e eles gostariam de colocar essas imagens nos seus respectivos Orkuts. A partir desse episódio, José introduziu na aula seguinte um debate sobre pornografia infantil, trazendo reportagens de jornais e *sites* explicativos.

A fotografia é um meio de expressão do sistema simbólico de representação que participa na atribuição de significado a pessoas, acontecimentos e objetos, contribuindo dessa forma para o estabelecimento da imagem que os indivíduos criam de si mesmos e da realidade em que estão inseridos. Nesse sentido, “mais do que representar fielmente a realidade circundante, a fotografia é um instrumento, fundamentalmente, de interpretação do mundo” (CAETANO⁵⁸, 2007, p.6).

Enfim, para os alunos do Murialdo, no Morro da Cruz, as fotografias têm extrema relevância pois, para além de materializarem identidades e sentimentos desses jovens, elas revelam a busca pelo fortalecimento dos laços de sociabilidade.

⁵⁷ Fotógrafo profissional, 58 anos, com vários prêmios, com vasta biografia, tanto fotográfica quanto pessoal. Participa de Projetos de Inclusão Visual, dando aulas para crianças carentes nos bairros de Irajá e Acari. Fonte: http://www.aredo.inf.br/index.php?Itemid=99&id=692&option=com_content&task=view Acesso em: 10/10/2007.

⁵⁸ Fonte: <https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/345/1/CIES-WP25.pdf>. Acesso em: 20/01/2008.

5 - PRÁTICAS DE APROPRIAÇÃO DA INTERNET NO MURIALDO

5.1. Inclusão digital e cidadania a partir das novas tecnologias

As *tecnologias da informação e da comunicação*⁵⁹, baseadas na internet, fenômeno global da atualidade, operam profundas alterações no âmbito da cultura moderna: no trabalho, na produção, no lazer, no consumo, no comércio, na socialização, na transmissão dos saberes, na organização das empresas e dos Estados, etc., desencadeando novas práticas de comunicação/interação/socialização. Vários são os teóricos que estudam o tema das transformações tecnológicas na modernidade, tais como: Bauman, (2001) Appadurai (1996), Ortiz (1994), Castells (2005), Lévy (1999), entre outros. A literatura inicial acerca da internet e de suas potencialidades era descrita como revolucionária, tanto pelas suas inovações quanto pelas suas implicações sociais e políticas.

A exemplo dessa perspectiva, Pierre Lévy⁶⁰ (1999), filósofo, possui uma visão muito otimista das possibilidades advindas da internet e do *ciberespaço*. Estes, ao constituírem-se em um novo espaço de sociabilidade, possibilitam a construção de comunidades virtuais e de novas articulações através de redes sociais, favorecendo o surgimento da *inteligência coletiva*.

Para o autor, o problema é a forma individualizada com que a internet está sendo utilizada, (e-mail, pesquisas, etc.) defendendo a idéia de que atualmente estamos entrando em uma nova fase na internet; qual seja, a do trabalho conjunto, *on-line*, com proposições e resoluções coletivas virtualmente constituídas, capazes de promover o exercício da *cidadania ativa*. Conforme o autor: “A emergência do ciberespaço é fruto de um verdadeiro movimento social, com seu grupo líder (a juventude metropolitana escolarizada) e suas palavras de ordem: interconexão, criação de comunidades virtuais, inteligência coletiva” (LÉVY, 1999, p.123).

⁵⁹ Ao abordar os termos *tecnologias da informação e da comunicação* refiro-me ao conjunto de tecnologias que permitem a aquisição, produção, armazenamento, processamento e transmissão de dados na forma de imagem, vídeo, texto ou áudio, que convergem para as redes que utilizam o protocolo da internet (BARBOSA, 2005).

⁶⁰ Autor muito citado pelo meu informante principal, José, que inclusive o conhece pessoalmente.

Segundo Castells (2005), a internet constitui-se em um meio de comunicação e de relação - essencial para a nova forma de sociedade em que vivemos - denominada "sociedade em rede".

Nesse sentido, a internet não é simplesmente uma tecnologia, é o meio organizativo que permite o desenvolvimento de uma série de novas formas de relação sociais e de comunicação. Para o autor:

Internet é o tecido de nossas vidas neste momento. Não é futuro. É presente. Internet é meio pra tudo, que interage com o conjunto da sociedade e, de fato, apesar de tão recente (...), não precisa de explicação, pois já sabemos o que é internet (IDEM p.255).

Essas novas práticas de comunicação e socialização, mediadas por computador, vem sendo também estudadas pela Antropologia que, com o seu corpo teórico e sua metodologia, aprofundam o entendimento de como as identidades - individual e coletiva - são negociadas on/off-line, identificando as novas dinâmicas do poder nestes novos contextos.

Wilson & Peterson (2002) assinalam que, apesar do crescente interesse da Antropologia nessas novas práticas e discursos, existem poucos trabalhos etnográficos sobre as tecnologias da Internet. Como resultado, muito do nosso entendimento sobre essas questões vêm de outras áreas, através de pesquisas em que se priorizam as interações *on-line* mediadas por computadores, onde o *locus* da interação tem sido o que comumente denomina-se como ciberespaço.

Uma importante contribuição da teoria antropológica são as recentes pesquisas que possuem uma abordagem etnográfica, buscando entender os processos sociais, culturais e históricos envolvidos. Tal abordagem desloca o foco ao trazer a pesquisa de volta do ciberespaço e da realidade virtual para espaços geográficos e sociais.

Miller & Slater (2004) realizaram uma etnografia em *cibercafés* em Trinidad, estudando as apropriações sociais que a que tecnologia produz localmente.

Para tanto, não se restringiram as interações *on-line*, focaram-se também nas interações *off-line*, que criam laços de continuidade e de pertencimento para além da tela do computador⁶¹.

⁶¹ "De forma muito original os autores ressitua as atitudes metodológicas da participação, observação, conversa, texto da construção da pesquisa antropológica atenta à experiência singular com as novas interfaces digitais problematizando as superposições temporais vividas no cotidiano local na interação com a internet." (ECKERT & ROCHA, 2004, p.8).

Em suas palavras:

O que nós buscamos é um estudo dos processos que têm, como conseqüências, a geração do fenômeno que nós observamos. No presente caso, nem a Internet é dada como uma tecnologia que é o objeto de estudo, nem Trinidad é separado como um contexto social ou cultural. Ao contrário, nós objetivamos examinar a internet como um processo cultural trinitino, assim como entender como Trinidad pode agora ser, dentre outras coisas, um produto do uso da internet (MILLER & SLATER, 2004, p.48).

Os autores demonstraram que o uso da internet pode ocorrer de muitas formas e que por esse motivo, não pode ser tratado como um contexto dado e estável. Assim “isso se constitui um problema para a etnografia, mas também um problema com que só a etnografia poderia lidar” (MILLER & SLATER, 2004, p.63).

Creio que as sugestões desses autores são úteis para a compreensão etnográfica da internet no contexto brasileiro. Conforme Barbosa (2005), a internet foi inaugurada no Brasil no início de 1988, quando o Laboratório Nacional de Computação Científica do Rio de Janeiro estabeleceu uma ligação com a Universidade de Maryland, nos EUA.

Logo depois a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo) conectou-se com uma Universidade de Chicago e no final de 1988 já havia cerca de 100 mil endereços na internet brasileira, sendo as principais aplicações a troca de arquivos textos e mensagens. As empresas brasileiras vieram a seguir, procurando visibilidade para seus produtos a baixo custo operacional. O governo brasileiro também acreditou na tecnologia, pois a partir do ano de 1997 já era possível declarar o imposto de renda pela internet.

Com a implantação do computador nas mais variadas situações cotidianas, possuir conhecimentos básicos em informática tornou-se um pré-requisito para atividades como: uso de telefone celular, transações bancárias em caixas eletrônicos ou via internet, serviços governamentais, acesso e troca de informações, notícias, mensagens.

Além disso condiciona o acesso a postos no mercado de trabalho. O mundo atingiu a marca de 1 bilhão de internautas em 2006 ⁶², no entanto, esse processo também criou o seu avesso, “à divisória digital, ou seja, a idéia de que a internet está criando um mundo dividido entre os que têm e os que não têm internet” (Castells, 2005, p. 265). Sem ignorar as desigualdades de acesso em todo o mundo, o autor ressalta que, pelo menos em termos

⁶² Fonte: Info On-line: 27/04/2006 Estudo indica aumento mundial de inclusão digital.

tecnológicos, as taxas de conectividade vão deixar de ser um problema para a expansão da rede, pois as mesmas estão crescendo exponencialmente.

Alguns especialistas apontam que a internet, em pouco tempo, passará a ser um serviço essencial; Vianna (2007), por exemplo, compara a Internet com a caneta *bic* (no sentido de ser uma ferramenta básica para se fazer qualquer coisa) e outro autor argumenta que, “(...) como fará parte da vida das pessoas, a internet passará a ser tratada como qualquer facilidade do lar, como o gás de cozinha, a água das torneiras ou a energia elétrica” (BARBOSA 2005, p.25).

Circunscrevendo o problema da *exclusão digital*, Castells⁶³, aborda o exemplo da Espanha, onde a exclusão é uma questão de idade e de escolaridade. Não é o acesso a rede o principal fator de exclusão e sim o acesso à educação. “Sem educação, a tecnologia não serve para nada.” (Idem). Especificamente na sociedade da internet, o complicado não é saber navegar, mas saber aonde ir, onde buscar o que se quer encontrar e o que fazer com o que se encontra. Isso requer educação. Complementando:

A conectividade como elemento de divisão social está diminuindo rapidamente. O que se observa, contudo, naquelas pessoas, sobretudo estudantes e crianças, que estão conectadas é que aparece um segundo elemento de divisão social mais importante que a conectividade técnica; a capacidade educativa e cultural de utilizar a internet. Uma vez que toda a informação está na rede – ou seja, o conhecimento codificado, mas não aquele de que se necessita – trata-se antes de saber onde está a informação, como buscá-la, como transformá-la em conhecimento específico para fazer aquilo que se quer fazer. Essa capacidade de aprender a aprender, essa capacidade de saber o que fazer com que se aprende, essa capacidade é socialmente desigual e está ligada à origem social, à origem familiar, ao nível cultural, ao nível de educação. É aí que está, empiricamente falando, a divisória digital neste momento. (CASTELLS, 2005, p.267)

No Brasil, como anteriormente abordado, várias são as ações, projetos e programas sociais que tentam - através da chamada *inclusão digital* - proporcionar acesso a computadores e disseminar esses novos saberes para as comunidades de baixa renda tendo como objetivo a obtenção da *cidadania*. Como aponta Carvalho (2002, p.7):

⁶³ Entrevista com Manuel Castells, Jornal El País.

Fonte: http://www.elpais.com/articulo/reportajes/poder/tiene/miedo/Internet/elpepusocdmg/20080106elpdmgr ep_5/Tes. Acesso em: 18/12/2007.

Uma das marcas desse esforço é a voga que assumiu a palavra cidadania. Políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais, dirigentes de associações, simples cidadãos, todos a adotaram. A cidadania, literalmente caiu na boca do povo. Mais ainda, ela substituiu o próprio povo na retórica política. Não se diz mais “o povo quer isto ou aquilo”, diz-se a “cidadania quer”. Cidadania virou gente.

Conforme Pina e Arriba (2006), a categoria *cidadão* continua sendo até agora objeto de debate nas Ciências Sociais, porém já existe consenso em relacioná-la aos ideários da revolução francesa (liberdade, igualdade e fraternidade) e também ao Estado liberal e de direito. Contemporaneamente esta categoria funde-se com a do consumidor, emergindo o *consumidor cidadão*. Para entender o processo de construção dessa nova categoria é preciso situá-lo historicamente.

A categoria *cidadão* nasce com a intenção de dar um nome ao vínculo entre o indivíduo livre, consciente, com poder de decisão, transformado em átomo da sociedade civil; e o Estado que, legitimado sob a legalidade e a norma jurídica, institui o primeiro como sujeito de direito. (...) Os direitos da primeira geração são os direitos civis; direito à vida, à liberdade de decisão, direito à propriedade, liberdade de deslocamento e direitos políticos. Depois vieram direitos da segunda geração, os chamados direitos sociais, que contemplam o direito ao trabalho, à educação, à saúde, à greve, ao seguro de velhice e invalidez. (...) No final do séc. XX, no marco dos processos de político-econômicos de globalização e transnacionalização, novos direitos e novos titulares de direito começaram a aparecer, englobados sob a denominação de direitos de terceira geração. Relacionam-se com reivindicações em nível de grupos (povos, etnias, nações, gênero, etc.). Estes são: o direito autodeterminação, a paz, ao meio ambiente, ao meio ambiente saudável, e os direitos do consumidor, das mulheres e dos anciãos. (...) Hoje, finalmente, devemos mencionar os direitos da quarta geração, derivados do uso da engenharia genética e sua relação com a bioética (PINA e ARRIBA, 2006, p.83, 84).

Um trecho de um documento oficial brasileiro⁶⁴ ilustra, à luz do direito jurídico, a ligação existente entre *novas tecnologias e cidadania*:

O acesso à informação e o direito à comunicação são direitos inalienáveis do ser humano e, por isso, o acesso e a produção da informação utilizando tecnologias digitais de informação e comunicação (TICs) devem ser compreendidos como um novo direito humano fundamental, devendo ser respeitado, garantido e promovido pelo Estado brasileiro.

⁶⁴ Fonte: http://www.idbrasil.gov.br/docs_prog_gesac/docoficiais/pdf/II_Oficina_Relatorio_Sintese.pdf
Acesso em: 10/11/2007.

Elias (2000) aborda essa questão, discutindo se é possível existir preponderância entre a necessidade do pão (ou de algo que satisfaça a fome) e a necessidade de informação e de saber. Conclui que são complementares, pois sempre é preciso o *saber*, inclusive para saciar a fome.

O Brasil vive esse *dilema*, pois junto com demandas urgentes a resolver, que vão desde a provisão de recursos básicos (alimentação, saúde, educação e postos de trabalho, etc.) estão as demandas das novas tecnologias, destacando os equipamentos, o treinamento e a conectividade. Neste cenário complexo, porém, o governo através da sua política de *inclusão digital*, prioriza principalmente o aspecto material, investindo na compra de equipamentos⁶⁵. Esquecendo-se, assim, que as novas tecnologias precisam estar incorporadas a uma estratégia global de política pública. Em poucas palavras, é muito mais fácil e rápido comprar equipamentos do que enfrentar todas as dimensões e dificuldades que envolvem a *inclusão digital*.

Feitas essas considerações, passo agora a descrever como se opera (conforme observei em minha pesquisa), no Instituto Murialdo, o processo que envolve a apropriação de algumas das novas tecnologias.

5.2. Tensão e negociação na apropriação de novas tecnologias

Primeira aula da turma de alunos do Projeto Educativo/Informática de 2007

Estavam na sala de aula treze jovens (cinco alunos e oito alunas) que, sentados em cadeira e em círculo, ouviam José *apresentar-lhes* os computadores:

A política é de não se apegarem a nenhuma máquina (referindo-se aos computadores). O legal é o rodízio, ninguém pode se adonar aqui. Na última turma era uma briga, parecia que os alunos tinham lugar marcado. Vamos tentar não repetir isso! Temos uma boa estrutura que está sempre

⁶⁵ Alguns exemplos: 1) Governo federal vai comprar 54 mil computadores para Programa de Inclusão Digital. Compra será realizada por meio de pregão eletrônico. 4.161 prefeituras já se cadastraram para receber os equipamentos. Fonte: <http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/noticia/governo-federal-vai-comprar-54-mil-computadores-para-programa-de-inclusao-digital> 2) Governo amplia benefícios para tornar computadores mais baratos. O governo federal, por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), publicou portaria com uma série de alterações na configuração do projeto Computador para Todos. Fonte: <http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/noticia/governo-amplia-beneficios-para-tornar-computadores-mais-baratos>. Acesso em: 21/01/2008.

sendo melhorada a cada dia. Com o tempo vocês vão entender como as coisas funcionam. A história não começou hoje, aqui com vocês. Houve turmas antes e outros alunos virão depois. Esta máquina (mostrando um computador todo pintado) é obra da turma passada. Foi toda incrementada e modificada. Era um Pentium velho, mas agora é uma das melhores aqui (JOSÉ).

José seguiu mostrando cada computador, detalhando sua procedência, deixando transparecer para os alunos que o que importava mais eram as suas histórias e o processo de construção que envolvia cada computador. O próprio educador José trouxe um computador da sua casa, emprestando-o à Instituição.

A Instituição Murialdo disponibiliza para o curso oito computadores com acesso à internet compartilhando a conexão do Telecentro do Murialdo⁶⁶, via rede da Procempa (Empresa de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre). Isto significa que o sistema é lento, sendo praticamente impossível baixar vídeos (como os do *site You tube*⁶⁷, por exemplo), além de não comportar o MSN⁶⁸, por questão de sobrecarga da rede. O curso dispõe também dos programas mais conhecidos e atuais como editores de texto, *softwares* para processamento de imagens, edição de vídeo, gravador de CD, DVD.

Quanto ao uso de *software livre*, esse é estimulado e apresentado aos alunos, ressaltando as suas vantagens. Porém, o curso tem como objetivo dar uma iniciação à informática, não abordando questões de programação. Também a rede ali construída comporta, recebe e armazena todas as fotos digitais e filmes de todos os Projetos da Instituição o que pressupõe organização e planejamento para o gerenciamento de tais atividades, pois esses computadores são os mesmos que os alunos usam.

Após as explicações iniciais de José, começaram as apresentações. Esses jovens que, compartilhando muitas características em comum (faixa etária, local de moradia, estudantes de escola pública e de renda familiar), possuem singularidades e diversidades expressadas através de suas roupas, de seus cabelos, na maneira de sentar, nas falas, nos risos, levando a classificações genéricas e rotulantes: os tímidos, os falantes, os populares, os desafiadores...

⁶⁶ Telecentro patrocinado pela Prefeitura, que dispõe de três computadores para acesso ao público, em horário comercial. Pode-se acessar no máximo três vezes por semana, com um tempo estipulado em 45 minutos. Este local é considerado modelo pela Prefeitura de Porto Alegre pelo seu índice de funcionamento. O ILEM responsabiliza-se pela manutenção dos computadores (concertando-os rapidamente) e também pelos funcionários que lá trabalham.

⁶⁷ *You tube* é um *site* na internet que permite que seus usuários carreguem, assistam e compartilhem vídeos em formato digital.

⁶⁸ MSN - Sistema de mensagem e conversas on-line da Microsoft.

José esclareceu quais as informações que eles deveriam relatar, ressaltando que as mesmas eram para o grupo, para que eles se conhecessem, uma vez que iriam conviver por um ano inteiro. Cada um deveria dizer o seu nome, a sua idade, e se já tinham tido contato anterior com computador, se possuíam algum em casa e do que gostariam de aprender no curso. Além disso, abriu-se espaço para perguntas. Criou-se um clima tenso com a proposição pois, como é usual no comportamento juvenil, a maioria deles sentiu-se constrangida pela exposição em público. A forma de expressão dos alunos foi bem direta e rápida nas respostas, sendo qualquer comentário motivo de risos e de chacotas. Algumas falas para ilustrar: Lukas, 16 anos, aluno da 1ª série do Ensino Médio, que já fizera curso em uma ONG sobre informática, mas não tinha acesso à internet, disse:

Era só digitar texto e aprender uns bagulhos⁶⁹...(risos) sei lá, teclado, memória, números também... tabela, preencher tabela. Aprendi isto também. Gosto de jogar RPG⁷⁰, não tenho e-mail, mas já ouvi falar...! Não tenho computador, frequento Lan⁷¹, quando dá. Na escola tem, mas nem conta, ou tá estragado ou a gente não pode mexer porque não tem ninguém pra dar aula, ah, fora que são muitos por computador.... (risos).

Rudney, 15 anos, estudante da 8ª série, não tinha e-mail, mas já havia freqüentado algumas vezes a *Lan House* do morro da Tuca. *‘Tô louco pra entrar nesse negócio de Orkut. Tenho um monte de amigos que já têm. Deve ser tri!’*. Também havia alunos que já estavam bem introduzidos na tecnologia. Sergei, por exemplo, 16 anos, cursando a 8ª série, apresentou-se como um *“apaixonado por computador, tenho e-mail, Orkut, MSN. Tenho um primo que entende pra caramba e me ensina. Tenho uma carroça em casa, (referindo-se ao computador presenteado pela patroa de sua mãe), mas é melhor que nada. Já tá melhor”*.

José aconselhou-o a trazer seu computador na próxima aula, alegando que esta prática fazia parte do processo educativo, originando inclusive o nome do curso: Reciclagem.⁷² Nessa pequena amostra, mesmo as meninas sendo em menor número, pareciam ter mais familiaridade, inclusive três delas já tinham bastante experiência,

⁶⁹ Para uma reflexão aprofundada sobre a questão do preconceito lingüístico a respeito da linguagem coloquial e a gramatical, ver Possenti (1996). Em sua obra, o autor nos leva à reflexão sobre a prática de ensino de Língua Portuguesa, abordando desde o papel da escola até como trabalhar em sala de aula a partir da produção do aluno.

⁷⁰ *Role Playing Game*, Jogo de Interpretação de Personagem, é um jogo de estratégia e imaginação, em que os jogadores interpretam diferentes personagens, vivendo aventuras e superando desafios. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Role-playing_game. Acesso em: 20/01/2008.

⁷¹ Diminutivo de *Lan house*. Estabelecimento comercial onde as pessoas pagam para utilizar um computador. Os freqüentadores são na maioria jovens que praticam jogos virtuais, servindo de local de encontro e sociabilidade. Para maiores detalhes ver Dornelles (2008).

⁷² No último capítulo dessa Dissertação, abordo o tema da Reciclagem.

possuindo e-mail, Orkut e MSN. A mais desinibida e articulada, Lucimarta, 17 anos, aluna do 2º ano do Ensino Médio, deu uma dica a todos os colegas: “*Não se apavorem com o João. É o jeito dele, mas é legal!*” Ela já o conhecia por freqüentar o Telecentro do Murialdo. Guga, assistente de José, também se apresentou. Por fim, apresentei-me, explicando que era estudante de Antropologia e estava pesquisando *inclusão digital*. Um aluno espantou-se e me perguntou: “*Vai estudar a gente? Pra quê? Nossa, ficamos importante e nem fiquei sabendo?!*”

Complementando a descrição da primeira aula, o passo seguinte realizado foi a construção de seus respectivos Orkuts. Ressalto que não houve nenhum tipo de explicação teórica sobre informática. José acredita que este processo (criação de um e-mail válido, escolha de senhas, preenchimento do formulário do referido *site* e a transferência das fotos) é a melhor maneira de se iniciar um processo de *inclusão digital*, a partir das suas realidades.

Não demonizo nada. Nem os jogos nem o Orkut. Eles fazem parte da proposta pedagógica da qual acredito. A partir daí, pode-se ensinar muitas coisas. Mas não é muito fácil. É uma negociação... tu vais sentir na pele: Pessoal, um minuto de atenção! Todos vocês conhecem a Lúcia. Pois bem, podem pedir ajuda para ela também. A partir de hoje ela vai colaborar também (JOSÉ).

Comecei a atender aos chamados de “ajuda”, refletindo sobre as implicações desta minha nova “função” na sala de aula, qual seja, o relacionamento direto com os alunos para a solução das suas demandas relacionadas à informática. Eu pessoalmente, sou uma *simples usuária* e não possuo conhecimentos especiais sobre computadores. No entanto, ao argumentar com o José, sobre a minha *incapacidade técnica*, recebi como resposta a máxima: “*Em terra de cego, quem tem um olho é rei...*”

A reflexão crítica sobre o problema epistemológico surgido em campo, pode ser resumida na “formulação sintética e um pouco caricatural”, apontada por Eunice Durham ao revelar seu temor sobre a transformação da natureza do trabalho de campo dentro da Antropologia, qual seja, de passarmos da “observação participante para a participação observante” (Durham, 1986, p.27). Pensando também sobre os caminhos da observação participante, Cardoso (1986) argumenta que

A prática de pesquisa que procura este tipo de contato precisa valorizar a observação tanto quanto a participação. Se a última é condição necessária para um contato onde afeto e razão se complementam, a primeira fornece a medida das coisas. Observar é contar, descrever e situar os fatos únicos

e os cotidianos, construindo cadeias de significação. Este modo de observar supõe, como vimos, um investimento do observador na análise de seu próprio modo de olhar. Para conseguir esta façanha, sem se perder entrando pela psicanálise amadorística, é preciso ancorar as relações pessoais em seus contextos e estudar as condições sociais de produção dos discursos. Do entrevistador e do entrevistado. E este esforço não pode ser feito se não se coloca entre parênteses os grandes paradigmas interpretativos assim como os parâmetros usados pelos entrevistados para explicar o mundo. A teoria do conhecimento nos oferece um caminho para compreender a realidade e não uma série de “verdades” a serem comprovadas (CARDOSO, 1986, p.103).

Tratando do tema em uma realidade empírica, o clássico relato de Whyte (2005) sobre o seu mergulho etnográfico em uma área pobre e degradada de Boston, é muito útil e “bom para pensar” a questão do distanciamento na prática etnográfica:

À medida que fui aceito pelos Norton e por vários outros grupos, tentei me tornar bastante agradável, de modo que as pessoas tivessem o prazer de me ver por perto. Ao mesmo tempo, tentei não influenciar o grupo, por que queria estudar a situação da maneira menos afetada possível por minha presença. Assim, durante toda a minha estada em Corneville, evitei aceitar empregos ou posições de liderança em qualquer dos grupos, com uma única exceção. Uma vez fui nomeado secretário do Clube da Comunidade Italiana. Meu primeiro impulso foi declinar da indicação, mas então refleti que a função do secretário é normalmente considerada menor – escrever as atas e cuidar da correspondência. Aceitei e descobri que poderia fazer um registro muito completo do desenrolar das reuniões enquanto elas aconteciam, sob o pretexto de tomar notas para as atas (WHYTE, 2005, p.305).

Na esteira das constatações de Whyte (2005), também aproveitei o episódio para, com todas as preocupações metodológicas mencionadas, tentar explorar ao máximo as vantagens da minha nova posição. No ano anterior, não havia conseguido uma interação satisfatória com os jovens. Compreendi, na época, e creditei o fato a supostas diferenças geracionais e/ou de classe existentes. Porém, sem desprezar as primeiras hipóteses percebi que, para os meus informantes, aquelas horas no curso eram as únicas que dispunham para acessar o computador. Simplesmente não era o momento adequado tentar uma aproximação e iniciar uma conversa quando eles estavam ocupados. Entretanto, com a turma que eu acompanhei desde a seleção para o ingresso no Programa, foi diferente. Ao participar inclusive das reuniões com os pais, tive a oportunidade de poder interagir mais

informalmente com os alunos. A seguir descrevo três personagens e suas trajetórias como exemplos das singularidades existentes entre esses jovens:⁷³

Rudney era um dos alunos que mais solicitava a minha presença. *“Fica aqui, profe. Não sai. Hoje tu vai ficar só comigo. Nem responde para os outros...”*, dizia com ironia. Já relatei anteriormente um pouco da sua trajetória, porém complementando, ele gosta muito de *Hip-hop* e possui uma banda. *“Tocamos por aí, quero ser músico, famoso, ter dinheiro e mulher . Já pensou?”* Respondi: *“Para isso tu precisas de um e-mail, para as pessoas poderem se comunicar contigo. E para ter Orkut também”*. Como Rud (seu apelido) não possuía nenhum conhecimento, foi uma operação demorada a digitação, a compreensão das funções das teclas, os nomes em inglês. Seu desabafo é revelador: *“Não pensei que fosse tão complicado. Precisa de tudo isso? Quem é esse tal de Yahoo? Tem que saber inglês pra mexer? Pra que querem saber tudo isso de mim? Sei lá qual é o meu CEP. Nem sei o que é isso!”*

Continuamos tentando. A escolha de um e-mail válido também foi demorada. A primeira tentativa foi a do seu nome: rudiney@yahoo.com.br que, obviamente, foi negada. *“Mas por quê, não é esse o meu nome?”* Expliquei que deveriam existir milhares com o mesmo nome. *“Vamos tentar outro nome”*, eu disse. *“Mas não é por computador? Só eu tenho esse nome aqui na sala”*. Novas explicações e novas tentativas. *“Tá legal, agora vou escrever o meu nome inteiro... Profe, olha o que a máquina esta dizendo: operação não concluída”*.

Repetimos a operação, o que levou bastante tempo pois, como já relatei, há variações na rede que o Murialdo utiliza, e especialmente nesse dia a internet estava lenta, com interrupções e conseqüente perda das informações já preenchidas. Por fim, compomos juntos um e-mail misturando o seu nome, as iniciais do sobrenome e números. *“Conseguimos finalmente”*, vibrou. Seguindo a orientação de José, mandei um e-mail, que tinha que ser respondido pelo aluno. Rud ficou emocionado por ter sozinho conseguido acessar o *site* e receber a mensagem. A sua resposta, por e mail, foi um simples “oi”. E falou-me: *“Tô cansado, profe. Esse negócio de digitar é difícil. Mas valeu. Não vai me esquecer, hein? Na aula que vem tem o Orkut”*.

Porém, na aula seguinte, a cena se repetiu. Não se lembrava do e-mail. Nem eu. *“Mas como é que tu não lembra? Eu, tudo bem, sou meio burro, mas a senhora?”* Respondi, brincando, que era tão “burra” quanto ele... (risos) e nova tentativa. Depois me

⁷³ Durante a minha observação participativa convivi com cerca de 30 jovens, porém transcrevo apenas três trajetórias de alunos por serem representativas no contexto da minha pesquisa.

lembrei da sua mensagem, do “oi” enviado e recebido. Ele espantou-se, pois pensava que, ao ler, a mensagem era apagada. Já entrando no Orkut, novos problemas. Rud não se lembrava da senha. *“Que droga, não se pode errar nenhuma letrinha que não vai.....”* Enfim, foram inúmeras as tentativas, até que José interferiu e aconselhou a criação de um novo e-mail, o que levou Rud a ficar muito brabo. *“Vou desistir, profe. Vou pedir para ir para a padaria (outro curso disponibilizado pela Instituição dentro do mesmo Programa), pelo menos a gente come e se sobra levamos pra casa. Isso aqui está muito chato”.*

Passada a frustração, iniciamos a feitura do e-mail. Dessa vez foi mais fácil e ele retomou o entusiasmo pela aula. Quando o sistema pediu uma senha, eu aconselhei-o a escrever algo que fosse importante para ele, para facilitar novos acessos. Rud concordou. Em segundos preencheu as solicitações a respeito dos seus dados. *“Pronto. Já escolhi uma senha que nunca vou esquecer: é o nome do meu melhor amigo que mataram no mês passado. Boa idéia, né?”*

Rudney é filho de Jussara, mãe que conheci durante a entrevista para a seleção do Programa e que tinha 12 filhos. Não pôde, porém, completar o curso. Em agosto de 2007, o pai, conforme me informou a assistente social, saiu da prisão em regime semi-aberto e começou a *incomodar*. Rudney precisou sair do curso para defender a casa, o pátio e os irmãos menores, enquanto a mãe trabalha. Esse desfecho, além de nos remeter as precariedades econômicas e sociais do local apontam também para uma realidade existente no Morro da Cruz: o grande número de famílias chefiadas por mulheres que, ou pelo abandono do companheiro, morte ou prisão, precisam buscar estratégias para sobreviver.

Nesse sentido, Jussara pode ser categorizada como uma “mulher valente”, Fonseca (2004, p.130), termo usado pela autora em sua etnografia sobre família, violência, honra e relações de gêneros no Morro da Cruz.

Apresento a seguir William, transcrevendo, para melhor contextualização, cenas passadas no decorrer do curso para melhor contextualização:

A aula iniciou com a rotina de sempre. José costumava aproveitar a primeira meia hora para introduzir questões, transmitir recados, quase sempre oferecendo matérias e reportagens complementares sobre o tema da aula, escrevendo no quadro-negro as tarefas planejadas. Nesse dia as atividades eram: 1) Colar adesivos para identificar as máquinas com o Sistema Linux; 2) Aplicar as dicas de configuração da Revista Info; 3) Digitalização do álbum de fotos da aluna Lucimarta e 4) Limpeza das telas (monitores) dos PC .

Em geral, esse era um momento de tensão, pois os alunos chegavam querendo apenas ver os seus recados, ouvir música e/ou jogar (nos computadores). Não queriam

aula. Alguns alegavam cansaço, pois já haviam assistido aula na parte da manhã. José, muitas vezes, precisou usar sua autoridade para conseguir alguma atenção, ameaçando desligar os computadores, mudar a metodologia, etc.

William, 16 anos, está no Programa Educativo cumprindo medida sócio-educativa por envolvimento com o tráfico de drogas. Não abordei esse assunto diretamente com ele, mas todos, inclusive seus colegas, conhecem a sua história. William encaixa-se no “ethos” juvenil descrito por Luis Fernando Soares (2004, p.152), qual seja, a do “macho violento, arrogante e poderoso”. Possuía liderança e/ou impunha respeito pela sua condição de ser “quase um marginal”. Contou-me que odiava a escola (cursando a 6ª série do ensino fundamental), mas que iria “largar”. Perguntei a ele o porquê e a sua resposta foi: “*eu não aprendo nada lá mesmo. Vou estudar de noite. Na minha aula só tem piá*”. William adorava ficar ouvindo música (*Hip hop, Funks*) durante as aulas. O problema, porém, era com o volume do som. José pedia inúmeras vezes para que o aluno baixasse o volume, mas além de não atender à solicitação, William aumentava o volume ainda mais. Já fazia parte da rotina esse enfrentamento.

Um dia, porém, depois de muitas discussões, a agressão física quase materializou-se, e foi necessária a presença de várias pessoas para conseguir contê-lo. William também ameaçou José com frases do tipo: “*Você não tem noção do risco de vida que corre em se meter com alguém como eu*”. José indignou-se e respondeu que não tinha medo de aluno. (Posteriormente José relatou-me que já tinha ministrado um curso de informática para jovens infratores na FEBEM, e que as aulas eram com guardas armados na porta, pois todos já haviam praticado crimes com mortes).

A reação inicial do José foi expulsá-lo da aula, porém o padre entrevistou e explicou que aquela era uma oportunidade para conseguir uma real aproximação com William, lembrando que “*se ele for embora hoje expulso da aula, esse menino não voltará nunca mais. É agora que precisamos ajudá-lo*”. José voltou atrás na sua decisão e William voltou para a sala.

Antes de continuar o relato, abro um parêntese para destacar que os jogos eletrônicos sempre fizeram parte da rotina do curso. Porém não cabe neste estudo uma discussão teórica sobre essa prática, que pode ser vista sob diferentes viéses: “competição, controle, entretenimento, escapismo, passa-tempo ou sociabilidade” (Dornelles, 2008).

O que penso ser pertinente mostrar sobre os jogos é relatar que na aula seguinte, José trouxe além de várias reportagens sobre a problemática do “Bullying⁷⁴”, um jogo eletrônico relacionado a esse tema, em que o personagem é muito violento e bate em todas as pessoas.

José acredita que esses jogos possam servir como prática pedagógica, seja relacionada à parte técnica (configuração, instalação da placa de vídeo, som, rodar em rede, etc.) ou à socialização. Muitas aulas eu passei conversando com o William, ouvindo as suas histórias e inclusive tentei jogar. O seu conselho era: “*É que nem na vida, tem que ficar esperto o tempo todo*”.

William é lutador de judô e atleta de um clube. Uma ocasião me convidou para ir assisti-lo lutar em um campeonato. Compareci. O que lhe deu enorme alegria. Apresentou-me para todas as pessoas no local. Quando perguntaram quem eu era, ele resumiu assim... “*Não sei bem o que ela faz, é meia professora... meia aluna do curso de informática*”. Conversei com o seu técnico que relatou-me um pouco mais sobre a história desse jovem, já que o acompanha desde criança como técnico:

É um talento nato, só não tem cabeça. Está na faixa roxa por que quer, pois já poderia ser faixa preta há muito tempo. Poderia inclusive estar nas próximas Olimpíadas. Mas falta disciplina, falta treino. Sempre desaparece e aparece com novos problemas. Já pensei inclusive em contratar uma psicóloga, mas duvido que ajude. Ele só pensa e age pensando no dia de hoje. Não sonha, aí fica difícil... !

Lucimarta, 17 anos, destacou-se no grupo por sua desenvoltura. Como já foi relatado, tinha algum conhecimento de informática e o seu envolvimento com o computador iniciou-se na escola. Essa aluna fazia parte do grêmio estudantil e por isso possuía algumas “*vantagens*” como, por exemplo, ter acesso mais freqüente à sala de informática. Além disso, contou-me:

Sempre dou um jeito de entrar no meu Orkut. Converso e trovo com um vizinho⁷⁵ meio chato, mas sempre acaba acreditando nas mentiras que

⁷⁴ *Bullying* é um termo de origem inglesa utilizado para descrever atos de violência física ou psicológica, praticados por um indivíduo com o objetivo de intimidar ou agredir outro indivíduo incapaz de se defender.

⁷⁵ Uma das características já apontadas em vários estudos sobre as vilas de classes populares no Brasil (Ex: Fonseca, 2004) é a proximidade existente entre os moradores, a solidariedade entre os parentes e vizinhos, operada através de uma rede de reciprocidade que tem como ponto de partida a proximidade e a convivência. As novas tecnologias também fazem parte dessa rede, seja com o empréstimo destes objetos ou na constatação do empoderamento existente de quem possui um computador e uma conexão. Como o antigo *televizinho*, agora surge os *vizinho.com* que usam diversas estratégias para acessarem seus e-mails e recados no Orkut.

conto, que é urgente, que é a última vez, essas coisas. Aqui no Morro é muito caro a conexão. Só funciona linha discada e por isso ele só deixa entrar tarde, depois das 10 horas da noite, e bem pouquinho.

Lucimarta disse-me ainda que, de tanto freqüentar uma *Lan House*⁷⁶ “boa”, fez amizade com o responsável, que estende o seu horário em quase uma hora. Também freqüenta o Telecentro local. O irmão ganhou um computador usado e velho. Entusiasmou-se com a possibilidade de arrumá-lo no curso e vai pedir ajuda a José. Relatou-me que um amigo só pode entrar depois da meia-noite, por causa do custo. Quanto ao seu Orkut, ela foi uma das primeiras a aderir. Suas palavras: “*Ninguém conhecia e eu já era viciada*”. Lucimarta tem mais de 400 amigos no Orkut e é membro de mais de 300 Comunidades, esgotando as possibilidades de adesão a novas:

Tô até pensando em fazer uma faxina. Tem gente demais, a maioria eu reconheço que eu nem conheço e nem falo. No começo é aquela emoção que tu estas vendo. Depois a gente cansa um pouco. Na real, atualmente eu só converso, converso mesmo, é com dois amigos. E olha que eles são meus vizinhos, moram nas ruas de cima. Mas a gente não se encontra. Só no Orkut.

Em uma ocasião, Lucimarta, com suas estratégias, não desceu para o lanche coletivo patrocinado pela Instituição. Este intervalo é muito esperado pelos alunos, por ser um importante momento de socialização, em que todos os jovens dos diversos programas se encontram e conversam.

O diferencial dessa Instituição é a qualidade dos produtos oferecidos durante a “hora do Lanche”(produzidos pela padaria/escola local) e também pelo pátio e a área verde disponível. A aluna, porém, preferiu não descer e a continuar no computador. Ao indagar o porquê de tal atitude, respondeu-me com novo questionamento:

- Profe, tu não gosta de encontrar amigos? Lá em baixo tu não estava com várias pessoas? Pois eu também, eu to encontrando e conversando com os meus amigos, só que pelo computador. No fundo é a mesma coisa...

⁷⁶ A *Lan house* “boa” referida pela informante, localiza-se na Avenida Bento Gonçalves e possui conexão rápida para a internet. As *Lan House* localizadas no Morro, pela dificuldade de conexão são destinadas mais a jogos rodados em uma rede interna.

5. 3. *Google Earth/ Orkut/ MetaReciclagem*

Google Earth

Com novas roupagens, é possível identificar claramente (na área que abrange o meu estudo etnográfico) os conceitos clássicos de Elias (2000), autor que contribui significativamente para a compreensão do contexto onde realizo a minha etnografia. A partir de um estudo de caso específico, Norbert Elias construiu o que seria um dos seus conceitos mais importantes: os estabelecidos e o *outsider* (marginais). Sua obra, *Os estabelecidos e os outsiders*, publicada em 1965, em parceria com John L. Scotson, é fundamental para a compreensão das especificidades do Morro da Cruz, pois procura desvendar as relações entre os indivíduos e a sociedade.

O objetivo inicial do livro de Elias e Scotson era estudar a delinqüência juvenil em uma pequena comunidade inglesa chamada *Winston Parva*. Porém, ao longo da pesquisa, os autores constataram que existia na localidade, que aparentemente era homogênea, uma forte distinção e estigmatização entre os seus membros. Ou seja, não havia entre os habitantes nenhuma diferença em relação à etnia, à nacionalidade, à religião, ao tipo de ocupação, à renda ou ao nível educacional (que são tradicionalmente categorias que geram distinções); o diferencial encontrado foi o tempo de residência que os habitantes da localidade possuíam. Ainda mais: “No caso de diferenciais de poder muito grandes e de uma opressão correspondentemente acentuada, os grupos *outsiders* são comumente tidos como sujos e quase inumanos” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.29).

Para a compreensão desse fenômeno é preciso entender como os autores conceituam o poder – que não é algo estático e dado; e sim algo que se constrói nas relações cotidianas das suas ações, sejam elas no campo político, econômico, religioso, etc. Assim, o poder não se resume ao que ocorre a nível econômico, social, mas sim nas relações (de poder) existentes entre indivíduos de uma mesma família, entre membros de bairros vizinhos, etc.

Além disso, sobre a noção de poder, esta relaciona-se às questões referentes à auto-imagem e à auto-estima.

Nas palavras dos autores:

Quando o diferencial de poder é suficientemente grande, um membro de um grupo estabelecido pode ser indiferente ao que os outsiders pensam dele, mas raramente ou nunca é indiferente à opinião de seus pares [...]. A auto-imagem e a auto-estima de um indivíduo estão ligadas ao que os outros membros do grupo pensam dele (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.40).

Em *Winston Parva*, aldeia pesquisada no livro de Norbert Elias, existia um grande grau de coesão, pois todos se conheciam e já tinham seus lugares “estabelecidos” na comunidade. O que não ocorria com os novos habitantes, que não se conheciam entre si e não tinham ainda laços de vizinhança. “A exclusão e a estigmatização dos *outsiders* pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar” (Elias & Scotson, 2000, p.22). Enfim, como faltava coesão, o grupo *outsider* era excluído e não lhes permitiam participação na vida comunitária.

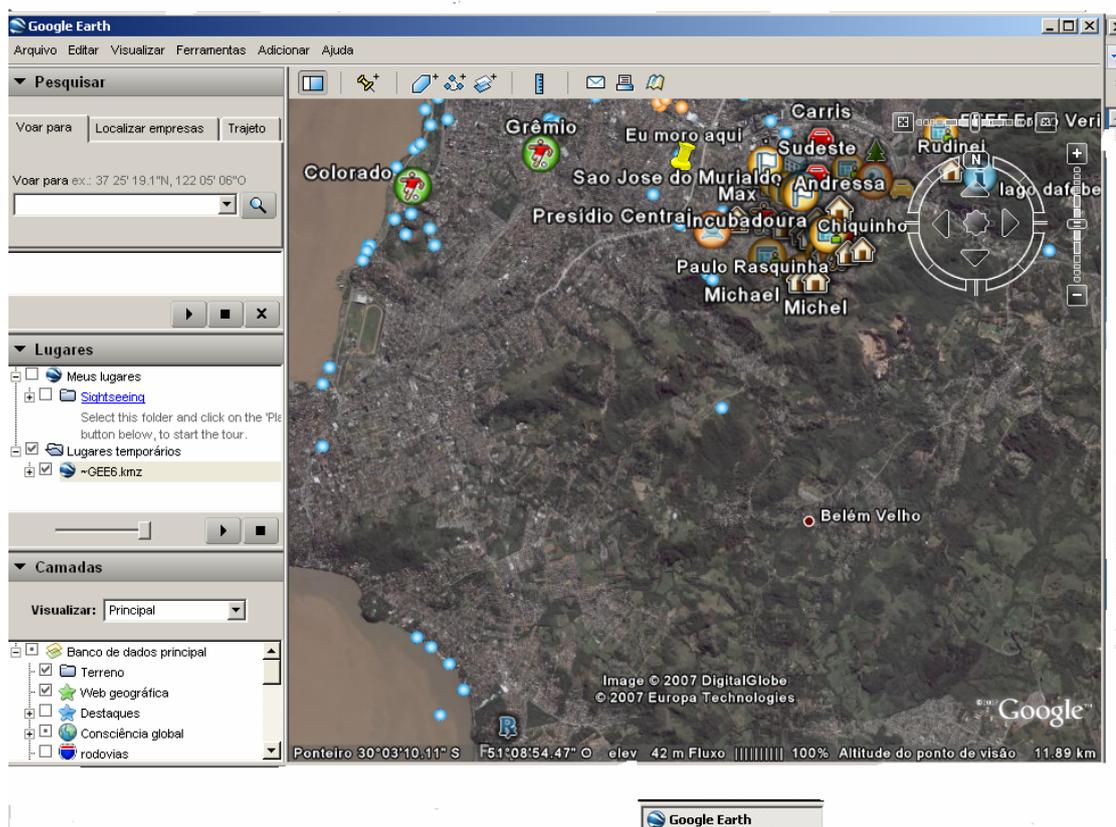


Foto: Lúcia Mury Scalco

Pode-se concluir que há estabelecidos e *outsiders* em todas as relações humanas. E, na maioria das vezes, não são os indivíduos que escolhem em qual lado irão ficar. De toda forma, o ‘conceito de poder’ deixa de ser uma substância para se transformar numa relação entre duas ou mais pessoas e objetos naturais; assim, o poder é um atributo destas relações que se mantêm num equilíbrio instável de forças.

Especificamente no meu campo, o *software Google Earth*⁷⁷ foi uma ferramenta tecnológica “*boa para pensar*” várias questões que perpassam o Morro da Cruz, como a questão da territorialidade, exclusão dos espaços da periferia e também para visualizar a distinção existente internamente no Morro da Cruz, entre os de “cima” e os de “baixo”.

O software foi usado durante várias aulas, e iniciou com uma visita de uma arquiteta especialista em geoprocessamento que foi até o Murialdo demonstrar os principais recursos do programa. Na aula posterior a tarefa era marcar no mapa o local de residência de cada aluno, com o objetivo de vivenciarem a noção de territorialidade. Instalou-se a maior confusão, com muitas discussões. Ressalto que todos os alunos eram (são) moradores da região e ingressaram no programa a partir de uma seleção onde um dos critérios era (é) o de possuir no máximo dois salários mínimos como renda familiar.

Na realidade eles se distinguem, sim, e muito, a partir do local de suas residências. Quem mora no alto e adjacências, são os famosos “*outsiders*”. De nada adiantou o desabafo de um aluno: “*O meu, a minha casa é melhor que a tua. Tu sabe disso. E mesmo assim tu ta me chamando de chinelo?!*” O qual foi prontamente respondido: “*Azar o teu.. Quem mandou morar lá? Nunca vai ser igual a morar aqui...*” Elias & Scotson, (2000) elucidam como funcionam os processos de estigmatização e como ocorre a constituição dos sentimentos de “superioridade” e “inferioridade” dos indivíduos, colocando-os como produtos da lógica da estrutura social na qual estão inseridos. Seguindo essa linha de pensamento, principalmente no que diz respeito ao tema “inserção”, teço a seguir algumas considerações sobre o Orkut.

⁷⁷ *Google Earth* é um programa cuja função é apresentar um modelo tridimensional do globo terrestre, construído a partir de fotografias de satélite obtidas em fontes diversas. Desta forma, o programa pode ser usado simplesmente como um gerador de mapas e fotos de satélite ou como um simulador das diversas paisagens presentes no Planeta Terra. Com isso, é possível identificar lugares, construções, cidades, paisagens, entre outros elementos. O programa é similar, embora mais complexo, ao serviço conhecido como Google Maps.

Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre. http://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Earth. Acesso em: 02/06/2007.

Orkut

Em linhas gerais, o Orkut pode ser definido, conforme Bergmann (2007, p.1), como uma “rede social construída virtualmente com o objetivo de ajudar seus membros a criar novas amizades e manter relacionamentos”. A interação social que acontece no Orkut é inédita, pois proporciona um novo tipo de sociabilidade em que o encontro de indivíduos não depende das variáveis *tempo* e *espaço*.

Viana (2007) ressalta um aspecto relevante ao afirmar que foi o Orkut, acessado nas *Lan Houses*⁷⁸ populares, que contribuiu e está contribuindo para a chamada *inclusão digital brasileira*, pois as pessoas de todas as classes sociais passaram a conhecer a internet ao usar o referido *site*. É um caso raríssimo de liderança brasileira no mundo digital. A maioria dos usuários tem entre 18 e 25 anos⁷⁹ sinalizando que é um *site* de relacionamento utilizado pelos jovens.

A internet já proporciona a comunicação desvinculada do tempo e do espaço, porém o Orkut inova por trazer esta possibilidade para a sociabilidade ao potencializar as redes de amizades. Uma adolescente de 14 anos, em artigo a um jornal⁸⁰, afirmou que “*o Orkut é a pracinha de hoje em dia. Ao invés de irmos para as ruas, estamos todos plugados no Orkut*”. Seguindo o pensamento da garota (que diz inclusive ter parado de fazer programas ao ar livre para ficar em casa), os jovens procuram o mundo virtual dos computadores para fugir da violência urbana. Vários são os estudos acadêmicos que explicam a popularidade do Orkut no país, tais como as reflexões abaixo arroladas:

Poderíamos nos perguntar de onde vem a extrema popularidade do Orkut, ao menos no Brasil, cujos internautas representam cerca de 70% dos frequentadores mundiais. Poderíamos pensar que ela é fruto da conjugação de vários elementos e de sua articulação com esses tempos de modernidade líquida, como quer Bauman: tempos de velocidade e precariedade, instabilidade e vulnerabilidade. Assim, o Orkut tem o selo da instantaneidade, que é, em grande medida, o selo da Internet; não são necessários processos prolongados para entrar e sair de comunidades, trocar fotos, postar mensagens e respondê-las, etc. (SILVEIRA, 2006, p.5).

⁷⁸ Reportagens recentes (setembro de 2007) com a divulgação de pesquisas e estudos sobre o acesso a internet das classes populares mostram como as *lan houses* e os *telecentros* são abundantes em bairros populares. Somente na favela da Rocinha, na Zona Sul do Rio, existem cerca de cem salas; “Hora em lan house em favela e periferia varia de R\$ a R\$ 2” e “Lans invadem favelas e aproximam inimigos no Rio”. Fontes: <http://g1.globo.com:80/Noticias/Brasil/0,,MUL138999-5598,00.html> e <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL110264-5606,00.html>. Acesso em: 30/09/2007.

⁷⁹ Conforme as regras, apenas maiores de 18 anos podem se cadastrar no site, porém não há nenhum mecanismo de verificação.

⁸⁰ Refiro-me ao artigo “A febre do Orkut”, publicado em Zero Hora (Porto Alegre), sábado/23/12/2006.

A meu ver, a tecnologia pode ser útil para integrar tudo o que se observa no mundo, no dia-a-dia e para fazer disso objeto de reflexão. Pensemos nas próprias Comunidades criadas pelos alunos no Orkut falando mal dos professores. Interessa trazê-las à baila, fazer essa ponte, mostrando os conteúdos (os *scraps*⁸¹ postados por alunos) e devolvendo-os de novo ao cotidiano, à sala de aula, possibilitando, dessa forma, a interação e o debate entre alunos e professores (BERGMANN, 2007, p.5).

Vianna (2007, p. 12) acredita ser este um fenômeno revelador:

A mídia pensava que a internet era apenas mais um meio para distribuir conteúdo. Pensava que as pessoas iam consumir mais do que produzir. A realidade não é mais assim. A presença maciça dos brasileiros no YouTube e no Orkut mostra que as pessoas querem produzir conteúdo.

Também colabora para o sucesso do Orkut o fato de ele ser um *site amigável*, de fácil navegação, com o diferencial de permitir o compartilhamento de fotos e de mensagens multimídias (imagens, som). E isso eu pude observar em campo. Os jovens estavam ansiosos em *criar* os seus Orkut's e também em *(re) fazer*, em *alterar*, *enviar* recados, enfim mostravam uma avidez em se comunicar e participar

Como contribuição para uma reflexão sobre esse fenômeno do Orkut, assinalo duas questões empíricas à luz do conceito de *territorialidade* e de *classe social* que elucidam como os jovens pesquisados apropriam-se desses novos saberes nas suas práticas cotidianas.

A primeira refere-se ao incremento das redes de sociabilidade locais operadas pelo Orkut, e a segunda sobre as possibilidades existentes dos jovens das classes populares no acesso e uso das novas tecnologias.

Ao contrário do apontado em muitos estudos, como por exemplo a pesquisa de Dornelles (2008) sobre a virtualidade e suas revolucionárias práticas de socialização (com alcance mundial) e capacidade de realização de interações entre “diferentes segmentos sociais e diferentes referenciais simbólicos”, (Dornelles, 2008, p. 169) as redes de sociabilidade existentes no Muriado - mediadas através do site de relacionamento Orkut -

⁸¹ “*Scraps* são as mensagens ou recados deixados seja em um perfil individual, seja nos tópicos de discussão das Comunidades. No caso dos perfis individuais, podemos dizer que cada perfil de usuário conta com uma página de comentários individual como uma forma de interação entre os usuários.. Cabe aos usuários, destinatário ou autor dos *scraps*, a sua eliminação ou manutenção (...) Muitos os mantêm como *índice de popularidade*— uma vez que o número de *scraps* que um usuário tem em seu perfil, indica o volume de recados deixados pela rede de amigos criada. Outra evidência de *popularidade* é a coleção de perfis lotados (com 1000 ou mais *amigos*). Qualquer pessoa, desde que seja membro do Orkut, pode ver quantos amigos cada usuário possui, a integralidade e o conteúdo dos recados deixados (postados) na página de cada usuário” (BERGMANN, 2007, p. 5).

operam empiricamente por dinâmicas de sociabilidade no bairro, com uma lógica muito mais local do que a exposta nesses estudos. Nos jovens das classes populares que pesquisei, o pertencimento e o reconhecimento que eles almejam, está mais vinculado a sua rede local (na turma na escola, nos amigos do bairro, na família), como ilustram algumas Comunidades virtuais: *Amigos do Morro da Cruz, As danadas do Partenon, Trabalho educativo Murialdo*.

O argumento desenvolvido por Silveira (2006) aborda este questão:

Em época em que tanto se fala de desterritorialização – e a internet foi uma das instituições que mais contribuíram para a abolição da noção de distância e da relevância do lugar de origem ou moradia dos sujeitos –, pode parecer surpreendente esta busca de territorialização de “entes virtuais”, como se essa fosse uma estratégia de atribuição de corpo e substância a esses sujeitos enunciadore (afinal, pessoas de carne, osso e nervos ainda moram, mesmo que provisoriamente, em espaços). A âncora – tão tradicional – do lugar de origem não parece ter deixado sua função de fundear essas identidades-navegadoras (SILVEIRA, 2006, p.10).

Ruben Oliven argumenta que “a criação de manifestações culturais mundializadas não significa que as questões locais estejam desaparecendo. Ao contrário, a globalização torna o “local” mais importante do que nunca”(OLIVEN, 2006, p.1)

Ou seja, junto do *discurso* existente - “espaço de possibilidades de entendimento, de democracia, de conagraçamento, do lúdico” - (Silveira, 200 p.2) existe uma apropriação local bem prática, pontual e utilitária, como resumiu a minha informante Lucimarta: “*Eu tenho celular, mas é de cartão, só recebe ligações. Falo tudo pelo Orku. É muito mais barato. Mando parabéns pra todo mundo. Imagina se fosse ligar? Eu ia ficar mais pobre ainda...*”. Alguns recados (*scraps*) dos meus informantes também reforçam esta interpretação.⁸²

Sergei: “o meu ki horas é a festa la???? flow.” - “largo aqla vila di mão? F”, - “eai vamos estudar juntos a semana q vem ou não? bjs amiguxo hehehehh.”

Lucimarta: “bah hoje eu tava ai fui busca os cadernos com a bruna e fui na tua casa mas acho q naum tinha ninguém....Bjinhux. - “e aqle cara q tu gostava (ou ainda gosta) ainda ta te enrolando?” - “E ai minha linda tenha uma ótima semana não me bate mais ta um beijão.”- “sim teve muito bolo eu não falei com vc pq não sabia oq falar”.- “PEGA NO ALBUM”

⁸² São pertinentes as preocupações da Claudia Fonseca, que alerta para os perigos das etnografias que versam sobre as classes populares, onde a “tendência é de negar qualquer positividade no modo de vida da população economicamente inferior” (Fonseca, 2006, p.18).

Laura: “pode deixa ...um big beijo para a Ana...” - “eai laura tudo bem? foi na formatura? comé q estava? beijinhos !!!” “com certeza laura po porque não né....

Nesse sentido, Segundo Castells (2005) a internet é um instrumento que desenvolve, mas que não muda comportamentos. Nas suas palavras:

Vale dizer que aquilo que as pessoas faziam, elas continuam fazendo com a internet: para quem as coisas andavam bem, ficaram ainda melhores, e para quem elas iam mal, continuam igualmente ruins. Quem tinha amigos, também os tem na internet e quem os não tinha, tampouco os tem na internet.(...) A internet é um instrumento que desenvolve, mas que não muda comportamentos; ao contrário, os comportamentos apropriam-se da internet, amplificam-se e potencializam-se a partir do que são. Isso não significa que a internet não seja importante, mas não é a internet que muda os comportamentos, mas os comportamentos que mudam a internet (CASTELLS, 2005, p. 273).

Assim, as recentes modificações ocorridas neste *site* advindas da pressão dos seus usuários “por mais privacidade”, ilustram a relação existente entre o *on-line* e o *off-line*. O surgimento de novos concorrentes também confirmam essa tendência. Estes sites de relacionamento líderes mundiais de acesso, *Myspace* e *Facebook*, possuem como argumento diferencial a privacidade (o perfil do usuário só é visível para quem está na lista de amigos) e a distinção. A mensagem que a mídia está começando a vincular é clara: “*O Orkut virou coisa de pobre*” Conforme depoimento de um ex-usuário:

O Orkut perdeu o sentido. Começaram a chegar disparadamente mensagens como: ‘bom fds!’; ‘passei aqui pra deixar um oi’; ‘feliz dia do amigo’; ‘feliz dia do beijo’;... e por aí vai. Nada contra desejar coisas boas aos amigos, mas pelo amor de Deus! Nem Deus agüenta. Por fim, deixei o Orkut.

A esse respeito, são vários os títulos de Comunidades que existem no Orkut; tais como: “O orkut tá cheio de pobre”, “Orkut e celular todo pobre tem”, “Detesto pobre metido a rico!”, “Não existe feio, existe pobre!”, entre outras.

Para Bourdieu (2007), os mecanismos da reprodução social através do viés da distinção situam bem este fenômeno, sendo os julgamentos de gostos e de preferências um meio de afirmar ou de conformar as desigualdades sociais.

De fato, por intermédio das condições econômicas e sociais que elas pressupõem, as diferentes maneiras, mais ou menos separadas ou distantes, de entrar em relação com as realidades e as ficções, de acreditar nas ficções ou nas realidades que elas simulam, estão estreitamente

associadas às diferentes posições possíveis no espaço social e, por conseguinte, estreitamente inseridas nos sistemas de disposições (*habitus*) características das diferentes classes e frações de classe. O gosto classifica aquele que procede à classificação: os sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que eles operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar; por seu intermédio exprime-se ou traduz-se a posição desses sujeitos nas classificações objetivas (BOURDIEU, 2007, p.13).

Ou seja, a partir da constatação que os “pobres” estão acessando o Orkut, novas opções de redes sociais são criadas para a elite. Isto ocorre porque há importantes nexos entre práticas culturais e classes sociais, evidenciando as relações de poder como categorias de dominação operadas através do capital cultural. A violência simbólica aparece, neste caso, através do *discurso* (direito a) da privacidade e, mais explicitamente, nas Comunidades já citadas. Em recente notícia vinculada pela mídia:

Internautas podem agora selecionar os grupos autorizados a deixar mensagens, dá a pista: Agora o usuário pode selecionar quem poderá escrever em sua página de recados: todos, só os amigos ou também os amigos de amigos (...) Acabou aquela história de todos poderem escrever recados para todos no Orkut⁸³.

Portanto, operando junto com o discurso do caráter democrático da internet, estão as *barreiras* que marcam as fronteiras existentes entre os diferentes grupos sociais. Estas ocorrem na forma de *barreira material*, (falta de computador, conexão, infra-estrutura) e, como no exemplo do Orkut, em forma de *barreira simbólica*, reificando, através do *habitus*, a lógica da separação e da distinção desses grupos, que pode ser expressa através de Comunidades do Orkut, tais como: “[Rico X Pobre](#)”⁸⁴

A internet não se resume só a um espaço de (re) produção social. Expande-se no mundo a idéia de que esta ferramenta tecnológica possa ser usada para potencializar a construção de novos conhecimentos, ações e transformações sociais. Movimentos como o do *Creative Commons*; (a produção de forma aberta), a enciclopédia *Wikipedia* e *Comunidade mundial do Software livre* apontam para outra lógica que não a de mercado, operando a partir da idéia do direito a informação e ao conhecimento. José, meu informante participa, colabora e procura, nas suas práticas cotidianas, viver essas idéias e valores.

⁸³ Fonte: Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/informat/fr1710200714.htm>. Acesso em: 12/12/2007.

⁸⁴ Fonte: <http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=12351915>. Acesso em: 21/12/2007.

Jungbluit (2000), analisando as visões do ciberespaço apontou o “campo de possibilidades”⁸⁵ contido no mesmo:

O ciberespaço, por fim, também é visto como uma gigantesca e fantástica ferramenta de conhecimento, construída cotidianamente a partir de uma ação ao mesmo tempo individual, de cada um dos seus usuários e coletiva como resultado de uma ação articulada, mesmo que inconscientemente, destes usuários (JUNGBLUIT, 2000, p.47).

Importa ressaltar que o curso de informática do Murialdo é perpassado pelos ideais do educador social José que, ao oportunizar novas práticas educacionais a esses jovens, facilita e media a construção de novas práticas locais. Tais questões passo a abordar no próximo item.

MetaReciclagem

A *MetaReciclagem* foi uma prática constante no curso de *inclusão digital* observado. O uso e reaproveitamento de equipamentos é definido como *reciclagem*, remetendo-nos ao ato de recuperação da parte reutilizável, no caso, dos computadores e periféricos, objetivando o seu funcionamento.



Foto: Lúcia Mury Scalco

A reciclagem tem como objeto as chamadas *sucatas tecnológicas*: computadores antigos e atrasados tecnologicamente são doados para descarte ou para serem reaproveitáveis. Tal fato nos remete a uma consciência ecológica pois, ao evitar que os

⁸⁵ No Brasil, “Campo de possibilidades”, foi trabalhado por Velho (1981) e oferece um caminho para se lidar com a relação entre indivíduo e sociedade numa perspectiva dinâmica.

computadores usados tenham como destino o lixo, evita-se uma série de complicações ambientais em razão dos metais pesados que os computadores comportam.

A *reciclagem*, do ponto de vista tecnológico, opera como exposto acima, podendo ainda, ao ser utilizada como um prática pedagógica nos projetos de *inclusão digital* – e extrapolando assim o simples reaproveitamento de computadores velhos – , ser chamada de MetaReciclagem.

Entre os movimentos sociais que emergem na era da tecnologia da informação e dela se apropriam, destaca-se o caso da MetaReciclagem, inspirado pelo desenvolvimento da teoria da troca de conhecimentos e saberes, das novas formas de cooperação e criação coletiva nos mundos virtuais. (...) Trata-se da subversão dos usos e funções da tecnologia, por meio de uma apreensão alternativa para uma apropriação coletiva, tornando a tecnologia da informação veículo da cidadania e não do consumo (TAVARES, 2007, p.7).

A MetaReciclagem proporciona um novo tipo de saber, pois oferece aos jovens a possibilidade de conhecer o funcionamento dos microcomputadores e a função de seus componentes, desmistificando a tecnologia a partir da apreensão da lógica existente nos *hardwares* (memória, HD, processador, etc.). Desse modo, tal prática permite “desconstruir física e conceitualmente a máquina, apropriando-se dela e ressignificando-a, levando a construção de conhecimento dentro daquilo que se pode ser chamado de *artesanato tecnológico e bricolagem eletrônica*” (Tavares, 2007, p.15) . No que se refere ao conceito de *bricolagem*, importa destacar o que Lévi-Strauss (2007) afirma a respeito:

A poesia do *bricolage* lhe advém, também e sobretudo, do fato de que não se limita a cumprir ou executar, ele não “fala” apenas com as coisas, como já demonstramos, mas também através das coisas: narrando, através das escolhas que faz entre possíveis limitados, o caráter e a vida de seu autor. Sem jamais completar seu projeto, o *bricoleur* sempre coloca nele alguma coisa de si. (LÉVI-STRAUSS, 2007, p.32).

No Murialdo, os alunos têm a oportunidade de, conforme as palavras do autor citado, *colocar alguma coisa de si* ao abrirem as máquinas, entenderem o seu funcionamento, recombina memórias e *hd's*; enfim, fazê-las funcionar. E este objetivo principal está associado ao termo *bricoleur*⁸⁶, que opera com materiais fragmentários já elaborados.

⁸⁶“O termo *bricoleur*, no seu sentido atual , exemplifica com grande felicidade, o *modus operandi* da *reflexão mitopoética*. O *bricoleur* é o que executa um trabalho usando meios e expedientes que denunciam a ausência de um plano preconcebido e se afasta dos processos e normas adotados pela técnica. Caracteriza-o

Os educadores sociais José e Guga auxiliam os alunos nessa tarefa: “metarecyclarem” os seus computadores (geralmente ganhos através de doação). Observei esse fato, ocorrendo também algumas vezes o descarte total do computador pois, conforme José, a tecnologia avança muito rápido, as novas necessidades envolvem a multimídia (som e imagem) e os computadores velhos não foram desenvolvidos para esse fim, e sim para a informação textual.

Durante muitas aulas, a temática girou em torno da compra de dois computadores, sua montagem, personalização e configuração. Esse fato, porém, não foi uma simples aquisição, pois permitiu aos alunos que realizassem a MetaReciclagem, uma vez que a compra das máquinas foi efetuada por peças, e os alunos puderam assim, como nas palavras de Lévi-Strauss, *operar com materiais fragmentados já elaborados*.



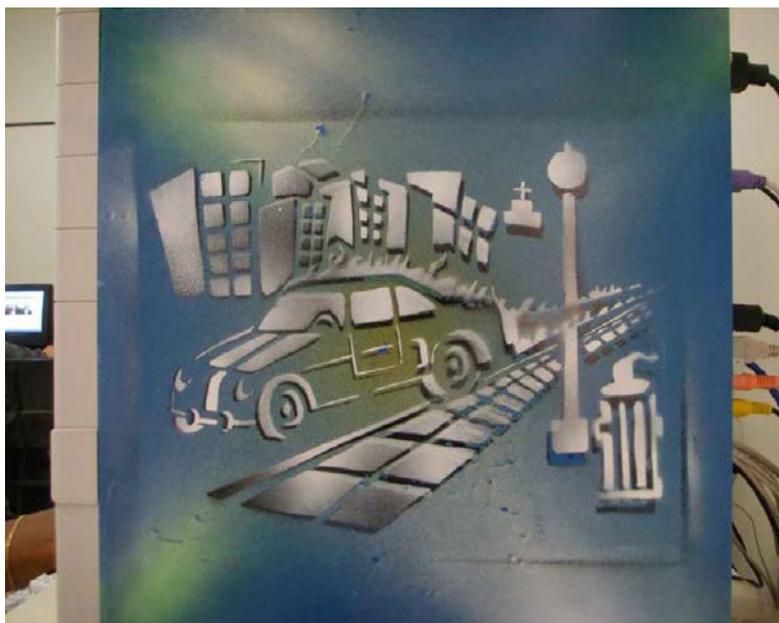
Foto: Lúcia Mury Scalco

Esses computadores, conforme relatou José, além da alta performance, ficaram com um custo menos elevado do que se adquiridos no mercado. Em todas as etapas do processo os alunos participaram. Inclusive dividiram-se em grupos: o *computador dos guris* e o *computador as gurias*. As máquinas foram totalmente montadas em sala de aula, variando a participação dependendo do interesse pessoal de cada aluno. Para alguns, essa tarefa representava experiência e oportunidade de conhecimento. Para outros, no entanto, era uma “*perda de tempo*”, pois queriam apenas jogar ou entrar no Orkut.

De toda forma, há que se destacar a atividade de pintar os gabinetes. Essa prática inicialmente, era usada apenas para dar uma melhor aparência aos computadores velhos,

especialmente o fato de operar com materiais fragmentários já elaborados; ao contrário, por exemplo, do engenheiro que, para dar execução ao seu trabalho, necessita da matéria-prima” (LÉVI-STRAUSS, 2007, p. 32).

porém, no Murialdo, mesmo nos dois novos computadores, os alunos optaram por pintá-los, como mostram as fotos abaixo:



Fotos: Lúcia Mury Scalco

Enfim, conforme se observa nas imagens acima, os alunos do Murialdo, através da prática da MetaReciclagem, personalizaram, singularizaram e deixaram sua marca...

6 – CONCLUSÃO: POR UMA ANTROPOLOGIA DA INCLUSÃO DIGITAL

Ao longo dessa Dissertação, explorei etnograficamente os modos de inclusão e apropriação de *novas tecnologias digitais* no curso de Informática do Murialdo, focalizando suas práticas e ressignificações locais. Abordei também questões pertinentes desse processo; quais sejam: *ação social da Igreja, políticas pública, juventude, classe social, e inclusão digital*.

Dialoguei no meu estudo com o horizonte comparativo de Miller & Slater (2004), ao ressaltar a importância da etnografia das apropriações diferenciadas, seletivas e locais da Internet.

Neste sentido, ao contextualizar a Instituição que proporciona, organiza e é responsável pelo *Programa Educativo*, pude perceber que, convivendo com os valores religiosos, encontra-se presente o discurso dos direitos do cidadão. Tal fato é provocado tanto pelas mudanças existentes na relação Estado/Sociedade, como pelo surgimento do Terceiro Setor. À ação social da Igreja passa, então, a integrar uma grande rede assistencial responsável pela implementação de programas e projetos governamentais. E foi esse novo arranjo levou a religião a participar da chamada “sociedade civil”.

No decorrer da minha pesquisa, pude constatar que as Políticas Públicas relacionadas a juventudes pertencentes às classes populares atualmente também operam através dos discursos de *inclusão e resgate*, priorizando - através de ações operacionalizadas pelo chamado Terceiro Setor - treinamento e profissionalização de mão-de-obra.

Mais especificamente a respeito das Políticas Públicas relacionadas à *inclusão digital*, à luz do conceito de *cidadão consumidor*, aponto que o governo vem priorizando somente um lado dessa questão: qual seja, a aquisição, a distribuição, ou a compra facilitada de equipamentos. Na esteira dessas constatações e valendo-me da tese de Castells (2005), concluo que a verdadeira *exclusão* continua sendo cultural e educacional, uma vez que a internet, sendo uma ferramenta tecnológica, não tem um *poder mágico* de transformação. Ela potencializa e amplifica, conforme o conceito de Velho (2003, p.40) “as disposições individuais existentes”.

Exemplifico as constatações acima ao abordar, na presente Dissertação, as transformações que estão ocorrendo em relação ao uso e apropriação da internet,

principalmente nos *sites* de relacionamento (Orkut e novos concorrentes) mostrando que as desigualdades de classe existentes terminam sendo reproduzidas no mundo virtual. Ou seja, o discurso referente aos jovens de classe média e alta – “*Orkut virou coisa de pobre*” - e as novas opções existentes no mercado para este tipo de serviço sem os problemas relativos às questões de “privacidade” e invasão de recados, mostram que a interação social com os pobres que ingressam no Orkut é indesejável.

Porém, como contraponto e relativizando o discurso dominante que vê os jovens das classes populares, conforme alerta de Fonseca (2006, p. 22), “destituídos de positivities, reduzidos a pobres sem nenhum tipo de protagonismo e meramente reprodutores da ideologia dominante”, discuto três aplicações das novas tecnologias, para uma contribuição empírica sobre os discursos referentes à *inclusão social* através da *inclusão digital*; a saber: o *Google Earth*, as *fotos digitais* e a *MetaReciclagem*.

Antes de apresentar os exemplos, lembro que o Programa Educativo possui diretrizes, normas e regras que são operadas através do Instituto Leonardo Murialdo. No entanto, essas são materializadas e ressignificadas pelo trabalho dos educadores sociais que ensinam os alunos na sala de aula. Dito de forma mais direta, o educador social José e seu assistente Guga, por exemplo, poderiam adotar apostilas e manuais existentes no mercado da educação de informática e oferecer noções gerais sobre digitação, *Word*, planilhas de *Excel*, etc. Não é o que ocorre. De uma forma muito inovadora, acreditando que o Orkut e os jogos eletrônicos possam ser práticas educacionais dentro da sala de aula, mudam o foco e oportunizam um outro tipo de apropriação das chamadas novas tecnologias aos jovens do Murialdo. Obviamente essas apropriações não se configuram como um todo homogêneo. Cada aluno, como mostrei através do relato etnográfico, percebe, recebe e prioriza esses novos saberes conforme suas “disposições e interesses individuais” (Velho, 2003). Neste sentido ressalto a contribuição do autor, que esclarece:

Os *projetos individuais* sempre interagem com outros dentro de um *campo de possibilidades*. Não operam num vácuo, mas sim, a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de projetos diferentes, até contraditórios. Sua pertinência e relevância serão definidas contextualmente (VELHO, 2003, p.46).

O *Google Earth* no Murialdo também se caracterizou como uma ferramenta tecnológica “boa para pensar” e reveladora das diferenças existentes entre os jovens das classes populares. Várias questões foram surgindo ao longo do manuseio desse software,

tais como: a questão da territorialidade, a exclusão dos espaços da periferia e também a distinção existente internamente no Morro da Cruz entre os de “cima”, (considerados, segundo eles mesmos, “chinelos” e “maloqueiros”) e os moradores “de baixo” do Morro que, pela proximidade com a cidade, possuem uma melhor urbanização, conferindo-lhes um maior prestígio.

Já às *fotos digitais* somam-se às discussões referentes à identidade e reconhecimento. A fotografia, como procurei mostrar, pode servir, entre outras coisas, como uma estratégia para a busca de reconhecimento, pois conforme a fala de uma informante, esta, mesmo sabendo estar trajando uma blusa “*genérica e pirata*”, de uma famosa marca mundial (PUMA), tenta apropriar-se desse reconhecimento e distinção que acredita a dita marca possuir, e procura transferir para as fotos que disponibiliza no Orkut esta mensagem. O raciocínio de minha informante: apenas pela foto, pela imagem, não é possível identificar se a roupa estampada na foto é original.

Existem, no entanto, diversos outros *demarcadores* que ajudam a distinguir os membros de uma determinada classe social. Como demonstra Bourdieu (2005), o contexto e o entorno da foto já são suficientes para dar “pistas”, pois dificilmente, jovens da elite tiram fotos em passeios, como por exemplo, uma foto que mostra os alunos do curso em frente ao ônibus da linha turística de Porto Alegre. Essa estratégia adotada pela informante, portanto, poderia não servir para *todos* os jovens de *todas* as classes, mas sim serviria como um reforço para a comunicação com os seus pares. Além das fotos, os seus recados no *site* Orkut e nas Comunidades aderidas, apontam para um claro reforço da rede local de sociabilidade. Esta questão pode ajudar na reflexão sobre como os indivíduos das classes populares apropriam-se das novas tecnologias.

Por fim, a *MetaReciclagem*, a qual possui aspectos pedagógicos positivos, também aponta para a existência de tensões e ilustra como esses “saberes” podem ter características locais e variações individuais. A fala de uma aluna (que ao ter que desmontar um computador) é clara neste sentido, uma vez que ela não entendeu a metodologia da Metareciclagem como uma oportunidade de conhecimento e crescimento intelectual e sim, como “*coisa de pobre; rico não aprende assim, não suja a mão, etc.*”. No entanto, diante dessa mesma situação, em momento distinto, observei como um outro aluno estava apreciando a aula e como estava desmistificando a tecnologia, procurando entender toda a lógica existente nos *hardwares* (memória, HD, processador, etc.). Na sua fala, “*Nossa, como é fácil. Todos funcionam assim só varia um pouco de máquina para máquina*”, é

possível, ao compará-la com a colega citada, perceber suas diferenças pessoais de motivação, *agency* e “campo de possibilidades”.

Para esse aluno e muitos outros, a MetaReciclagem foi uma oportunidade de realizar uma produção cultural pois, ao personalizar e singularizar, eles apropriaram-se da tecnologia. Encerro essas considerações lembrando as palavras de Lévi-Strauss, que ressalta que todo *bricoleur* sempre coloca nele alguma coisa de si. Neste sentido, reproduzo *a marca* deixada por Rudney no computador que ele estava pintando, a qual me inspirou a compor e fazer parte do título da minha Dissertação:

FALA K É NOIS!

7- REFERÊNCIAS

- APPADURAI, Arjan. Disjuncture and difference in the global cultural economy” and “Global ethnoscares: notes and queries for a transnational anthropology. In: *Modernity at large. Cultural dimensions of globalization*. Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 1996.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. R. J: Editora Guanabara, 1981.
- BARBOSA, Alexandre. *Cuidado, a internet está viva!*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2005.
- BAUMAN Zygmunt. *A Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas - Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 2005.
- _____. *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. Porto Alegre: Zuk, 2007.
- BURITY, Joanildo A. *Redes, parcerias e participação religiosas nas políticas sociais no Brasil*. Recife: Editora Massangana, 2006.
- CARDOSO, Ruth. Aventuras antropológicas em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth (Org). *A aventura antropológica Teoria e Pesquisa*. RJ: Paz e Terra, 1986.
- _____. Fortalecimento da sociedade civil. In: *3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- CARVALHO, Jose Murilo de Carvalho. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTELLS, Manuel. A internet e Sociedade em rede. In: *Por uma outra comunicação*. MORAES, Dênis (Org). Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- COHN, Amélia. O modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço para juventude?, In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. (Org.). *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- DE BEM, Daniel F; TADVALD, Marcelo. A apropriação da discursividade religiosa pelo campo político. Debates do NER, ano 5, número 6, dezembro de 2004.
- DORNELLES, Jonatas. *Vida na rede: uma análise antropológica da virtualidade*. Tese (Doutorado em Antropologia). Porto Alegre (RS): Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2008.
-

DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (Org). *A aventura antropológica Teoria e Pesquisa*. RJ: Paz e Terra, 1986.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. *Norbert Elias por ele mesmo*: Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERNANDES, Rubem Cezar. *Os Cavaleiros do Bom Jesus*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1982.

_____. *Privado, porém público*. Cap.6. Terceiro Setor. Rio de Janeiro: Ed. Civicus, 1993

FONSECA, Cláudia. *Família fofoca e honra*. RS, Editora da UFRGS, 2004.

_____. Classe e a recusa etnográfica. In: FONSECA, Claudia; BRITES, Jurema (Orgs.). *Etnografias da Participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

IZRAHI, Mylene. “Calça da Gang”: resignificação e trickle up na indústria da moda. In: VII REUNIÃO DO MERCOSUL, 2007, Porto Alegre. Resumos. GT Moda, corpo e aparências na construção de identidades sociais na contemporaneidade.

JUNGBLUIT, Airton L. *Nos chats do Senhor: um estudo antropológico sobre a presença evangélica no ciberespaço brasileiro*. Tese (Doutorado em Antropologia). Porto Alegre (RS): Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2000.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma de cultura. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. (Org.). *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

LANDÉ, Carl H. Introduction. The dyadic basis of clientelism. In: SCHIMIDT, Steffen W. et alii. *Friends, followers and factions: a reader*. Berkeley, University of California Press, 1977.

LEITÃO, Débora e MACHADO, Rosana. *O luxo do povo e o povo do luxo: consumo e valor em diferentes esferas sociais no Brasil*. In LEITÃO, Débora, LIMA Diana, MACHADO Rosana. *Antropologia e Consumo. Diálogos entre Brasil e Argentina*. Porto Alegre, Editora AGE, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. São Paulo: Papyrus Editora, 2007.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

- MILLER, Daniel & Don SLATER. Etnografias On e Off – line: Cibercafés em Trinidad. In: Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, vol 10, nº. 21, 2004.
- MOLL, Jaqueline. *Histórias de Vida, Histórias de Escola*, RJ: Vozes, 2000.
- PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. RJ: Relume-Dumaré, 1995.
- PINA, Susana de; ARRIBAS, Victória. O cidadão consumidor. In: *Antropologia & Consumo*. LEITÃO, Débora e cols (org.). Porto Alegre: AGE, 2006.
- POCHMANN, Márcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. (Org.). *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- OLIVEN, Ruben. *Prefácio*, In: Antropologia & Consumo. LEITÃO, Débora Krischke e cols (org.). Porto Alegre: AGE, 2006.
- _____. Apresentação. In: Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, vol 13, nº. 28, 2007.
- ORO, A. P.; SCHOENFELDER, R. A religião nas eleições 2006 no Rio Grande do Sul: o que há de novo? Debates do NER (UFRGS), v. 10, p. 7-26, 2006.
- ORTIZ, Renato. Uma Cultura Internacional-Popular. In: *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- ROCHA, Everardo P. Guimarães Rocha. In: *Magia e Capitalismo: Um estudo antropológico da publicidade*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1985.
- ROCHA, Ana Luiza C. da; ECKERT, Cornélia. Apresentação. In: Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, vol 10, nº. 21, 2005.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- SARTI, Cynthia. O jovem na família: o outro necessário. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. (Org.). *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANCHIS, P. A profecia desmentida. Folha de São Paulo, 20 abr. 1997.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SILVEIRA, Rosa M. H.: Identidades para serem exibidas – breve ensaio sobre o Orkut SOMMER, Luis Henrique; BUJES, Maria Isabel (Orgs.). *Educação e cultura contemporânea - articulações, provocações e transgressões em novas paisagens*. Canoas, Ed. da Ulbra, 2006.
-

- SOARES, Luis Eduardo. *Meu Casaco de General*, São Paulo: Companhia da Letras, 2000.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Juventude e violência no Brasil contemporâneo*. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. (Org.) *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- STEIL, C. A. *O Sertão das Romarias*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- STEIL, C. A.; CARVALHO, I. C. M. . ONGs no Brasil: elementos para uma narrativa política. *Revista Humanas (IFCH/UFRGS)*, Porto Alegre, v. 24, n. 1/2, p. 36-55, 2001.
- VELHO, Gilberto. *Observando o Familiar São Paulo*: In: *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose*. São Paulo: Zahar, 2003.
- VIANNA, Hermano. As pessoas estão aprendendo mais fora da escola. *Educação & Internet: Os prós e os contras da rede*. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, sexta-feira, 27 de agosto de 2007, p.12-13.
- WHYTE, William Foote. *Sociedade de Esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.

Referências em Sites

- AHEARN, Laura. Language and Agency
Annual Review of Anthropology October 2001.
Disponível:
<http://www.umass.edu/accele/llc/794d/pdf/Ahearn%20Language%20and%20Agency.pdf>
Acesso em: 12/12/2007.
- BERGMANN, Leila Mury. “Não mate aula mate professores”: O Orkut e a vida escolar.
Revista Teias, Em foco. América do Sul, 8 5 10 2007. Disponível em:
<http://www.revistateias.proped.pro.br/index.php/revistateias>. Acesso em: 20/11/2007.
- BUCHOLTZ, Mary. Youth And Cultural Practice.
Annual Review of Anthropology October 2002.
Disponível:<http://arjournals.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.anthro.31.040402.085443?journalCode=anthro>. Acesso em: 12/12/2007.
- BURITY, Joaildo A. 2002 *Redes sociais e o lugar da religião no enfrentamento de situações de pobreza: um acercamento preliminar*. Disponível em:
<http://www.fundai.gov.br/geral/textos%20online/ciencia%20politica/jburity08.pdf>. Acesso em: 20/11/2007.
- CAMURÇA, Marcelo A. 2005. Seria a caridade a "Religião Civil" dos brasileiros?
Disponível em: http://www.ess.ufrj.br/download/revistapv_12.pdf. Acesso em: 18/12/2007.
-

CARVALHO, Josué de Oliveira e CARVALHO, Lindalva R. S. O. A educação social no Brasil: contribuições para o debate, 2006, Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100024&lng=pt&nrm=abn. Acesso em: 14 /02./ 2008.

GODINHO, Ana Cláudia. Mediador ou ponte? – O perfil do/a educador/a, 2003. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/posteres/GT06-2166--Int.pdf>. Acesso em: 12/12/2007.

KNAUTH, Daniela e VICTORA, Ceres. A banalização da Aids. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/riva.rtf>, 1998. Acesso em: 20/11/2007. *religiosa pelo campo político*. Debates do NER, ano 5, número 6, dezembro de 2004. Pg. 63-82.

NETO, Francisco Pereira, 2005. Assistência Social e Religião: participação política e inserção religiosa em perspectiva. Disponível em: http://www.ess.ufrj.br/download/revistapy_12.pdf. Acesso em: 18/12/2007.

SANGLARD, Gisele. Filantropia e assistencialismo no Brasil, 2003. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000300017&lng=en&nrm=iso
Acesso em: 25/10/ 2007.

WILSON, Samuel & PETERSON, Leighton. The Anthropology of online communities *Annual Review of Anthropology*. June 2002. Disponível em: <http://arjournals.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.anthro.31.040402.085436>. Acesso em: 12/12/2007.

ANEXOS

